FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O REORDENAMENTO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

ANTENOR ALVES SILVA

Porto Velho

2011

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O REORDENAMENTO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

ANTENOR ALVES SILVA

Dissertação apresentada à banca examinadora como exigência final para a obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças S. N. Silva

Porto Velho

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S5861r

Silva, Antenor Alves

O reordenamento territorial da Amazônia Brasileira sob a perspectiva da doutrina de segurança nacional / Antenor Alves Silva. Porto Velho, Rondônia, 2011.

146f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva.

1. Amazônia Brasileira 2. Doutrina – segurança – nacional 3. Reordenamento territorial 4. Território I. Silva, Josué da Costa I. Título.

CDU: 911.6:351.86(81)

Bibliotecária Responsável: Ozelina Saldanha CRB11/947

MESTRADO EM GEOGRAFIA - UNIR
A Amazônia e Políticas de Gestão Territorial

PPGG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Antenor Alves Silva

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Josué da Costa Silva e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva e Prof. Dr. Rodolfo Jacarandá, reuniu-se no dia 18 de maio de 2011, às 14:30 horas na sala de aula Josué de Castro, Prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "*O Reordenamento Territorial da Amazônia brasileira sob a Perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional*" do mestrando *Antenor Alves Silva* matrícula 200910092. Após a explanação do mestrando, e sua argüição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada aprovado com louvor. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, o candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitiva de sua dissertação.

Porto Velho, 18 de maio de 2011.

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Orientador

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Examinador

Prof. Dr. Rodolfo Jacarandá
Examinador

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que lerão este trabalho e passarão a ter, talvez, uma nova visão geográfica e postura crítica sobre a natureza espacial da Amazônia Brasileira.

AGRADECIMENTOS

Como creio em Deus, o primeiro agradecimento é a Ele, pois, por meio de sua infinita misericórdia e graça, pude receber todos os recursos necessários para chegar onde cheguei.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Josué da Costa Silva e Profª. Drª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, pelas orientações teóricas e metodológicas, além, é claro, pela incrível paciência dispensada nos meus momentos de dúvida.

Agradeço ao Prof. Dr. Eliomar Filho, ao Prof. Dr. Alberto Filho, ao Prof. Dr. Nilson Santos, ao Prof. Dr. Antônio Rabello, ao Prof. Dr. Dorisvalder Nunes, à Profª. Drª. Madalena Ferreira, ao Prof. Dr. Adnilson Silva e ao Prof. Dr. Ricardo Gilson, todos da Fundação Universidade Federal de Rondônia, tanto pela precisão quanto pelo nível das observações qualitativas nas discussões sobre o tema discutido nesta dissertação, seja em sala de aula seja fora dela.

Agradeço ao Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto, do Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (CEIPOC), da Universidade Estadual de Campinas, pelos valiosos comentários relacionados à Ciência Política, fundamentais para o *start* deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Luca Muscarà, do *Dipartimento di Scienze Economiche Gestionali e Sociali* (Departamento de Ciência Econômica Empresarial e Social), da *Università degli Studi del Molise*, Itália, pelo incentivo dado e pela sugestão e envio de artigos raros, caros e relevantes para a discussão proposta nesta dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Antonio Veras, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Roraima, pelas apreciações e críticas metodológicas a esta pesquisa.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade de Rondônia, pelos ensinamentos compartilhados no decorrer do curso.

Agradeço a todo o corpo técnico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade de Rondônia, pelo suporte dado no decorrer do curso, pois sem ele o dia-a-dia seria bem mais difícil, para não dizer inviável. Gostaria de destacar as ações de Laélio Alves, na área de informática; Gigliane Oliveira, na área administrativa; e Flávio Nascimento, também na área administrativa. Não poderia deixar de destacar as alunas da graduação Simone Marques e Ana Silva.

Agradeço, ainda, a todos os alunos de graduação em Geografia do 2º período/2009, os quais proporcionaram a mim a agradável oportunidade de colaborar como monitor na disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”, durante o estágio de docência – uma experiência única e deveras relevante na minha formação acadêmica.

Agradeço aos servidores lotados na Biblioteca Central Professor Roberto Duarte Pires, pelo zelo notável nas suas atribuições, permitindo a profícua utilização dos seus serviços por consideráveis horas a fio para a consumação desta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela vital subvenção dada para a realização desta pesquisa.

Agradeço à Fundação Universidade Federal de Rondônia pelo repasse de subvenção federal através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos colegas de curso que sobreviveram e sobreviverão a essa dura empreitada, especialmente ao Ricardo Feitosa, que compartilhou comigo dos melhores e dos piores momentos dessa trajetória, pela semelhança dos objetivos que tínhamos por meta e por aquilo que foi necessário que abríssemos mão, cada qual em sua realidade; e, ao Michel Watanabe que colaborou tão profissionalmente

na preparação das representações cartográficas que se encontram à disposição nesta dissertação.

Agradeço, alegremente, aos meus pais, Bernardo Ribeiro e Elizabeth Silva, que colaboraram consideravelmente e incondicionalmente para a construção deste trabalho, cedendo novamente do nosso antigo lar para servir como refúgio seguro e (nem sempre) calmo, pelo tempo necessário para estudar entre muitas outras coisas.

Agradeço, sinceramente, aos meus sogros, Melchiades Costa e Maria das Graças, por terem colaborado de diversas formas para a conclusão desta pesquisa, especialmente financeiramente e nos momentos notadamente críticos.

Agradeço, fraternalmente, ao meu irmão, Abdon Neto, que em muitos momentos pareceu ser o mais velho, simplesmente por ter me ouvido nas horas em que eu simplesmente precisava falar (e falar muito!) de tudo um pouco.

Agradeço, especialmente, à minha esposa, Ursula Alves, que acreditou sem pestanejar na proposta de uma mudança repentina e ousada desde Roraima, pela quase inabalável paciência sustentada até o momento.

Agradeço, finalmente, à minha filha, Isabele Alves, por ser minha inspiração neste mundo para continuar (verbo intransitivo mesmo).

EPÍGRAFE

"O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto 'puramente' formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico"

Henri Lefebvre, "Espaço e política"

RESUMO

Pensar e discutir a dinâmica de reordenamento territorial da Amazônia Brasileira, sob a luz do método geográfico, mas deslocada de uma "lógica maior", é impossível, haja vista toda a complexidade proporcionada pela interação dos fatores espaciais, sociais, econômicos, políticos, históricos e ideológicos envolvidos. Quando a compreensão do reordenamento territorial amazônico passa pelas políticas públicas do Estado, sendo justificadas por necessidades coletivas como a defesa e a segurança nacional, surge um novo problema a ser abordado: até que ponto um território pode ser modificado em prol de uma ideologia que, em tese, é de interesse de todo um povo, mas que, na prática, parte de um pequeno grupo que busca atender às necessidades da "lógica maior" já pontuada? Nesse sentido, este trabalho busca correlacionar reordenamento territorial, especificamente da Amazônia Brasileira, com a ideologia de segurança nacional, a Doutrina de Segurança Nacional, gerada na Escola Superior de Guerra, implantada e implementada pelos militares a partir do golpe de 1964. Obviamente, essa sequência de fatos não se deu subitamente, tampouco despretensiosamente. A contextualização do Brasil durante o cenário político da "Guerra Fria", imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, é condição preponderante para a compreensão da evolução dos fatos relacionados ao principal problema deste trabalho. Tanto a execução da Operação Amazônia quanto a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia podem ser bons indicadores geopolíticos para constatação das ações reordenadoras proporcionadas pela Doutrina de Segurança Nacional. Também é importante frisar que as consequências ideológicas não se restringiram tão somente ao período 1964-1985, no qual o Brasil foi governado pelos militares, mas extrapolam esse recorte temporal, materializando-se em formas, rugosidades, com funções bem definidas na conjuntura atual. Exemplo disso é a materialização espacial de estruturas como o Radar da Amazônia, o Sistema de Vigilância da Amazônia e a dinâmica espacial de unidades militares em direção à fronteira da Amazônia Internacional. Em outras palavras, como a concepção de território evoluiu, a Amazônia jamais pôde ser a mesma de antes.

Palavras-chave: Amazônia Brasileira, Doutrina de Segurança Nacional, reordenamento territorial e território.

RESUMEN

Pensar y discutir la dinámica de la reorganización territorial de la Amazonia Brasileña, en función del método geográfico, pero desplazado de una "lógica mayor", es imposible, teniendo en cuenta la complejidad que ofrece la interacción de los factores espaciales, sociales, económicos, políticos, históricos y ideológicos involucrados. Cuando la comprensión del reordenamento territorial de la Amazonia pasa por las políticas públicas del Estado, justificándose por necesidades colectivas, tales como la defensa y la seguridad nacional, un nuevo problema a tratar: ¿hasta qué punto un territorio puede ser modificado en favor de una ideología que, en teoría, es intereses de todo un pueblo, pero que en la práctica, parte de un pequeño grupo que busca satisfacer las necesidades de la "lógica mayor" ya puntuada? Por lo tanto, esta investigación intenta correlacionar la reorganización territorial, en particular la Amazonia Brasileña, con la ideología de la seguridad nacional, la Doctrina de Seguridad Nacional, generada en la “Escola Superior de Guerra”, establecido y aplicado por los militares después del golpe de 1964. Obviamente, esta secuencia de eventos no ocurrió súbitamente. El contexto de la situación política de Brasil durante la “Guerra Fría” inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial, es una condición que conduce a entender la evolución de los hechos relacionados con el problema dese trabajo. Tanto la ejecución de la “Operação Amazônia” cuanto la creación de la de la “Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia” pueden ser buenos indicadores para observar las acciones de reorganización geopolítica que ofrecidas por la Doctrina de Seguridad Nacional. También es importante señalar que las consecuencias ideológicas no se limitan únicamente al período 1964-1985, durante el cual Brasil fue gobernado por los militares, pero más allá de este corte temporal, materializándose en formas, “rugosidades”, con funciones bien definidas en la coyuntura actual. Un ejemplo es la materialización de estructuras espaciales, como el “Radar da Amazônia”, el “Sistema de Vigilancia da Amazônia” y la dinámica espacial de las unidades militares hacia la frontera de la Amazonia Internacional. En otras palabras, como el diseño de territorio evolucionó, la Amazonía jamás puede ser el mismo lo que era antes.

Palabras clave: Amazonia Brasileña, Doctrina de Seguridad Nacional, reordenamento territorial y territorio.

APRESENTAÇÃO

O fato ao qual faço referência na sequência, se deu logo quando me matriculei no programa de pós-graduação, durante uma defesa de dissertação, aliás, a primeira que tive a oportunidade de acompanhar neste mesmo programa.

Durante a banca de mestrado de um colega da Geografia, após o aspirante-a-mestre ter discorrido convincentemente sobre suas dificuldades e preferências acerca do tema abordado, ouvi um dos avaliadores dizer durante suas arguições a seguinte frase ao mestrando: “Você não escolheu o tema. O tema escolheu você”.

A afirmação do doutor não me impressionara tanto em um primeiro momento, pois eu não contava com a vivência acadêmica daquele colega que estava ali, defendendo-se naquele contexto, tampouco com a vivência daquele experiente doutor. Todavia, me sentia obrigado a concordar com o que aquele professor havia dito ao mestrando – aparentemente o único a discordar do parecer.

Daquele dia até hoje, já pensei várias vezes naquela cena. Não como fixação, mas como lição. E, todas as vezes que tentava sobrepor minha “pessoal e intransferível” história de vida a cada parte desta dissertação, chegava à mesma conclusão que o colega de curso de outrora fora obrigado a digerir e processar: meu trabalho seria produto de mim mesmo! Ora, como poderia ser diferente? O professor estava com a razão.

Outro fato importante: nunca me programei em longo prazo para estar aqui. Defender uma ideia, um ponto de vista, uma dissertação certamente não era uma preocupação do jovem e idealista estudante de Geografia de 1998, na Fundação Universidade Federal de Rondônia. Pois é, o gosto pela Geografia não fora programado, mas era o resultado de um conjunto de escolhas e experiências.

Não foi por ter somente excelentes professores de Geografia no ensino fundamental e médio que parti para o estudo das dificuldades dessa ciência, mas foi por motivos tão implícitos que talvez eu nunca vá entender. Mas o que eu posso dizer é que nem o curso de formação de sargentos de carreira do Exército, em Fortaleza (CE), durante quase todo o ano de 2000, após a conclusão do segundo ano de Geografia, me fez desistir de continuar o curso que aprendi a gostar e valorizar.

Minha classificação após a conclusão do curso de formação militar me permitia escolher um lugar, no iria viver, entre estes: Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM) e Boa Vista (RR). Mas decidi ir para Boa Vista. Assim, para mim, em 09 de janeiro 2001 começava uma nova etapa. A maior motivação da opção por Boa Vista, acredite o leitor ou não, era tão somente concluir o curso de Geografia – afinal, eram dois anos de investimento pessoal que estavam em jogo.

Ainda em fevereiro de 2001, já em Boa Vista, fiz a matrícula na Universidade Federal de Roraima com duas esperanças imediatas: aproveitar todas as disciplinas que cursei em Rondônia e dar continuidade ao curso que me era tão caro. Nem sempre tudo sai conforme o planejado, não? Comigo não foi diferente: as disciplinas foram quase todas aproveitadas, perdi poucas. Mas e o curso? Seria possível continuar de imediato?

Não. Era óbvio que o Exército não se interessava por um "sargento-geógrafo" ou coisa parecida, mas o que importava era se o 3º Sargento Antenor estava em forma, disposto a correr vários quilômetros (todos os dias) e não estava doente.

Constatado isso, o comandante do Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva me destacou por "breve temporada", uma espécie de rodízio, para um lugar onde pouca gente sentiria prazer em permanecer: Surucucu (RR), um lugar que costumo dizer que fica entre "nada e coisa alguma", a cerca de 40 km da fronteira com a Venezuela.

Só para explicar como fiz para chegar à Surucucu e contar as histórias que vivi por lá, haveria a necessidade de preencher mais páginas. O fato é que cinco meses em um Pelotão Especial de Fronteira não é uma das experiências mais agradáveis da vida de ninguém. Imagine o leitor um lugar onde só se chega de aeronave, e que essa só vai lá a cada trinta dias em média (quando não atrasa). Pois é: bem-vindo a Surucucu, o 4º Pelotão Especial de Fronteira.

Ora, se havia um 4º Pelotão Especial de Fronteira em Roraima, havia outros que o antecediam na organização estrutural daquela brigada: o 1º, em Bonfim; o 2º, em Normandia; e o 3º, em Pacaraima. Também havia outros dois: o 5º, em Auaris; e o 6º, em Uiramutã. Passei por todos, fosse por um dia, fosse por semanas, em variadas escalas e missões. Enquanto isso, o curso lá, em Boa Vista, parado.

Em 2002, já era segundo semestre, quando “a Força” – como o Exército é chamado internamente – deu-me condições, mesmo precárias, para continuar a estudar. Foi quando voltei, timidamente, à sala de aula, matriculado em apenas uma disciplina. Mas era um começo e estava recém-casado.

Daí em diante, os acontecimentos acadêmicos, inclusive uma greve de 200 dias, começaram a fluir como deveriam: a meu favor. Assim foi possível que me formasse em 2005.2, quando minha “turma original”, em Rondônia, havia se graduado na sua grande maioria em 2001. Lamentável em termos de “tempo perdido”, mas, indubitavelmente, produto de escolhas.

Depois de formado, houve pouquíssimas oportunidades de aproveitar os conhecimentos adquiridos na academia. Isso era frustrante, pois eu já não era mais o mesmo 3º Sargento Antenor, uma vez que já havia experimentado outras formas diferentes de perceber o mundo sem ser sob o viés militar.

Boa parte dos colegas de caserna contava somente com o ensino médio e ainda havia um universo considerável que só possuía o ensino fundamental, pré-requisito mínimo nos concursos que visam a formar sargentos do Exército. Ali já não era mais meu lugar.

Não é que o conhecimento acadêmico tivesse acrescentado em mim arrogância ou coisa parecida, mas conhecimento dá condições de diálogo e amplia a perspectiva em muitas situações cotidianas. Até hoje a estrutura organizacional do Exército Brasileiro não se adaptou a essa realidade.

Alguns desentendimentos com superiores hierárquicos no tocante a cumprimento de ordens questionáveis, além da incompatível questão salarial e de uma carreira incongruente com meus novos anseios pessoais, foram motores para minha saída do serviço ativo.

Para mim, foram praticamente 7 anos, 11 meses e 22 dias perdidos. Além do mais, tal investimento pessoal não rendeu sequer o velho “tapinha nas costas”, ou uma nota de elogio pelos bons serviços prestados, do comandante do batalhão quando resolvi sair pela mesma porta que entrei.

Aliás, eu acho que o comandante nem sabe que eu saí. Deve ter assinado a documentação “de olhos fechados” ou até mesmo sem ler. Normalmente, a saída de um militar de carreira, quando praça, resulta em reunião com os oficiais da unidade militar em questão. Se o militar for oficial, vai parar no gabinete do general da

Brigada, pois é um absurdo que um investimento ideológico e financeiro tão grande seja feito e se acabe em uma vida civil, sem muito valor na mística castrense.

Well, agora eu era mais um "civil nojento" – como se refere o público interno aos civis que nunca serviram e aos que "dão baixa", especialmente aos que saem para assumir cargos em concursos públicos. Esses são os piores, verdadeiros ingratos! O interessante é que muitos ex-colegas de farda nem falam com você depois. Aconteceu isso com outro sargento que "pediu baixa" para cursar medicina. Um verdadeiro escândalo!

O mais interessante nessa história é que eu saíra do Exército, mediante concurso público para lecionar Geografia. Havia saído pela porta da frente: com duas medalhas e sem punições. Nesse sentido, o saldo é positivo.

Nem tudo estava perdido nesses dias: em 06 de setembro de 2006, havia nascido minha primeira filha, Isabele. Uma importante renovação das perspectivas e das expectativas. Talvez tenha sido ela a minha maior motivação para eu sair do Exército e por ainda eu ter permanecido por lá ainda quase por um ano e meio. Queria (e quero) dar um futuro mais confortável a ela. Na época da baixa, ela ainda estava com um ano, quatro meses e vinte e dois dias.

No dia 29 de janeiro de 2008, inicia-se uma nova vida para mim, pois era disso que eu precisava: pensar. Pensar antes de agir. Pensar antes de tudo. Que lugar melhor que a sala de aula para fazê-lo? Fui ser professor, praticar o que aprendi. Fui para Caracaraí, ainda em Roraima, a 140 quilômetros ao sul da capital. Contudo, o "velho-novo" sistema me enganaria novamente: instalações precárias, estrutura pedagógica obsoleta, ameaças à integridade física (sem falar da mental), alunos rebeldes, extremamente limitados e desmotivados – tudo o que um professor de Geografia não precisava para desenvolver. Foi um longo e deprimente 2008!

No mesmo ano, no final do terceiro trimestre, surge o edital de seleção do mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, talvez uma redenção, um refúgio para o intelecto, tão sofrido e sujeitado às intempéries dos sistemas que não valorizam o pensar. Era hora de mostrar para que estudei, de dar um rumo ao que não havia planejado. Era o momento de tratar das sequelas emocionais e intelectuais.

Dizer que foi difícil participar do processo seletivo é dizer pouco. Afinal, eram viagens de Caracaraí (às vezes, de Boa Vista)-Manaus-Porto Velho para participar

de cada fase. Era um desgaste necessário. O físico, o mental e o financeiro chiaram, rugiram. Parecia ser o retorno tardio de um portovelhense à sua origem.

O tema que escolhi para trabalhar: reordenamento territorial a partir da geopolítica militar na Amazônia. Pareceu ironia, pois deveria ser a última questão que eu deveria estudar. Seria a materialização de uma negação? Seria uma evolução? Sinceramente, ainda não entendi nem acho que vá entender tão cedo. Aliás, acho que entendi: só havia vivido isso, logo só podia almejar falar sobre isso. Não era muita pretensão para um mero sargento de infantaria da reserva não remunerada?

O fato é que os ventos foram favoráveis, embora onerosos, e ainda em 2008 estaria em Porto Velho me preparando para o início do curso. Eu estava "enferrujado", tudo parecia incomodar, doer, doer na cabeça. Mas, como sempre diz meu orientador: "Pensar dói". Eu já não lembrava mais como era isso (pensar?). Não lembrava como era ter enxaqueca por ler tanto. Não sabia o que era esquecer de comer por estar à frente de um computador. Conheci duas irmãs gêmeas nesse período: a insônia e a azia.

Muito foi o que aprendi nesses 2 anos, 3 meses e 2 dias. Muito foi com o que me revoltei. Muitos foram os que eu culpei pelas minhas escolhas, meus fracassos, mas grande foi o meu aprendizado – mesmo com os que foram descorteses, deselegantes e pedantes. Muito aprendi com verdadeiros doutores e verdadeiros alunos, mas nem todos são perfeitos, como eu quis ou imaginei. Não aprendi verdades, mas aprendi valores. Aprendi sobre a ética da pesquisa e o seu valor quando feita com seriedade, suor, sangue, lágrimas e enxaquecas intermináveis e lancinantes.

Não tenho dúvidas de que este trabalho não é o melhor dentro do universo acadêmico local, quiçá regional – nem me atreveria a extrapolar ao nível nacional. Mas é uma pesquisa sincera, simples, trabalhosa e que, enfim, me escolheu para ser seu porta-voz. Se fui pertinente ou não, os críticos competentes o dirão. Enfim, esta pesquisa, resultado de minhas exclusivas experiências, escolheu a mim, tão somente.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS xvi

LISTA DE MAPAS xvii

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO I – METODOLOGIA 23

CAPÍTULO II – INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ESTADOS-NAÇÃO NO PÓS-GUERRA E A ORIGEM DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

2.1 Mundo pós-Segunda Guerra Mundial e reconfigurações territoriais 29

2.2 O poder político-econômico do capital estadunidense e ideologia de segurança nacional 38

2.3 Doutrina de Segurança Nacional, Escola Superior de Guerra e Estado militar 50

CAPÍTULO III – DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E AMAZÔNIA BRASILEIRA

3.1 Operação Amazônia em favor da Amazônia? 65

3.2 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Plano de Integração Nacional 71

3.3 Radar da Amazônia e o Tratado de Cooperação Amazônica 76

3.4 Rondônia e os grandes projetos de assentamento e o Projeto Calha Norte 80

CAPÍTULO IV – REORDENAMENTO TERRITORIAL, DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E ATUALIDADES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

4.1 Um breve histórico e caracterização do Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia 92

4.1.1 Sistemas de Vigilância e Proteção e a realidade das fronteiras amazônicas: colapso da doutrina? 101

4.2 Quartéis, presença do Estado e soberania(?) 107

4.3 Soberania e o paradoxo da ingerência 113

4.4 Porque então a Amazônia Brasileira ainda não foi internacionalizada? 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A reorganização da hegemonia mundial: a hegemonia na ordem geopolítica durante a Guerra Fria (adaptado e traduzido). 30

Figura 2: A reorganização da hegemonia mundial: a hegemonia na ordem geopolítica após a Guerra Fria (adaptado e traduzido). 36

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNDO POR ÁREA DE INFLUÊNCIA DURANTE A GUERRA FRIA 33

MAPA 2 - AMAZÔNIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL 66

MAPA 3 - PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1970 84

MAPA 4 – ÁREA INICIAL DE INTERESSE DO PROJETO CALHA NORTE 87

MAPA 5 - FAIXA DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 89

MAPA 6 - UNIDADES DE MONITORAMENTO DO SIVAM/SIPAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 102

MAPA 7 - MALHA VIÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 105

MAPA 8 - UNIDADES MILITARES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 109

MAPA 9 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNDO NA ATUALIDADE 118

INTRODUÇÃO

Toda a discussão geopolítica que este trabalho levanta preocupa-se em dar conta do problema proposto através da análise da categoria “território” e sua íntima relação com aspectos de alguns de seus principais componentes, quando se aborda essa categoria em nível de Estado: ideologia, poder e soberania.

A inserção desses últimos elementos teóricos nesta discussão, mesmo não sendo categorias de análise geográfica, faz-se necessária porque trata de conceitos fundamentais para a construção de um território em nível de Estado. Além do mais, é impossível conceber os limites de um Estado, que pressupõem jurisdição, sem tais componentes ordenadores.

Mas que território poderia ser considerado para uma discussão geográfica, levando-se em conta tais elementos teóricos? Em princípio, qualquer território, em qualquer escala e através do método geográfico, pode ter tanto a sua ideologia motivadora quanto o seu poder formatador e a sua soberania asseguradora de limites devidamente analisados e qualificados.

O primeiro capítulo, “Metodologia”, é a parte do trabalho destinada a compreender o modo como foi possível conectar teorias de diferentes áreas do conhecimento e fatos, a fim de promover os resultados e considerações que por hora se materializam. É através desse capítulo que se tornam nítidos os passos para a elucidação do problema proposto.

Buscando sincronizar a teoria à prática, este trabalho interessa-se pela compreensão da dinâmica do reordenamento territorial da Amazônia Brasileira, considerando a influência ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, gestada em território nacional a partir do golpe militar de 1964, mas com claras referências doutrinárias ao pensamento geopolítico estadunidense.

É nesse momento do trabalho, que se faz necessária a compreensão da influência da lógica internacional de interdependência político-econômica estabelecida entre os Estados após a Segunda Guerra Mundial para a construção de uma ideologia de segurança nacional.

A Geografia Política e a Ciência Política passam a caminhar juntas deste ponto em diante e se propõem a explicar a dinâmica territorial da Amazônia

Brasileira, enfatizando a preocupação do Estado brasileiro, a contar de 1964, em conservar seus limites territoriais de acordo com suas diretrizes político-ideológicas desenvolvidas para esse fim.

Contudo, um passo necessário para a compreensão tanto do problema proposto quanto das suas implicações territoriais, é o entendimento de como a Amazônia Brasileira passa a ser influenciada e modificada, através dos tempos, até adquirir o nível de interdependência com o resto do mundo e com o qual é obrigado a lidar na atualidade.

No decorrer deste trabalho, verificar-se-á o papel decisivo da elaboração e da implantação da Doutrina de Segurança Nacional na concepção e reordenamento territorial da Amazônia Brasileira. O crédito dessa ideologia ordenadora remonta à criação da Escola Superior de Guerra e da sua formação predominantemente militar, o que ajuda a reforçar a tese que afirma que o território é uma consequência ideológica que se reflete no espaço geográfico.

Em todo caso, quando se fala de um predomínio de influência militar na construção de uma ideologia de segurança nacional no Brasil, também se fala de uma forte participação política civil conservadora e elitista nesse processo.

Em seguida, o segundo capítulo, “Interdependência entre os Estados-nação no pós-guerra e a origem da Doutrina de Segurança Nacional”, como início da discussão propriamente dita, servirá como um esquema expandido que apresentará aspectos da reconfiguração territorial do mundo após a Segunda Guerra Mundial e do papel do capitalismo nessa dinâmica.

Esse capítulo trata, portanto, da correlação desta dinâmica territorial mundial com a geração de uma ideologia de Estado que procura unir defesa, soberania e desenvolvimento nacionais sob um único discurso e de forma institucionalizada.

O terceiro capítulo, “Doutrina de Segurança Nacional e Amazônia Brasileira”, é a chave do desenvolvimento deste trabalho, pois nele é possível verificar como a ideologia de segurança nacional figura como razão de ser da Escola Superior de Guerra, a instituição responsável por gerar e instalar a Doutrina de Segurança Nacional nas políticas públicas do Estado brasileiro, relacionadas à manutenção e reordenamento territorial.

Esse capítulo ainda se torna mais importante, pois também permite observar que a Amazônia ganha o centro das discussões da Escola Superior de Guerra, haja vista suas características espaciais, politicamente estratégicas. Com tal valorização

estratégica da Amazônia Brasileira por parte do Estado, passam a ser desenvolvidos mecanismos geopolíticos, identificados e explanados, que caracterizam as ações da Doutrina de Segurança Nacional na região.

Em dado momento, pode-se questionar a escala de análise considerada neste trabalho. De fato, é um grande perímetro a ser enfocado, mas que pode ser homogeneizado por conta da ação de uma mesma política pública de manutenção da soberania. Em outros termos, se a materialização do poder modificador e, ao mesmo tempo, fiscalizador é único – o Estado nacional – e os objetivos de manutenção constante dos limites já consolidados são uniformes ao longo da fronteira internacional, proporcionando um sentimento coletivo de segurança, pautado em um estado legal de soberania, não há como deixar de entender a Amazônia Brasileira como um todo.

Em contrapartida, considerar a Amazônia Brasileira – ou Amazônia Legal – como um todo é um desafio considerável, pois há que se levar em conta quase cinco milhões de quilômetros quadrados e todas as peculiaridades existentes a cada quilômetro das fronteiras.

Continuando a observação acerca da escala considerada, parece óbvio que isolar uma Unidade da Federação, abrangida pela Amazônia Brasileira, do contexto no qual está inserida, aumentaria o detalhamento da dinâmica territorial, mas tornaria mais difícil o estabelecimento de uma relação com o todo.

Além do mais, abordar um Estado como estudo de caso, considerando as variáveis políticas sem sair do “foco territorial”, seria uma tarefa desafiadora, pois ali seriam observadas dinâmicas e nuances territoriais mais pontuais e mais claras que, de forma alguma, poderiam ser visíveis em escala regional.

Desta forma, verifica-se a aplicação dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional para a compreensão do reordenamento territorial, experimentado pelo estado de Rondônia na segunda metade da década de 60 – praticamente quando as principais políticas de reordenamento territorial, pautadas especialmente por projetos de colonização, são implantadas para se estabelecer na década seguinte.

De qualquer forma, para ilustrar melhor a dinâmica territorial proporcionada pela Doutrina de Segurança Nacional, seria interessante o estudo de uma parte – Unidade da Federação – do todo – Amazônia Brasileira –, o que permitirá uma

correlação coerente entre o geral e o particular. Como melhor contribuição para os estudos locais, optou-se pela seleção de Rondônia para tais considerações.

Outro motivo para a opção pelo estado de Rondônia como parte do objeto de estudo em certa altura desta discussão, foi sua localização geográfica, ao sul-sudoeste da Amazônia Brasileira, que permitiu que fossem estabelecidas vias de acesso que dividem o estado de modo sistemático, partindo de um eixo principal, a BR-364, que por sua vez divide o estado em duas partes, não necessariamente simétricas, mas que proporcionou uma rápida ocupação espacial por conta das sucessivas ondas migratórias incentivadas, típicas dos governos militares, especialmente no início da década de setenta do século passado.

O referido fluxo migratório não poderia ser, por sua vez, compreendido sem se considerar as políticas públicas sob a nova lógica de reordenamento territorial, implementada pela ideologia militar. Considerando que a aglutinação humana, seja em núcleos urbanos ou rurais, requer concentração de bens e serviços, mais ou menos centralizada, a Amazônia Brasileira passaria a experimentar uma realidade diferente, em uma escala maior e em caráter duradouro, aquilo que havia se dado somente de forma inconstante, nos séculos imediatamente anteriores, por causa dos ciclos econômicos notadamente conhecidos.

No quarto e último capítulo, “Reordenamento territorial, Doutrina de Segurança Nacional e atualidades da Amazônia Brasileira”, é possível visualizar como a ideologia de segurança nacional pode se materializar no espaço geográfico. Essa espacialização geoestratégica caracteriza uma necessidade de presença por parte do Estado brasileiro e pode ser percebida pela identificação das principais rugosidades existentes.

Não se pode negar que a tomada de poder pelos militares foi um marco relevante para a assunção de um governo que priorizaria a ocupação espacial da Amazônia Brasileira, por meio de políticas públicas, as quais determinavam a intensidade da exploração do solo e o ritmo da criação de vias de acesso interligadas, com o objetivo de proporcionar a fixação de núcleos de povoamento como estratégia de reversão do “vazio” que era considerado a região, segundo a lógica da ideologia adotada pelo governo militar brasileiro à época, em um território com fronteiras “avivadas” e reconhecidas por outros Estados, entenda-se “outros Estados” por aqueles com grande poder de decisão política e atuação econômica.

Assim, a história e o estudo das dinâmicas migratórias, em várias fronteiras espalhadas pelo mundo, têm mostrado que simplesmente assentar pessoas em um território não garante soberania. A atual condição demográfica dos “palestinos” na Faixa de Gaza é um exemplo bastante claro.

Sobretudo, o Estado, se quisesse sobreviver, precisaria de “olhos” mais efetivos em todo o perímetro pelo qual zela. O Radar da Amazônia, importante ferramenta de levantamento de informações espaciais, após a década de 80, já havia cumprido seu papel.

As novas ferramentas, o Sistema de Vigilância da Amazônia e o Sistema de Proteção da Amazônia, analisadas no último capítulo deste trabalho, seriam mais do que úteis para garantir uma suposta onipresença territorial na Amazônia Brasileira, mas também seriam a garantia da onipresença da ação do capitalismo, logo área de influência de superpotências ou super blocos econômicos.

Outro aspecto espacial a ser considerado na dinâmica territorial, nos limites propostos por este trabalho, é a instalação e a movimentação de unidades militares nas últimas duas décadas, que ajudaram a aumentar a complexidade da configuração territorial amazônica.

Essa movimentação é uma verdadeira aplicação prática do conceito miltoniano de “rugosidade”, que fala de um produto espacial nítido, que remonta a um tempo e a uma lógica de produção espacial passada. Vigiar e ocupar, contudo, também não garantiria tudo. Os processos migratórios desencadeados pelos governos militares também precisavam de muito dinheiro para estabelecer suas políticas de desenvolvimento econômico.

O Projeto Calha Norte, por exemplo, criação dos militares, já no primeiro governo civil após a ditadura, mandato de José Sarney, nada mais foi que, em grande parte, uma extensão do período anterior, seja em aspectos políticos quanto em aspectos econômicos –, passa a ser implementado como política pública com vistas ao desenvolvimento econômico regional, além da já mencionada multiplicação de unidades militares na região da Faixa de Fronteira amazônica.

Em outras palavras, acabava a ditadura, mas parte da ideologia permaneceria. Resultado? Graças à Doutrina de Segurança Nacional, uma ideologia militar institucionalizada, a Amazônia Brasileira jamais seria a mesma.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

Este trabalho tem por principal característica intrínseca ser um produto de pesquisa estritamente teórica. Consequentemente, não houve realização de atividades de campo. Todavia, foi necessário percorrer alguns passos metodológicos para atingir os objetivos propostos e que estão descritos logo abaixo.

O primeiro desses passos foi a elaboração de um projeto de pesquisa pertinente a uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia. No caso, à linha de pesquisa “Gestão do Território”.

Uma vez sendo o projeto avaliado e aprovado, o próximo evento foi o levantamento bibliográfico, ou seja, a composição de um banco de dados que fosse capaz de fornecer referenciais teóricos pertinentes à pesquisa. Foram consultados os mais diversos tipos de documentos escritos: livros, periódicos e artigos científicos.

Com o banco de dados formado, houve uma preocupação, no tocante à qualidade dos escritos pré-selecionados. Nesse sentido, buscaram-se fontes bibliográficas que fossem de indiscutível relevância acadêmica. No caso dos artigos, por exemplo, deu-se preferência aos que estivessem indexados em bases constantes no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A posterior leitura do banco de dados inicial foi o passo metodológico necessário para a seleção intermediária de fontes bibliográficas significativas, que atendessem às seguidas e esperadas adaptações de trajetória no desenvolvimento do projeto.

Buscou-se, também, inserir no referencial bibliográfico, teóricos e autores internacionais, tendo em vista a necessidade de relacionar certos dados da pesquisa com a origem de algumas ideias e conceitos, muitas vezes citados nas publicações nacionais, ou ainda pelo simples fato de promover exposição de um ponto de vista diferenciado do publicado no Brasil.

Após essa fase, algumas fontes foram descartadas, por não serem efetivas na caracterização do problema ou no encaminhamento para respostas viáveis. No entanto, a diversidade dos referenciais bibliográficos é nítida, quando se observa

trabalhos de referência, que vão de literaturas clássicas, tanto para a Geografia quanto para a Ciência Política, passando por teses e dissertações, das mais diversas instituições nacionais, incluindo-se artigos de periódicos internacionais.

Uma vez que o banco de dados estava praticamente consolidado, passou-se para a leitura detalhada e crítica do material selecionado. Tal leitura analítica permitiu que a dissertação ganhasse estrutura teórica e lógica adequada à análise do corpo docente especializado.

Em relação a essa sequência metodológica, é válido ressaltar que ela ocorreu paralelamente à realização das atividades acadêmicas obrigatórias de pré-qualificação: a participação em seis disciplinas durante o curso, sendo quatro no primeiro semestre de 2009 e duas no segundo semestre de 2009.

Essas disciplinas foram extremamente relevantes para a construção teórica e epistemológica desta pesquisa, considerando, sobretudo, suas atividades de seminários temáticos e as respectivas conclusões em forma de artigo: Teoria da Geografia (2009.1); Gestão ambiental (2009.1); Cultura, populações amazônicas e sustentabilidade (2009.1); Métodos qualitativos em pesquisa (2009.1); Urbanização da Amazônia (2009.2); e Uso e ocupação do solo na Pan-Amazônia (2009.2).

Epistemologicamente, esta discussão parte de uma premissa não-determinista que pressupõe que a existência e consequente ordenamento de um dado espaço geográfico se dão a partir da vontade humana que, por sua vez, extrapola imediatamente o “natural”, pois exige, além da presença *a priori* do sujeito (SANTOS, 1999, p. 8), a interação entre as complexidades espaciais (HARTSHORNE, 1939, p. 641; e GOTTMANN, 1952a, p. 655) pré-existentes e as que surgem no decorrer dessas relações.

E, nesta discussão, importa algo mais além do que fazer uma análise espacial, mas compreender como o Estado se apropria politicamente, como principal agente, deste fenômeno de reordenamento territorial por meio do capital (SANTOS, 1999, p. 10) e de ideologias (SANTOS, 1999, p. 10 e 11) que o justifiquem.

Pode-se afirmar, por consequência, que a própria existência de um território, categoria de análise do espaço geográfico, é um fenômeno social (GOTTMANN, 1975, p. 29; e RAFFESTIN, 1993, p. 144). Se território é um fenômeno social, também é, como já visto, ideológico, pois pressupõe uma lógica baseada em interesses carregados de surgimentos, com maior ou menor intensidade.

Considerando a natureza do território tanto social quanto ideológica, *a priori*, deve-se continuamente relacionar tais atributos ao espaço geográfico, gerando uma relação complexa e impossível de determinar "início" ou "fim". De qualquer forma, tal interação de fatores produz categorias de análise como "território" e, por sua vez, pressupõe a existência de outras categorias de análise geográfica como a "fronteira", por exemplo (CLAVAL, 2007, p. 216 e 217).

Portanto, a estrutura fundamental de um território seria a consideração, *a priori*, tanto do espaço geográfico quanto dos fenômenos sociais, movidos por fluxos de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 145) que podem se manifestar por sujeitos distintos e sob vários pretextos. No caso desta discussão, o sujeito que promove o reordenamento territorial é o Estado através da ideologia de segurança nacional.

Parece estar claro que variáveis geográficas e políticas como a extensão territorial, continuidade territorial, virtualidade de recursos e relações de interdependência com outros territórios, por exemplo, podem favorecer ou minar a existência de um território ao longo de um período de tempo.

É histórico, ou seja, é arraigado à existência humana o estabelecimento de relações sociais baseadas no poder (CLAVAL, 1979, p. 12-15). Dessa forma, quem pode mais determina e quem pode menos passa a viver um papel ativo, no sentido de determinar padrões, em sua escala, e, um papel passivo no que tange à tomada de decisões de mais alto nível. É nesse momento que o Estado se apresenta como uma das mais notáveis e influentes formas de manifestação de poder contemporâneo.

Contudo, por mais que se creia que o Estado naturalmente seja uma instituição comprometida com a sociedade à qual está diretamente relacionada, um ente que chegaria a sugerir passividade política, ele também promove formatações ideológicas, que definirão seu papel nas relações com outros Estados e que, também por sua vez, já foram definidas por Estados-potência com maior capacidade de decisão política, baseada em seu vigor econômico, o que nem sempre corresponde completamente aos anseios de um povo (CLAVAL, 1979, p. 11 e 12).

Para que determinado povo se considere alinhado com as necessidades do Estado, faz-se necessária uma campanha constante, mais ou menos ostensiva, de *marketing* governamental que convença tal povo de que o Estado não é apenas um Estado, mas é um Estado soberano e possuidor de necessidades para sua sobrevivência.

Portanto, na atualidade, não é suficiente que um Estado simplesmente exista, mas é necessário que esse Estado seja um Estado-nação, um ente jurídico ímpar, pois cada nação precisa tanto auto afirmar-se quanto afirmar-se perante outros grupos sociais organizados equivalentes se quiser ter sua territorialidade garantida, dada a importância da soberania para a já citada sobrevivência de um Estado.

A nacionalidade, ou seja, o sentimento de pertencimento a dado lugar é uma forma extremamente eficiente de ligar, muitas vezes de forma indelével, o indivíduo a dado espaço, a um território imposto previamente a ele pelo Estado, considerando as relações político-sociais modernas, e pelas ideologias dominantes que o permeiam, o que explica a morte voluntária de indivíduos através dos tempos, por conta do seu relacionamento com a "pátria" (GOTTMANN, 1973, p. 33-36) e de outras relações ou fenômenos sociais tão complexos quanto (KANTOROWICZ, p.147-156).

Então, passa-se a viver a necessidade do estabelecimento de um sentimento coletivo de segurança: a segurança nacional, que só pode ser alcançada por meio de uma qualidade do Estado, que está sendo, com o passar do tempo, frequentemente reeditada: a soberania (GOTTMANN, 1973, p. 30, 31, 33, 36, 41, 43-46).

A soberania, portanto, como um fator político-ideológico, tem se apresentado volátil – por mais paradoxal que pareça – em detrimento da sua própria estrutura original, mas é uma variável que ainda soa como constante na lógica da construção dos Estados-nação contemporâneos e componentes de grandes blocos econômicos.

Mesmo diante da abrangência contida nas fundamentações teóricas apresentadas nesta metodologia, parece ser possível transpô-la para o problema deste trabalho, haja vista a sua aplicabilidade e validade nos dias atuais. Mas, sob que condições e sob quais argumentos?

Após a Segunda Guerra Mundial, houve o estabelecimento de uma nova ordem político-econômica que ganharia terreno a largos passos pelo globo (SANTOS, 2007, p. 14, 16-19). Por consequência, houve também reordenamento territorial em escalas regionais considerando o enquadramento dessa realidade com a "realidade maior", imposta por conta das necessidades político-econômicas, desde então, "mundiais".

Dessa forma, não haveria mais, necessariamente, o apriorismo da continuidade territorial nacional física para que influências fossem estabelecidas, era o novo desafio do capitalismo mundializado. Essa nova realidade pautada na materialidade da nova ordem geopolítica, passa a requerer, portanto, uma abordagem crítico-dialética (HARVEY, 2006, p. 134-136; HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, p. 131, 2006; e HAESBAERT, 2007, p. 46-49).

O Brasil também não ficaria incólume a essa nova ordem mundial – o *establishment*[1] – vigente no mundo (SANTOS, 2008a, p. 338 e 339; SANTOS, 2008b, p. 13-16; e SANTOS, 2008c, p. 15-18, 175-177). Ao Brasil, estaria reservada uma função específica na interatividade interdependente entre os Estados, uma vez estabelecidas as relações de produção e consumo vigentes até os dias atuais.

As décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial demandavam consolidações territoriais, conforme a capacidade de influência ideológica (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 47), proveniente das duas superpotências da época: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tal embate, denominado "Guerra Fria", seria o estopim para o já mencionado reordenamento territorial em todo o globo.

Desse modo, o futuro dos continentes, regiões e países já havia sido previamente esquadrinhado e convenientemente estabelecido. A América Latina, por exemplo, nas décadas de 60 e 70, viveria uma série de golpes de Estado que confirmariam que as decisões políticas e econômicas eram supra-estatais, de caráter inicialmente unilateral e se tratavam de um nítido alinhamento político-ideológico, necessário à sobrevivência dos Estados envolvidos.

Como exemplo contemporâneo, cita-se: a participação do Brasil, com a sua Força Expedicionária Brasileira, no combate ao comunismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, em favor dos aliados; e o corte de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como indicativos da escolha do governo militar no futuro.

A intensificação da influência ideológica capitalista sobre o Brasil, no fim da década de 40 e no início da década de 50, era o fator determinante para a ascensão dos militares ao poder, por meio de um golpe em 1964, que, por sua vez, passa a dar condições para a criação da Escola Superior de Guerra.

---

[1] Estabelecimento, fundação [tradução nossa].

A implantação dessa escola de pensamento estratégico-militar, por sua vez, passa a ser um marco relevante, quando se busca a referência teórica para a construção da Doutrina de Segurança Nacional, da qual se lança mão de consideráveis contribuições ainda nos dias atuais (BECKER e EGLER, 1998, p. 128-130). Obviamente, para a construção, implantação e implementação da Doutrina de Segurança Nacional, houve adaptações de ideologias anteriores acumuladas e criteriosamente selecionadas pelos governos militares.

O principal objetivo dessa ideologia era, sobretudo, a consolidação de fronteiras e ocupação de um "vazio" demográfico (BECKER, 2005b, p. 73 e 80) perigoso para as aspirações do Estado brasileiro de então. Para tanto, a construção de vias de acesso, assentamentos humanos e unidades militares era vital para o alcance dessa meta.

As transformações ocorridas desde a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, passando pelos programas de assentamento, implantação do Programa Calha Norte, implantação do Radar da Amazônia e, após os governos militares, a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia e de unidades militares, especialmente na Faixa de Fronteira, seriam produtos geopolíticos e espaciais – "rugosidades" (SANTOS, 2004b, p. 173) – diretamente ligadas aos objetivos desta pesquisa.

Por fim, compreender como a Doutrina de Segurança Nacional, o principal aspecto da geopolítica militar recente no Brasil e produto de uma ideologia não original absorvida pelo Estado, em primeiro lugar, foi capaz de reorganizar uma porção territorial tão complexa e heterogênea como a Amazônia Brasileira; e, em segundo lugar, como seus produtos se deram a perceber até os dias atuais, através das marcas deixadas no espaço geográfico regional, passam a ser o grande motivador deste trabalho.

CAPÍTULO II – INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ESTADOS-NAÇÃO NO PÓS-GUERRA E A ORIGEM DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

2.1 Mundo pós-Segunda Guerra Mundial e reconfigurações territoriais

O que é necessário compreender doravante é que será apresentada uma sequência lógica de fatos que buscará correlacionar causas e efeitos (SANTOS, 2008e, p. 27) sob uma abordagem da Geografia Política (GOTTMANN, 1952b, p. 512; e GOTTMANN, 1982, p. 343), ou seja, buscar-se-á compreender neste trabalho como ações políticas puderam influenciar o reordenamento territorial, independentemente da escala considerada.

Esta abordagem inicial em nível macro busca conectar variáveis políticas, econômicas e sociais que se deram em escala mundial – as causas –, com os efeitos notados no reordenamento territorial experimentado pelo Brasil, pós-golpe de 1964 – momento ímpar em vários aspectos, especialmente importante para a concepção geopolítica voltada ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional, por meio da implantação da ideologia de segurança nacional.

Em outras palavras, pretende-se tornar possível a explicação, em linhas gerais, de como se deu essa reorganização territorial no mundo pós-Segunda Guerra Mundial e como é possível ligar essa lógica maior à reorganização territorial brasileira, durante os governos militares, sob o direcionamento da Doutrina de Segurança Nacional.

Santos (2008c, p. 52) explica, didaticamente, como é possível unir as escalas propostas até aqui de maneira muito clara e coerente:

> Compreender uma região passa por entender como funciona a economia em nível mundial e rebatê-la no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos atores hegemônicos.

Eis que Santos, portanto, propõe um método geográfico inicial suficiente para dar conta do entendimento da dinâmica territorial da Amazônia Brasileira, construída durante os governos militares, e permite tornar possível conectar tal fenômeno a uma lógica maior, pré-existente.

O princípio metodológico adotado por Santos já era consagrado por Hartshorne (1939, p. 640), no início do século XX, quando este afirmava que

> *On the basis of such generic concepts, geography seeks to establish principles of relationships between the phenomena that are [...] related in the same or different areas, in order that it may correctly interpreted the interrelations of such phenomena in any particular area*"[2].

Contudo, é importante ressaltar que os fatos relacionados à produção espacial, especialmente quando se trata do contínuo processo de globalização do capitalismo (NOGUEIRA, 2008, p. 27), não se traduzem simplesmente por "explicações mecanicistas" (SANTOS, 2008e, p. 17), mas o estabelecimento de uma relação de causalidade é sempre um ponto de partida válido para uma discussão científica como a que se propõe neste trabalho.

Enfim, o mundo que começou a ser formado após o término da Segunda Guerra Mundial (LANDES, 1998, p. 523 e 525; e BLAINEY, 2008, p. 315-322) trazia em si mudanças político-ideológicas, logo territoriais, que nunca antes haviam sido experimentadas por todo o mundo de forma tão homogênea e, ao mesmo tempo tão contundente (Figura 1).

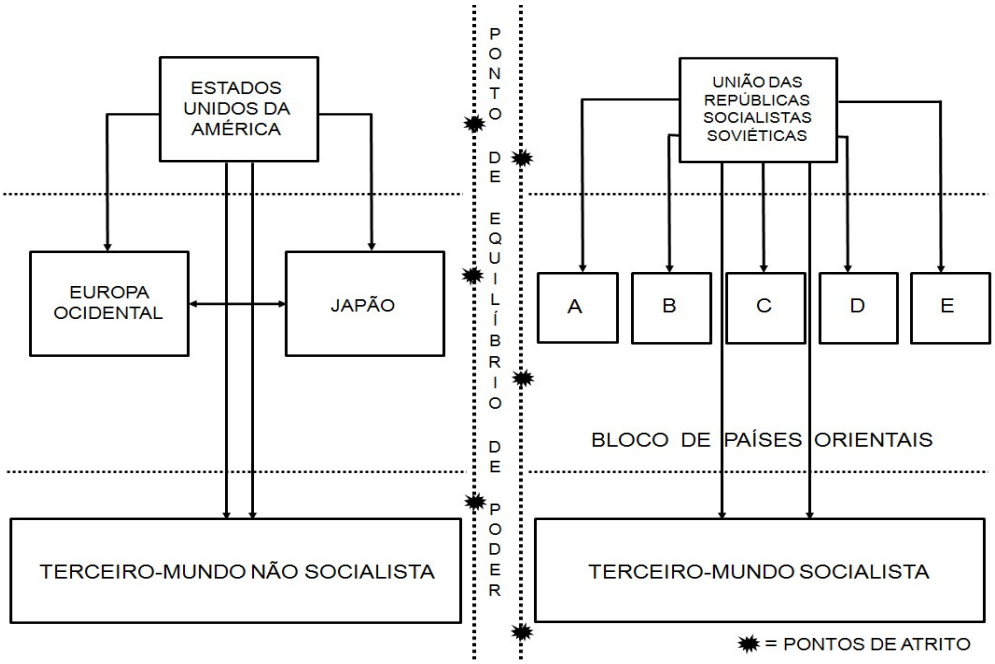


Figura 1: A reorganização da hegemonia mundial: a hegemonia na ordem geopolítica durante a Guerra Fria (adaptado e traduzido). Fonte: AGNEW e CORBRIGE, 1995, p. 206.

[2] *Com base em tais conceitos genéricos, a Geografia procura estabelecer princípios de relações entre os fenômenos que estão [...] relacionados nas mesmas ou em diferentes áreas, a fim de que possa interpretar corretamente as inter-relações de tais fenômenos em qualquer área particular* [tradução nossa].

Dessa forma, praticamente todos os Estados-nação se viram envolvidos diretamente com as ações geopolíticas do capitalismo contra as do comunismo de forma mundializada. Tais ações foram desempenhadas ou patrocinadas pelo poder político e econômico dos Estados mais industrializados e poderosos naquele contexto, deflagrando uma guerra e, de forma calculada, projetando suas consequências (SANTOS, M. 2004b, p. 115).

Cowen e Smith (2009, p. 23) corroboram esse entendimento de forma didática e sintética, afirmando que "*As simultaneously ideology and technology of state power, modern geopolitics arose as part of the specific historical and geographical assemblage of modern nation-state making and the rise of capitalism*"[3].

Em contraposição à ascensão do capitalismo, por consequência, verifica-se a limitação territorial dos comunistas, haja vista o "poder de convencimento" estadunidense e de seus aliados sobre pretensas vantagens político-econômicas de se adotar o capitalismo. No entanto, os fatos não são tão simples assim, pois remontam a fatores históricos mais profundos.

O esquema proposto por Agnew e Corbrige demonstra de forma simplificada como o "ponto de equilíbrio de poder" entre grandes blocos detentores de poder político, econômico e, consequentemente, territorial somente é alcançado por atritos, crises gerenciadas – boicotes econômicos, incursões militares convencionais ou até mesmo clandestinas, etc. Tais atritos, portanto, passam a se tornar argumentos válidos em um embate de caráter mundial.

Sem dúvida, estudar os atos políticos, as dinâmicas territoriais, que houve por todo o mundo a partir de 1939 – o início da Segunda Guerra Mundial – seria uma proposta bastante instigante e tornaria possível compreender o porquê, o desenrolar, da lógica político-econômica que moveu e move as macrorrelações internacionais até os dias atuais (HARVEY, 2010, p. 207). Contudo, tal recorte temporal se apresenta impraticável por conta do grande volume de informações relacionadas.

Levando-se em consideração o motivo acima exposto, resolveu-se, para início de discussão, selecionar outro início de recorte temporal mais prático para resolução do problema proposto por esta pesquisa: a "Guerra Fria" (HOBSBAWM,

[3] "*Simultaneamente como ideologia e tecnologia do poder estatal, a geopolítica moderna surgiu como parte do conjunto histórico e geográfico específico de construir o Estado-nação moderno e a ascensão do capitalismo*" [tradução nossa].

1995, p. 223-252; MARQUES, 2003, p. 71; CABRAL, 2005, p. 20, 22, 50, 51 e 59; MIYAMOTO, 2007, p. 73, 86, 87 e 89; PECEQUILO, 2007, p. 47 e 48; BLAINEY, 2008, p. 315; BECKER, 2009, p. 272; e TILIO NETO, 2009, p. 14, 46 e 121) – período imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial e que apresenta um quadro político mundial relativamente bem definido.

O que se pôde reter e utilizar imediatamente da construção deste modelo político-econômico nesse contexto geopolítico é o entendimento *a priori* de uma macrodivisão político-econômica que determinou, grosso modo, que quem não era capitalista era socialista (Mapa 1). Não havia meio termo na prática.

Em outros termos, houve uma reconfiguração territorial, gerando uma bipolarização político-ideológico-econômica no mundo – o que seria desnecessário, além de exaustivo, explicar em detalhes como se deu esse "embate" entre os Estados Unidos da América e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (AGNEW, 2003, p. 109). Seguem-se as consequências.

Era chegado, enfim, um momento histórico onde cada Estado tornar-se-ia capitalista (maioria numérica e territorial dos países) ou socialista. No caso dos países socialistas, podem ser citados alguns casos específicos de definição por essa corrente ideológica:

a) Cuba, através do socialismo revolucionário em 1959 (LANZONI, 1986, p. 64 e 65);

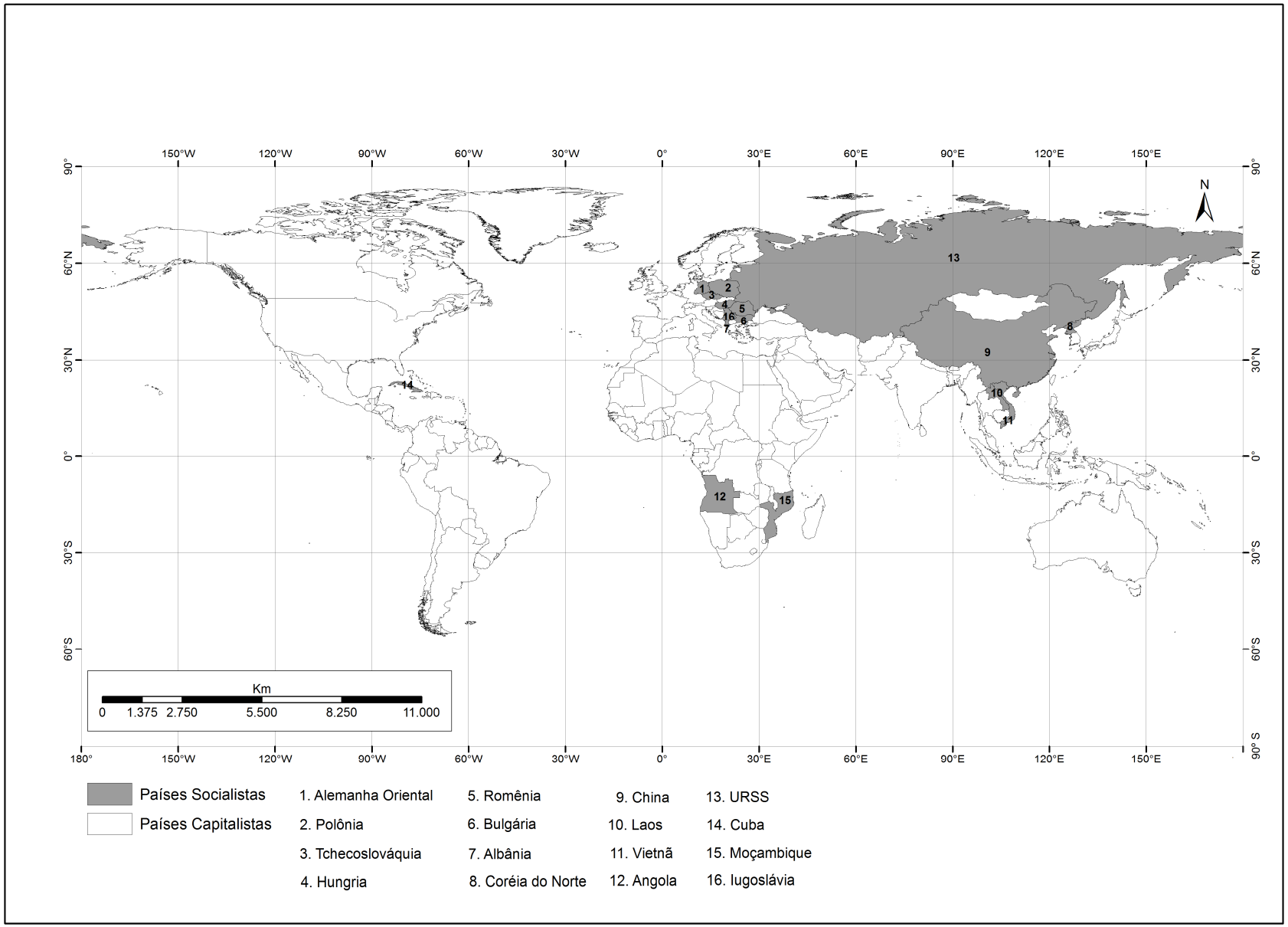
b) Iugoslávia e da Albânia, no Leste Europeu, na realidade, como exceções regionais, pois após a resistência ao nazifacismo e consolidação dos seus governos não viriam a se "alinhar com Moscou" (LANZONI, 1986, p. 64);

c) China, em 1949, entre alguns outros países do Sudeste Asiático e da África.

Teoricamente, não havia a possibilidade de neutralidade, embora existam autores que afirmem que tal fenômeno tenha, na época, ocorrido no Egito e na Iugoslávia (ANDRADE, 2001, p. 55).

O pós-guerra compreendera, então, um momento de efervescência político-ideológica sem igual na história. Territórios hipertrofiam-se ou atrofiam-se de acordo com a dinâmica territorial de outros. É o caso da dinâmica do entorno do Estado alemão nazista (Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, Iugoslávia e Alemanha Oriental) durante a Segunda Guerra, por exemplo (LANZONI, 1986, p. 63).

MAPA 1 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNDO POR ÁREA DE INFLUÊNCIA DURANTE A GUERRA FRIA



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

Dando início a um verdadeiro cabo-de-guerra ideológico, logo territorial, o período pós-Segunda Guerra alvorece e, sob sua luz, impõem-se novas ideologias, valores e preocupações em nível de Estado. Tal mosaico geográfico deixa muito poucos matizes para escolha – se é que, como já foi comentado, esse fenômeno político possa ser considerado possível (SANTOS, 2007, p. 138).

Trata-se, também, de um período no qual o mundo, que já se encontra reordenado (SANTOS, 2008b, p. 44-46), é devidamente condicionado a adotar a ideologia capitalista recém-personificada pelos Estados Unidos (VIDIGAL, 2004, p. 13; e MALLORQUÍN, 2007, p. 807 e 808). Afinal, era necessário compor um lado (MORGENTHAU, 1952, p. 650), ou seja, era necessária uma identidade, uma referência para que houvesse a garantia de segurança no futuro.

O sentido do termo "segurança" acima mencionado extrapola os conceitos relacionados à estrutura militar composta por exércitos nacionais profissionais e suas tecnologias, mas também se estendem aos aspectos econômicos, isto é, tudo funcionaria, grosso modo, à base de trocas. Muitas vezes, a mudança das ideologias tradicionais de dado Estado poderia significar algo muito além do fortalecimento de tropas, como a certeza de uma realidade livre de boicotes econômicos, por exemplo.

Smallman (2000, p. 119) corrobora: "*At the same time, a bi-polar world order emerged in the aftermath of World War Two, which placed intense pressure upon regional armies to define their vision of defense in relation to the Cold War*".[4]

Em outros termos, a ideologia que seria aceita também afetava diretamente o plano das Forças Armadas, conforme será detalhado mais adiante e, conforme a postura política adotada por cada Estado em relação ao avento do "novo capitalismo", que definiria o futuro dos Estados.

Em outras palavras, a História e a Geografia Política mostram que *"the right choice"*[5] seria fundamental não só para a sobrevivência como também para a qualidade dessa sobrevivência de cada Estado. Novamente, cita-se Cuba, além da Coréia do Norte e do Vietnã, como exemplos claros do que significaria a resistência à força proporcionada pela geopolítica do capitalismo.

É importante ressaltar que essa geopolítica que vislumbrava a relação estreita ente Estado, território e capital não havia simplesmente "nascido" ao final da

[4] "*Ao mesmo tempo, uma ordem mundial bipolar surgiu no término da Segunda Guerra Mundial, a qual colocou uma pressão intensa sobre os exércitos regionais para definir suas visões de defesa em relação à Guerra Fria*" [tradução nossa].
[5] "*A escolha certa*" [tradução nossa].

Segunda Guerra Mundial, mas contava com o seu princípio já no término do século XVIII, conforme Gottmann (1942, p. 200):

> *In the last quarter of the eighteenth century the American and French revolutions advanced the doctrines of self-government and natural boundaries. The fundamental principles of political geography were thus posed through Franco-American collaboration. They were developed during the course of the nineteenth century, assuming in Europe the aspect of the principle of nationalities.*[6]

A reconstrução do espaço geográfico no mundo pós-guerra passa a ser estruturada sob uma complexa distribuição do capital e reorganização territorial, uma notável dialética baseada na produção e no consumo (SANTOS, 2007, p. 150). No futuro, o Brasil também viria a ratificar sua posição nessa onda de reordenamento territorial mundial (ANDRADE, 2001, p. 55), na nova ordem mundial – bipolarizada.

É importante ressaltar que o termo "bipolarização", de toda forma, encerraria uma série de implicações teóricas e, principalmente, práticas em relação à forma como as sociedades, passariam a se relacionar com a natureza (SANTOS, M., 2004a, p. 65) e com outras sociedades levando em consideração um novo direcionamento hegemônico das forças produtivas através:

a) dos Estados-nação (AFONSO e SOUZA, 1977, p. 34 e 35; e GOMES, 1991, p. 35, 41-43) e de sua reprodução com base nos seus "aparelhos ideológicos" (ALTHUSSER, 1985, p. 53-59 e 66-81), neste caso, pinça-se o poder militar;

b) e de suas ressignificações (SANTOS, 2008a, p. 128), agora, sob uma lógica global (DUPAS, 2005, p. 68-74; e SANTOS, 2008c, p. 56).

Por consequência, no auge da Guerra Fria, sob forte influência estadunidense, o Brasil se dirige para um ponto de decisão geopolítica, do qual era praticamente impossível desviar-se. Enfim, adere ao modelo de capitalismo estadunidense (OHLWILER, 1985, p. 271-275; GEORGE, 1991, p. 64; MIYAMOTO, 2007, p. 72; e COSTA, 2008, p. 160).

É nesse contexto que se inicia a discussão do problema proposto por este trabalho: a inserção do pensamento militar nas ações do Estado brasileiro, da sua centralização, desde o golpe de 1964 (GARCIA, 1997, p. 20), sob justificativa de defesa territorial em escala nacional – o que será abordado mais detalhadamente no

---

[6] *No último quartel do século XVIII, a Revoluções Americana e Francesa promoveram as doutrinas do auto-governo e dos limites naturais. Os princípios fundamentais da geografia política foram, assim, postos através da colaboração franco-americana. Foram desenvolvidos durante o curso do século XIX, na Europa, assumindo o aspecto do princípio das nacionalidades* [tradução nossa].

fim deste capítulo – como uma consequência territorial da ação do capital estadunidense através da Doutrina Truman.

Bicudo (1984, p. 19) detalha um pouco mais sobre o teor da Doutrina Truman:

> No dia 12 de março de 1947, o presidente Truman, numa sessão conjunta do Congresso, acentuou a necessidade de uma resposta à pressão comunista na Grécia e Turquia. O presidente salientou, no que passou a ser chamada a *Truman Doctrine*, que os Estados Unidos precisariam ajudar as outras nações a manter suas instituições políticas e sua integridade nacional, quando ameaçadas pelas tentativas de agressão, sobretudo, pelos regimes totalitários. [...]
> A "doutrina Truman" representou o ponto de partida, nos Estados Unidos, para o abandono da sempre tradição isolacionista, justificando o seu envolvimento internacional.

É interessante observar também que a doutrina hegemônica imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, propagava uma luta contra o regime antagônico (DE WITT, 2009, p. 58) – o socialismo, no caso. Essa luta também consistia em atrofiar politicamente, isolar economicamente e atrasar tecnologicamente todos os inconsequentes ou obstinados da ideologia socialista.

A Doutrina Truman trazia em si as soluções para a maior parte dos problemas mundiais, uma espécie de "redenção" aos Estados subordinados a essa nova ordem estabelecida (Figura 2), afinal as decisões seriam apoiadas pela maior potência capitalista emergente: os Estados Unidos.

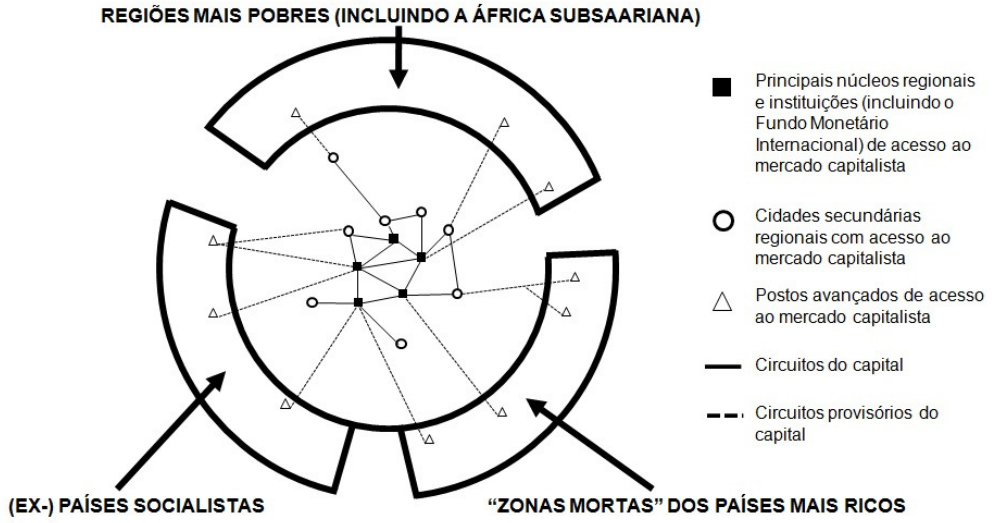


Figura 2: A reorganização da hegemonia mundial: a hegemonia na ordem geopolítica pós Guerra Fria (adaptado e traduzido). Fonte: AGNEW e CORBRIGE, 1995, p. 206.

Estar na periferia do esquema acima, proposto por Agnew e Corbridge, é o equivalente a conviver com a pouca atenção das potências políticas e econômicas, logo, longe de programas de investimento de grande porte – o que faz com que o Estado subdesenvolvido busque, a todo custo, estar listado entre os "países em desenvolvimento" buscando a todo custo do esquecimento das ações do capitalismo. Por analogia, pode-se dizer que esses países periféricos fariam parte do *Lumpenproletariat*[7], borda excludente no sistema econômico-social marxista (GIDDENS, 2005, p. 73).

De qualquer forma, o que de fato estava nas entrelinhas desta "proposta irrecusável" seria assimilar que o *modus vivendi*[8], imposto pelo capitalismo gerenciado pelos Estados Unidos, não deveria ser objeto de rejeição, pois havia sido originado por força das necessidades "do mundo" (SANTOS, 2008e, p. 44 e 45) e eles, Estados Unidos, teriam o pleno controle da situação, em favor de uma hegemonia incondicional e duradoura, por quase meio século, gerando um mundo não mais bipolar, mas muito mais complexo.

Lacoste (1991, p. 29) explica como se articulou a lógica Truman em caráter mundial:

> Em 1949, o presidente Truman pronunciou um discurso sobre a situação mundial que se tornou histórico [...]: constatando que não só os comunistas haviam tomado o poder em vários países da Europa do Leste, mas também que movimentos comunistas se propagavam então nas Filipinas, na Indochina, e também na Índia, no Brasil, no Sudão e, sem dúvida, logo mais em outros países da Ásia, da África e da América Latina, o presidente dos Estados Unidos proclamou que dali em diante daria seu apoio a todos os países ameaçados pelo comunismo.
> [...] não se tratava apenas de sustentar financeira, técnica e militarmente governos às voltas com movimentos revolucionários. [...] era necessário uma estratégia global: de um lado, apressar a descolonização, [...] apressar o crescimento econômico [...]. Seria necessário não só aumentar as produções agrícolas e de minérios destinadas à exportação, mas também favorecer uma certa industrialização, pelo menos nos países mais propícios [grifos nossos].

Portanto, ir de encontro aos pilares dessa doutrina era um verdadeiro suicídio de Estado. Qualquer contrariedade a esse novo sistema poderia significar tanto um ato de guerra quanto instabilidade política ou ainda boicote econômico.

---

[7] Em alemão, é a palavra que significa, entre outras possíveis traduções, o indivíduo, ou, extrapolando, classe, que não se enquadra no mercado de trabalho por não possuir a qualificação exigida. Trata-se de uma espécie de pária econômico [tradução nossa].
[8] Em latim, *modo de viver* [tradução nossa].

Tendo em vista que a política em escala mundial havia sido planejada e executada por um poder político-econômico hegemônico e não solidário, homogeneamente, entre as classes sociais (DAHL, 2001, p. 185), mas contundente, conclui-se que tal capacidade de persuasão político-econômica e bélica fomenta ainda mais o questionamento sobre a possibilidade real de escolha (*stricto sensu*) de adesão político-econômica – lembrando que tal ponto de vista não chega a ser unanimidade – haja vista a verticalidade e a permeabilidade ideológica da mentalidade capitalista.

Por analogia, considerando as características das ações do capitalismo em escala mundial, é possível decodificar o *modus operandi*[9] desse formato de produção, com ponto de apoio nas ações político-econômicas do Estado brasileiro.

Mas, de qualquer forma, ainda se faz necessário saber como essa ação vertical do capitalismo se deu sobre o Brasil, no recorte temporal proposto, permeando-se no Estado, tornando-o militarizado (constatação da hipertrofia da influência política militar nas decisões do Estado brasileiro) e inserindo-o no contexto de interdependência internacional que entremeava o mundo de então (MOODIE, 1965, p. 65; e BECKER, 2005a, p. 245 e 246).

2.2 O poder político-econômico do capital estadunidense e ideologia de segurança nacional

Para alcançar plenamente os objetivos deste trabalho, um ponto que precisa ser compreendido no estudo do papel do capital internacional na reconfiguração territorial regional da América do Sul é o poder político-econômico, inserido nas ações do capitalismo estadunidense.

A compreensão dessa lógica sistêmica tornará possível enquadrar a posição do Brasil diante da realidade reordenadora de âmbito internacional que vem se desdobrando desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, a escala intermediária a ser considerada, dada previamente a escala mundial, é a América do Sul, pois, a compreensão das principais características político-econômicas dessa região é que tornará possível a visualização do Brasil nesse contexto.

---

[9] Em latim, *modo de operação*, *modo de agir* [tradução nossa].

Chama-se a atenção para a potencialidade política estadunidense, uma vez que a criação e a execução de uma escola geopolítica própria que adotara linhas de pensamento próprias, oriundas da mescla seletiva entre os princípios da escola alemã e da escola francesa. Costa (2008, p. 161) explica que

> De modo geral, os autores [da escola norte-americana] deixam claro que o envolvimento do país no conflito [Segunda Guerra Mundial] possui um significado especial do ponto de vista de sua potencialidade intrínseca e do papel que poderia desempenhar ao nível de uma estratégia global, na qual certamente assumiria papel preponderante. [...] Auto-adjetivada *a priori* de democrática e pacífica, desenvolve-se, assim, autolegitimada, uma autêntica geopolítica norte-americana, em que as análises sobre o equilíbrio do poder mundial, as estratégias de defesa do território norte-americano e do continente americano como um todo [...] representariam tão-somente a apropriação de conhecimentos geográficos para colocá-los a serviço de uma guerra que perseguia unicamente a paz.

A formação de uma escola geopolítica, em meados do século XX, com doutrinas voltadas às necessidades político-ideológicas de um Estado, não era nenhuma novidade geopolítica, tampouco histórica, conforme se pôde constatar na Europa um século antes (GOTTMANN, 1942, p. 201). Nesse contexto, destacam-se:

a) Alemanha (GOTTMANN, 1982, p. 341; CAPEL, 1981, p. 94-98; ALMEIDA 2007, p. 150-160; e CASSIRER, 2003, p. 225-229);

b) França (CAPEL, 1981, p. 118-123);

c) Grã-Bretanha (CAPEL, 1981, p. 137) e;

d) Rússia (CAPEL, 1981, p. 160-165).

Mas, o momento histórico vivido pelos Estados-nação durante a Guerra Fria era diferente: a escala de ação era bem maior do que a experimentada nos períodos anteriores e superava, qualitativamente, os princípios imperialistas tradicionais (CAPEL, 1981, p. 173-174; e LANDES, 1998, p. 137-149, 185-205 e 237-256), que visavam tão somente à ocupação física do território.

A escola geopolítica norte-americana era, ao mesmo tempo, produto e motor da nova realidade mundial (SANTOS, 2008e, p. 29-31) pós-guerras. De fato, estavam prontas as condições para a naturalização do capitalismo em uma escala maior, supra-regional. Tratava-se da incontestável hegemonia econômica dos Estados Unidos em nível global.

Como seria corroborado posteriormente pelos atos dos governos militares, o Estado militarizado brasileiro resolvera ratificar o capitalismo como modelo de postura econômica e incorporar fortes matizes ideológicos da doutrina geopolítica

alemã (MARQUES, 2001, p. 63 e 64; e ALMEIDA, 2007, p. 171, 182, 194 e 195), considerando a influência direta da já consolidada escola geopolítica norte-americana. Essa escolha ideológica obrigaria, por consequência, o Brasil a romper com a doutrina militar francesa (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

Com as variáveis para a ação político-econômica estadunidense postas, concretizava-se o fato de que os critérios de justiça social e de necessidades econômicas passariam a ser originados de acordo com as conjecturas hegemônicas, já apresentadas, e estavam prontos a se tornarem funcionais até as fronteiras, cada vez mais elásticas, do capitalismo. Talvez, neste ponto, a verticalidade das ações capitalistas se torne mais clara.

Em princípio, a já consolidada Organização das Nações Unidas não teria outro fim a não ser tornar-se, no futuro, apenas um instrumento para consolidação de tais ações oligárquicas ou até mesmo unilaterais – a recente invasão ao Iraque, em 2003, à revelia, pelos Estados Unidos, seria um bom argumento para testar essa hipótese.

Harvey (2006, p. 160) demonstra em explanação sintética como o poder do capitalismo estadunidense, de forma aparentemente unilateral, influenciou toda a economia mundial durante o período da Guerra Fria extrapolando as fronteiras das Américas:

> [...] De fato, foi a Segunda Guerra Mundial que trouxe o pleno emprego e o reinvestimento, mas fez isso sob condições em que grandes quantidades de capitais existentes foram destruídas fisicamente e muitos trabalhadores ociosos foram consumidos como bucha para canhão. Foi exatamente a desigualdade geográfica dessa destruição que abriu novos espaços no período do pós-guerra para a absorção do capital excedente norte-americano, sob a égide daquele benevolente "ajuste espacial" conhecido como Plano Marshall.

Tudo apontava para uma homogeneização político-ideológica, no âmbito das Américas, inclusive. Em outras palavras, a validação das lógicas da Doutrina Truman e do Plano Marshall, voltada à Europa, teria sua eficiência prática posta à prova em pouco tempo (BRZEZINSKI, 2009, p. 2 e 3).

Os Estados Unidos já haviam emergido, portanto, como um país poderoso e em condições de impor regras e o posicionamento dos Estados conforme as suas necessidades. Bicudo (1984, p. 36) classifica-o como "Estado Imperial" – conceito

que talvez não seja o mais adequado, levando em conta a complexidade político-econômica dos Estados na atualidade.

De toda forma, é Harvey (2006, p. 161) quem continua explicando como essa dinâmica política expansionista atendeu tão somente às suas necessidades imediatas, "ignorando" os eventuais efeitos colaterais:

> Essa é a estrutura geopolítica relativamente estável em que ocorreu o *boom* do pós-guerra. Também é a estrutura ameaçada pelo próprio sucesso dessa dinâmica. A superacumulação e a desvalorização, como começamos observando, se manifestam por toda parte, e a coesão interna do mundo capitalista como um todo, assim como das alianças regionais de classes dentro desse mundo, ameaçam se desintegrar num caos de competição e forças antagônicas. Será que há – que pode haver – alguma maneira de impedir tal desintegração e todos os seus inenarráveis horrores associados?

Indubitavelmente, os Estados Unidos já haviam saído fortalecidos (SANTOS, 2008b, p. 45) da maior das guerras até então, mas, ainda assim insistiu em usar força bélica para a ampliação de suas fronteiras políticas e econômicas. Fronteiras que agora não denotariam mais, necessariamente, continuidade física do território. Território agora, mais do que nunca, era sinônimo de influência político-econômica.

Exemplos desse fortalecimento estadunidense e da sua insistência no uso da força bélica foram as intervenções na Península da Coréia (1950-1953), cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial, e no Vietnã (1959-1975) seis anos após o término da intervenção anterior. A Guerra Fria já não era tão fria, aliás, nunca havia sido (LACOSTE, 1997, p. 27 e 28).

A concepção de território, de fato, evoluíra (AGNEW, 2003, p. 107; e SANTOS, 2004b, p. 118) e após a Segunda Guerra Mundial, houve um salto qualitativo na forma de conceber a relação dos Estados com o espaço geográfico e seus limites.

Jean Gottmann é um dos principais geógrafos que se preocupa com a evolução do conceito de território (SAQUET, 2009, p. 178), pois vislumbra a complexidade do conceito, quando o homem contemporâneo, representado pelo Estado, começa a não se preocupar somente com suas fronteiras contínuas, mas, com a ocupação territorial de espaços nunca antes considerados – obviamente, isso dependeria de contínuas sobreposições tecnológicas.

Pode-se citar, sob a lógica de Gottmann, a sequência de preocupações territoriais das potências hegemônicas (enfatizem-se os Estados Unidos e a União Soviética):

a) colonização da Antártida (GOTTMANN, 1952b, p. 513; e GOTTMANN, 1975, p. 45) – pois já dominavam a navegação marítima. É importante lembrar que o Brasil, na atualidade, também compartilha desta aspiração, um tanto timidamente, se comparado com as grandes potências econômicas de então, mesmo sendo uma preocupação não tão recente (GARCIA, 1997, p. 28);

b) posteriormente, com a soberania do espaço aéreo (GOTTMANN, 1975, p. 30, 31 e 43) – pois já dominavam a navegação aérea. Nesse caso, praticamente todos os Estados-nação alcançaram esse objetivo. A criação da Força Aérea Brasileira, em 20 de janeiro de 1941, inclui-se nesse contexto (MARQUES, 2001, p. 60). Contudo, as realidades se apresentam desproporcionais, pois fazem parte de uma lógica de alianças políticas bastante complexa;

c) e, por fim, com a soberania do espaço sideral (GOTTMANN, 1952b, p. 513) – pois passaria, desde 1969, a dominar também a navegação supra orbital. Nesse aspecto, há uma clara elitização da expansão territorial moderna, pois pouquíssimos países dispõem de recursos suficientes para manterem programas espaciais de longo prazo. Os Estados Unidos, por exemplo, contam com a *National Aeronautics and Space Administration*[10] – NASA –, desde 29 de julho de 1958, para a implementação dessa lógica geopolítica.

Gottmann (1975, p. 37) continua sua análise procurando discernir a forma como as concepções territoriais podem afetar outros territórios:

> *Because it is traditionally used as both a shelter and resource, territory creates a basic dilemma for its people. They can try to develop the resources as a self-contained system with the frame of mind of the shelter. They can also adopt a completely different attitude and use the territory to develop the resources of location in a large network of diverse relationships with an expansionist frame of mind. Having to make this choice creates a permanent dilemma for a country. There is no easy answer to the problem: theoretically the solution would lie in a well-balanced compromise between isolation and expansion. The expansion does not necessarily involve territorial aggrandizement but calls for relying politically and economically on a far-flung network of external relationships.*[11]

[10] *Administração da Aeronáutica e Espaço Nacionais* [tradução nossa].

[11] *Por conta da sua utilização tradicional, que é ao mesmo tempo um abrigo e um recurso, o território cria um dilema básico para seus povos. Eles podem tentar desenvolver os recursos como um sistema auto-contido, com o estado de espírito de abrigo. Também podem adotar uma atitude completamente diferente no uso do território: desenvolver os recursos de dada localização, em uma larga rede de*

Por consequência, considerando aplicabilidade da lógica expansionista vislumbrada por Gottmann, o *modus operandi* geopolítico também deveria ser reconsiderado, pois as guerras costumam dividir a opinião pública, cedo ou tarde, por exporem uma das piores facetas do Estado: a violência consentida.

Assim, compreendendo que o reordenamento territorial em nível mundial havia mudado, os Estados-nação hegemônicos precisariam de outras ferramentas, não necessariamente as bélicas, para a consolidação de suas ações político-econômicas: as ideológicas.

Sobre a ideologia que está, intrinsecamente, relacionada à geopolítica moderna, Agnew (2003, p. 102) explica que

> *By definition, the modern geopolitical imagination is ideological, if ideology is defined as an amalgam of ideias, symbols and strategies for promoting or changing a social and cultural order [...] After the Second World War, however, the geopolitical imagination was centred much more explicitly around competing conceptions of how best to organize the international political economy*.[12]

Portanto, cada vez mais as ideologias se consolidariam como meios para que os fins político-econômicos de cada Estado hegemônico fossem alcançados.

Sob a lógica anteriormente apresentada, os Estados Unidos eram, oficialmente, representantes da ideologia dominante no Ocidente e, futuramente, no resto do mundo. Agora, o ritmo de consumo e, por consequência, produção, imposto pelos Estados Unidos, continua exigindo proporções cada vez maiores.

Para compreender a capacidade prática dos Estados Unidos em influenciar a forma de produção moderna, é importante verificar o que Santos (2008c, p. 52) afirma sobre a "nova maneira de produzir":

> O mundo, como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima de regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente.

---

relações diversas, com um estado de espírito de espírito expansionista. Ter que fazer uma escolha entre essas opções cria um dilema permanente para um país. Não há resposta fácil para o problema: teoricamente a solução seria encontrar um meio-termo entre isolamento e expansão. A expansão não envolve, necessariamente aumento territorial, mas pede por confiança política e econômica em uma vasta rede de relações internacionais [tradução nossa].

[12] *Por definição, a imaginação moderna geopolítica é ideológica, se a ideologia é definida como uma amálgama de idéias, símbolos e estratégias para promoção ou mudança de uma ordem social e cultural [...] Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a imaginação geopolítica estava centrada muito mais explicitamente em torno de concepções concorrentes acerca da melhor forma de organizar a economia política internacional* [tradução nossa].

> [...] Qualquer parte do globo ganha nova conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas. [...] Não há, pois, como considerar a região como autônoma [grifo nosso].

Acima, quando se lê "nova maneira de produzir" pode-se ler "nova maneira de produzir e consumir estadunidense". Aproximava-se, enfim, a era dos grandes números, tanto do consumo quanto da produção. Os Estados ricos tornavam-se verdadeiros gigantes. Tratava-se, logo, da consolidação da era das potências.

Para a compreensão desse momento histórico, faz-se conveniente tentar conceber o gigantismo característico da economia dos Estados Unidos da época discutida, auge da Guerra Fria, além da sua enorme capacidade de influência territorial, para que as partes consideradas nessa tensão geopolítica, no momento, passem a fazer sentido. Para tanto, basta somente lembrar que os Estados Unidos são o país que de longe mais consome petróleo entre todos os outros Estados na atualidade.

Para a manutenção de uma mega estrutura como a estadunidense, era necessário, portanto, entre outras providências:

a) o estabelecimento de pólo(s), de regiões-celeiro, que pudessem dar conta do consumo crescente daquele Estado;

b) o estabelecimento de regiões-mineralógicas que suprissem as necessidades industriais e tecnológicas de um país extremamente industrializado.

Em suma, a palavra-chave era *commodities*[13] (FLEISCHFRESSER, 2006, p. 33).

Ainda em escala mundial, onde seria a região ideal que, simultaneamente, gozasse de tranquilidade fronteiriça e fosse pobre além de ser uma verdadeira jazida de *commodities*? América do Sul seria uma boa resposta, embora ela não seja homogênea sob vários aspectos (SARDEMBERG, 1996, p. 8 e 9).

Mais objetivo, portanto, foi quem cogitou a Amazônia e, posteriormente, a Amazônia Brasileira – o que não era nenhuma novidade histórica (FRANÇA, 2005, p. 147) –, pois se tratava de uma reserva estratégica. Mas como adentrar e explorar recursos em um país soberano?

Além disso, havia outro problema: não era necessário tão somente conceber a Amazônia Brasileira como uma banca de recursos naturais em exposição, mas

[13] Mercadorias.

planejar de que modo essa postura estratégica seria executada – de forma mais ou menos liberal – o que dependeria de vários fatores, dentre muitos, como a receptividade da "proposta" e do contexto político regional.

É importante compreender que havia chegado o tempo no qual eram requeridos novos reajustes para a existência do capitalismo, pois todo sistema econômico conhecido possui falhas. O capitalismo não é diferente (KURZ, 1997, p. 159 e 160) e, diante dessa realidade, necessita ajustar-se constantemente, às dinâmicas político-econômicas que surgem de suas ações políticas.

Sobre as consequências das ações da sobrevivência do capitalismo por todo o globo, Dupas (2005, p. 157 e 158) comenta:

> O século XX, o da primazia dos Estados-nação, foi selvagem e destruidor. Deixou-nos [...] a crise da educação pública, o desemprego estrutural e a crescente pressão do mercado de trabalho por uma mão-de-obra com alto grau de formação e especialização [...] crescente proletarização da classe média [...] e à manutenção de enormes bolsões de miséria e pobreza em meio a uma crescente concentração de riqueza. [...]
> As estratégias autônomas do capital visam minimizar a autonomia dos Estados-nação. Seus objetivos são atingidos por meio de [...] fusão [...] do capital com o Estado [...]. As estratégias principais são as seguintes: controle do espaço transnacional; controle da inovação por meio da ciência e da tecnologia; incentivo à especialização e à terceirização para minimizar os custos globais; editar o dinheiro transnacional e submeter as coletividades às suas decisões estratégicas.

Exemplo de tal ação continuada do capitalismo, enfaticamente o modelo estadunidense, viria a ser constatada, especialmente, no período correspondente, no Brasil, ao chamado "milagre econômico" – nada mais do que um *boom* de consumismo, como consequência da mais nova ação do capitalismo sobre o Estado brasileiro. Era o paradoxo do liberalismo econômico em meio à busca do (aparente) fortalecimento político do Estado.

Essas ações foram implementadas por Emílio Garrastazu Médici, através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (SOUTO, 2001, p. 47). Nesse contexto, enfatiza-se o comentário supracitado de Dupas, o "controle do espaço transnacional" e a submissão das "coletividades às suas [Estados Unidos] decisões estratégicas".

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, na realidade, tratar-se-ia de uma continuidade da mesma política adotada pelo governo anterior, o de Artur da Costa e Silva, no qual se havia planejado uma característica agrícola-exportadora para o

Brasil, que visava um crescimento nacional em curto prazo (MACARINI, 2005, p. 62 e 63), mas que não se sustentaria por muito tempo (MACARINI, 2005, p. 77 e 78).

Oliveira (2007, p. 59) esclarece ainda mais sobre o contexto do Brasil na disposição político-econômica não somente da América do Sul, mas de toda a América Latina ao fim da Segunda Guerra Mundial:

> Para os Estados Unidos, a América Latina constituía-se uma zona muito importante e de grande influência, como uma "reserva estratégica". Essa importância tornava-se cada vez maior, à medida que crescia [sic] suas condições econômicas, com os seus recursos naturais inventariados e explorados. As reservas de ferro, de petróleo, de estanho, de cobre, de minerais raros, de urânio da Cordilheira dos Andes e do Altiplano, bem com as riquezas florestais e minerais da Amazônia eram incalculáveis. Para os estrategistas americanos essa região corria o risco de ser utilizada pelos soviéticos para criar problemas aos Estados Unidos, devido ao fato de ter as seguintes características: muitas riquezas naturais; população vivendo na miséria; ódio aos americanos; elites sem visão; dependência crônica do exterior; governos populistas com retóricas anti-americanas e nacionalista, contra a exploração do imperialismo.

Os fatos sugerem que o capital injetado na América Latina, no decorrer da Guerra Fria, era de origem estadunidense, pois praticamente toda a Europa não-socialista – única provável alternativa de apoio internacional por parte dos Estados Unidos – acabara de sofrer intervenção político-econômico-militar, através do Plano Marshall, eliminando-a como potencial colaborador para geração de capital fixo no Brasil.

Nesse contexto, a conjuntura política e econômica tornou-se ideal para os Estados Unidos, pois passa a haver uma justificativa para uma política intervencionista – afinal, nesse momento, as necessidades são supranacionais (BECKER, 2005a, p. 249-255). Já é possível notar, portanto, uma sobreposição territorial (DAHL, 2001, p. 129), logo de soberanias, criteriosamente programada.

Assim, essa relação imposta pelo capitalismo aparenta ser nada mais do que a representação da relação entre classes em um modo de produção, baseado em lucro e interesses divergentes (OHLWILER, 1985, p. 48 e 49), porém em uma escala consideravelmente maior.

Neste ponto, o conceito já consagrado de soberania de Estado, que é elaborado e aperfeiçoado desde o fim da Idade Média (DUVERGER, 1981, p. 19), começa a se relativizar (BONAVIDES, 2000, p. 130; ALBUQUERQUE, 2001, p. 135-138; e BECKER, 2005a, p. 245, 246 e 255-257). O nível que se nota, portanto, nos

dias de hoje, na interdependência político-econômica entre os Estados-nação, é a versão mais atual da dinâmica do conceito de soberania dos Estados.

De toda forma, uma intervenção direta dos Estados Unidos sobre outro Estado também soberano (ou ainda sobre vários Estados simultaneamente), preferencialmente, dar-se-ia sob uma forma primordial: a ideológica – o que não permite, em todo o caso, a posterior exclusão de outras formas, como a bélica, por exemplo.

Esse método ideológico intervencionista seria incontestável para propagar o princípio da onipresença territorial proposta por alguns Estados europeus do século XVIII, contudo, aplicado em uma escala bem maior (FOUCAULT, 1979, p. 160). Basta lembrar qual é a língua mais difundida no mundo e qual é a moeda que serve como referencial financeiro para a maioria das economias dos Estados desde as conferências de Bretton Woods, em 1944, nos Estados Unidos. Como já afirmado anteriormente, uma guerra seria muito onerosa, mesmo considerando os objetivos a serem alcançados.

A ideologia de segurança nacional, até então, um produto a ser consumido prioritariamente pelos seus criadores e já ratificado pela escola geopolítica norte-americana (BICUDO, 1984, p. 22-25 e 37), não só era o resultado da ação da Doutrina Truman e do Plano Marshall, mas também passava a ser o meio adotado para influenciar ditaduras militares nas Américas. Eis o embrião da Escola Superior de Guerra, que surge em 1949, e passa a ser o centro nervoso do futuro governo militar.

A Doutrina de Segurança Nacional, exportada pelos Estados Unidos (SMALLMAN, 2000, p. 119), também materializaria um inimigo a ser combatido (GALBRAITH, 1984, p. 168): o comunismo ou, simplesmente, os “subversivos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 121).

Nesses termos, Santos (2004b, p. 115, 116 e 119) aponta o principal surgimento da escola geopolítica brasileira como um *continuum*[14] sobre a realidade brasileira, em favor da continuidade de uma lógica vertical supranacional:

> Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o papel das Forças Armadas na América Latina tem sido definido (e até mesmo imposto) pelo *hegemon* ocidental e seu bloco militar aliado, a Otan [Organização do Tratado do

[14] Do latim, contínuo.

> Atlântico Norte, criada em 04 de abril de 1949]. Assim, durante a Guerra Fria, os países latino-americanos deveriam lutar contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto os Estados Unidos defenderiam o hemisfério ocidental contra possíveis agressões externas do bloco soviético. Os militares da América Latina não apenas absorveram essa tarefa como também desenvolveram uma doutrina anti-comunista – Doutrina da Segurança Nacional –, que veio a se tornar a base ideológica dos regimes militares que se multiplicaram na região ao longo de três décadas, a partir dos anos de 1960. [...]
> A Doutrina da Segurança Nacional, base ideológica dos regimes militares latino-americanos entre os anos de 1960 e de 1980, é um exemplo crucial dessa noção abrangente de segurança e defesa. Assim, deve-se estar atento para as possíveis consequências dessa escolha.

Neste trecho, vale fazer um parêntese, ressaltando que Doutrina de Segurança Nacional não é sinônimo de Lei de Segurança Nacional, embora seja erroneamente tentador considerá-la como tal.

Primeiramente, é importante distinguir a Doutrina de Segurança Nacional – uma escola de pensamento dominante, em decorrência de uma lógica externa ao Estado brasileiro – da Lei de Segurança Nacional – a consolidação de normas jurídicas desta escola nas ações do Estado, extrapolando os limites dos governos militares, mas que veio perdendo a força após a abertura democrática, em 1985. Um sinônimo válido para Doutrina de Segurança Nacional, portanto, seria "ideologia de segurança nacional".

A Estratégia Nacional de Defesa, descrita no Decreto nº 6.703, de 18 de setembro de 2008, seria um termo mais moderno e polido para determinar os rumos a serem seguidos para alcançar os objetivos de defesa e segurança nacionais propostos pela Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2008).

A Estratégia Nacional de Defesa, portanto, é o *modus operandi* da Política de Defesa Nacional mais moderna, publicada inicialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e republicada em 1º de julho de 2005 – o Decreto 5.484, de 30 de junho de 2010, que aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências (BRASIL, 2005).

É válido lembrar que tanto a Estratégia Nacional de Defesa quanto a Política de Defesa Nacional, de acordo com a Lei Complementar nº 136, de 2010, devem ser encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso a cada quatro anos, a contar de 2012, com as devidas atualizações.

Outro ponto importante a ressaltar que é a mesma legislação, que no seu artigo 16-A, impõe às Forças Armadas atribuições que requerem poder de polícia

(BRASIL, 2010), parte dos aspectos modernos do uso das Forças Armadas na conjuntura mundial. Contudo, tal temática somente voltará a ser abordada no capítulo IV deste trabalho.

Hipoteticamente, a atual Estratégia Nacional de Defesa não carregaria o ranço de uma "doutrina militar" opressora e unilateral, ou seja, para existir a Estratégia Nacional de Defesa, tal como as diretrizes de defesa e segurança nacionais são conhecidas atualmente, é necessário levar em conta toda a conjuntura mundial moderna e democrática e cruzá-la, criteriosamente, com a legislação vigente no país, a fim de alcançar um denominador comum entre os três poderes e as reais necessidades conjunturais do Brasil.

Pode-se dizer, grosso modo, que a Estratégia Nacional de Defesa é a Doutrina de Segurança Nacional atualizada e submetida a uma política de viés democrático, livre de influências ideológicas majoritariamente militares, ou seja, livre da mentalidade militar.

Obviamente, algumas arestas precisaram ser aparadas para que o novo estado democrático de direito absorvesse sua importância para a própria existência do Estado como um ente jurídico soberano; em outras palavras, a existência de uma estratégia que contemple defesa, segurança e soberania não é uma necessidade voltada a aspirações exclusivamente militares, mas contribui, decisivamente, para a constituição de um Estado soberano.

No entanto, Zaverucha (2008, p. 129) explica a importância de uma reestruturação da política de defesa no Brasil, que tem sido observada paulatinamente desde o início do processo de redemocratização, em 1985:

> *[...] El gobierno democrático tenía una doble tarea: enterrar las viejas instituciones autoritarias y crear nuevos acuerdos institucionales democráticos, que no debían ser solo una etiqueta renovada, una mera fachada, sino que tenían que asumir un contenido claramente diferenciado.*[15]

Na atualidade, a Doutrina de Segurança Nacional, na sua íntegra, encontra-se praticamente reduzida a algumas obras encerradas entre as paredes da Escola Superior de Guerra, na memória de alguns estudiosos da época, saudosistas ou,

[15] [...] *O governo democrático tinha uma tarefa dupla: enterrar as velhas instituições autoritárias e criar novos acordos institucionais democráticos, que não deviam ser somente uma etiqueta renovada, uma mera fachada, mas que teriam que assumir um conteúdo claramente diferenciado* [tradução nossa].

ainda, nas considerações de alguns poucos “neoesguianos”, pois é maciçamente vista com muita reserva pelos governos democráticos instalados no Brasil após 1985 (PIERANTI, CARDOSO e SILVA, 2007, p. 39), especialmente na última década – período no qual as Forças Armadas perderam o *status quo*[16] de ministérios e passaram a ser comandadas por um civil: o Ministro da Defesa.

As principais normas do ordenamento jurídico brasileiro voltadas à segurança nacional, remanescentes tanto do período anterior ao golpe de 1964 quanto provenientes dos governos militares, que prevêem ações-limite do Estado, especialmente em tempo de guerra, e que ainda carregam traços da grande influência militar nas decisões político-estratégicas e da Doutrina de Segurança Nacional, são:

a) o Decreto-lei nº 4.766, de 01 de outubro de 1942, que define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências (BRASIL, 1942), no contexto político da Constituição de 1937;

b) e a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (BRASIL, 1983; e FRAGOSO, 1983, p. 60), no contexto político da Constituição de 1969.

2.3 Doutrina de Segurança Nacional, Escola Superior de Guerra e Estado militar

Para compreender a importância da Doutrina de Segurança Nacional, foi necessário compreender partes do seu surgimento, ou seja, partes da história, que apresentaram os principais fatores econômicos e políticos que geraram-na e formataram-na. O próximo passo, portanto, passa a ser a contemplação do seu teor e implicações desde a escala nacional até ser possível alcançar a escala imediatamente desejada: a regional.

Como já abordado no subcapítulo anterior, o espírito do Estado moderno passaria a conceber o mundo de forma bipolar como forma de sobrevivência. Por consequência e conveniência, a Doutrina de Segurança Nacional também

[16] Do latim, nesse caso, *estado com o qual contava* ou situação *em que se encontrava* [tradução nossa].

vislumbraria um mundo com dois polos hegemônicos nítidos: os Estados Unidos e a União Soviética.

Nesse contexto, a Doutrina de Segurança Nacional passaria a estar, juridicamente e militarmente, embasada em um conjunto de normas legais e, operacionalmente, pautada em um conjunto de planejamentos em nível de Estado-Maior das Forças Armadas.

A obra *Planejamento Estratégico*, de Golbery do Couto e Silva que, não coincidentemente, foi um dos mais influentes articuladores para a implantação da Escola Superior de Guerra e suas ações voltadas à consolidação da Doutrina de Segurança Nacional (MAGNOLI, 1990, p. 13-132; e FORESTA, 1992, p. 129), foi uma das principais contribuições teóricas que permitiram a materialização da doutrina e também foi uma das principais produções intelectuais provenientes da recém-criada instituição.

Planejamento Estratégico, publicado em 1955, divide-se em quatro partes distintas, nas quais a preocupação do autor é detalhar a importância da solidez de uma doutrina de segurança de Estado, considerando toda a peculiaridade geopolítica do mundo de então.

As macrodivisões dessa obra são: “O planejamento e a segurança nacional”, “Planejamento do fortalecimento do potencial nacional”, “Planejamento de guerra” e “Os estudos estratégicos de áreas”. Em princípio, o capítulo que mais interessa para o alcance das metas deste trabalho seja o último, pois fornece condições para a compreensão da lógica geopolítica creditada aos militares da cúpula pensante à época do golpe de 64.

A citação dessa obra nesta discussão não tem caráter aleatório, mas, sobretudo, busca enfatizar sua relevância, quando considerada a sua relação com a abordagem territorial, sob o viés da Doutrina de Segurança Nacional, discutida no decorrer desta dissertação, além da importância na construção doutrinária, quando mencionado seu autor – Golbery.

Certamente há outros autores, militares especialmente, da mesma escola doutrinária como Carlos de Meira Mattos, por exemplo, que poderão complementar informações nos estudos dessa linha de pensamento estratégico.

Os estudos estratégicos de áreas, como parte da Doutrina de Segurança Nacional futuramente aplicáveis ao Brasil, estavam nitidamente sendo formatados aos moldes estadunidenses e consistiam em, conforme Silva (1955, p. 250-254),

> - individualizar, [áreas] delimitando-as tão precisamente quanto possível, cada uma das áreas estratégicas que interessam à Nação;
> - classificá-las por ordem de importância;
> - e precisar a ação ou ações estratégicas a planejar, preparar e conduzir em relação a cada uma delas [grifo nosso].

Observa-se, portanto, o nível de importância do reordenamento territorial na Doutrina de Segurança Nacional, em nível nacional, buscando a qualificação e a quantificação de áreas estratégicas "que interessam à Nação".

Mas, o que seria, portanto, uma "área interessante à Nação"? Entenda-se "área" por "território" e "interessante" por "vital", conceitos encontrados em Ratzel (MORAES, 1990, p. 23). Golbery, na prática, procurou estabelecer conceitos sólidos que fossem aceitos como bases para a futura Doutrina de Segurança Nacional, nos moldes ideológicos apresentados acima.

Desses conceitos, alguns podem ser apresentados, sumariamente, para que possam complementar a compreensão do caráter político-ideológico da Doutrina de Segurança Nacional e seu poder sobre o reordenamento territorial no Brasil, especialmente na Amazônia Brasileira.

Em Silva (1955, p. 265), o principal conceito apresentado é o de "área estratégica", vital para a justificativa da existência da Doutrina de Segurança Nacional que regularia as reações em relação a toda e qualquer ameaça:

> (...) é uma área que, pelo seu Potencial Estratégico, constitui um campo de aplicação efetivamente útil para uma ação ou ações estratégicas visando à consecução ou, pelos *[sic]* menos, à salvaguarda dos Objetivos definidos no Conceito Estratégico Nacional.
> Portanto, será em tais áreas de *maior sensibilidade* que se irá aplicar a Política de consecução dos Objetivos Nacionais:
> - seja reagindo a pressões dominantes, internas ou externas, que sôbre *[sic]* tais áreas incidam ou as ameacem direta ou indiretamente (atitude defensiva);
> - seja atuando em espaços de fricção, atuais ou potenciais, ou, preventivamente, contra a origem (base de partida) de pressões externas cujo possível desencadeamento se haja previsto (atitude ofensiva).

Em seguida, Silva (1955, p. 265) complementa:

> Tais áreas – como unidades estratégicas – não são, pois, simplesmente unidades fisiográficas, nem, por certo, apenas unidades geo-econômicas, políticas, culturais ou geomilitares. O qualificativo estratégico faz com que elas transcendam de cada um dos campos restritos da geografia física ou das estratégias particulares, para se caracterizar de fato, em âmbito mais

> elevado e mais geral, como unidades bem mais complexas no conjunto das relações espaciais terrestres.

Observa-se até o final de *Planejamento Estratégico* que Golbery não se preocupa em traçar paralelos à recém-importada e adaptada doutrina de segurança de Estado, mas somente exemplifica as aplicações dessa doutrina, considerando a conjuntura bipolar vigente à época. Tal adaptação seria feita em um futuro próximo, tanto por ele quanto pelos seguidores da sua linha doutrinária.

Além do mais, até o fim deste trabalho, continue-se considerando um fator permanente em todas as considerações acerca da estrutura e das ações implementadas pela Doutrina de Segurança Nacional: o conceito de soberania, pois considerando a estrutura dos Estados modernos, torna-se difícil dissociar segurança de soberania, ao menos em primeira instância.

O próprio conceito de soberania surge na obra *Les six livres de la republique*[17], de Jean Bodin, em 1576, mas seus princípios sugerem uma clara oposição aos princípios universalizantes de Platão.

Sobre os princípios territoriais de Platão, Gottmann (1973, p. 50) comenta:

> *[...] Jean Bodin, sometimes cited as the father of the idea of national sovereignty, was certainly dissenting from the classic Platonic principle; he welcomed, even on moral grounds the variety of the world and the necessary complementarity of its diverse parts. One may venture to say that Bodin saw the territorial sovereignty of every state as a* ***prerequisite*** *to adapting its system of laws to the geographical circumstances and to the character of the people.*[18]

Para tornar ainda mais complexa a constituição da Doutrina de Segurança Nacional, constata-se que ela também estava diretamente relacionada a conceitos como “desenvolvimento econômico-social” (SILVA, 1981, p. 25; e FORESTA, 1992, p. 129) e “Brasil-potência” (COMPARATO, 1981, p. 53), conceitos intimamente ligados à esfera das políticas públicas e da esfera da segurança e defesa territoriais.

Ansart (1978, p. 36 e 37) analisa a estrutura de uma ideologia política e, posteriormente, a conecta com a realidade, considerando seus mecanismos:

---

[17] Em francês, *Os seis livros da república* [tradução nossa].

[18] *[...] Jean Bodin, algumas vezes citado como o pai da idéia de soberania nacional, foi certamente contrário aos princípios clássicos de Plantão; ele acolheu, mesmo que por razões morais, a variedade do mundo e a complementaridade necessária de suas diversas partes. Pode-se até arriscar dizer que Bodin via a soberania territorial de todo Estado como um* ***pré-requisito*** *para adaptar seus sistemas de leis às circunstâncias geográficas e ao caráter das pessoas* [tradução nossa].

> Uma ideologia política se propõe designar em traços gerais o verdadeiro sentido dos atos coletivos, traçar o modelo da sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor a comunidade e os meios de alcançá-los. [...]
> Cada ideologia constrói um esquema temporal, onde o passado, o presente e o futuro se coordenam e proporcionam à ação presente uma plenitude de significado.

Observa-se, portanto, através dessas premissas que a Doutrina de Segurança Nacional, como ideologia de segurança nacional, enquadra-se perfeitamente, como uma ideologia política, que não somente cria o problema, mas também apresenta a solução para ele, ou seja, ela se auto-justifica (DREIFUSS e DULCI, 1984, p. 90 e 91).

O que, hipoteticamente, interessaria ou desinteressaria ao coletivo, no caso, ao Estado-nação, passaria a ser objeto de estudo de uma classe mais esclarecida, que possuiria todas as condições de elaborar, implantar e implementar, supostamente, melhores estratégias para a resolução do problema inicial.

Sob o contexto geopolítico de pré-golpe, a Doutrina de Segurança Nacional enfim, nascera. Contudo, precisava ser oficializada e absorvida.

Observe-se que, na breve leitura desta ideologia, até o momento, é possível visualizar, mesmo que de forma incipiente, princípios de algumas características do modelo de Estado moderno (BOBBIO, 1987, p. 81 e 94), aquele que direciona atenção especial às suas fronteiras, em outras palavras, aos limites do seu território.

Historicamente, é pelo princípio proposto em *O Príncipe* (MAQUIAVEL, 2008, p. 77-79 e 89-97), no qual há o fortalecimento do poder de um exército ainda não institucionalizado (o que culminaria na formação Forças Armadas de cada Estado) em detrimento de um exército mercenário (realidade na época), que se passaria a considerar uma idéia de conservação territorial permanente do Estado, através de um braço militar e de outro jurídico, inequivocadamente eficientes (CAMPOS, 2003, p. 173; MAQUIAVEL, 2008, p. 83; e VELÁSQUEZ, 2008, p. 81).

Segundo Tilio Neto (2003, p. 19), a existência de um Estado estaria, necessariamente, no equilíbrio entre a “força da lei” e a “lei da força”, princípios que corresponderiam exatamente à aplicação dos mesmos princípios apresentados por Maquiavel outrora.

Os preceitos maquiavélicos de governança, imprescindindo de um exército, e de pronto emprego, seriam ratificados após mais de dois séculos em *Do espírito das leis*, agregando-se, ainda, o fator dimensão territorial (GOTTMANN, 1975, p. 38).

Segundo Montesquieu (2007, p. 145), portanto:

> Para que um Estado seja senhor de sua força, cumpre que sua grandeza seja tal, que exista uma relação entre presteza com a qual se possa executar contra o ele *[sic]* algum ataque, e a rapidez que este possa empregar para neutralizá-lo.
> [...] Se o exército que estiver guarnecendo a fronteira for derrotado, certamente ele irá dispersar-se pois seus alojamentos não estarão próximos [fazendo alusão a um país de grande extensão territorial, no caso, usa a Pérsia como exemplo]. O exército vitorioso, não encontrando resistência, avançará rapidamente e surgirá diante da capital, sitiando-a, no momento em que os governadores das províncias mal puderem ser advertidos para enviar socorros.

Observa-se que a idéia de um exército permanente e de alta capacidade de mobilidade parece ser fundamental para a manutenção da soberania de um dado território. Além do mais, pode-se dizer que quanto maior o território considerado maior deve ser o exército e, consequentemente, sua mobilidade para cobrir essa área.

É sempre válido lembrar que a ideologia de segurança territorial nacional, que, como já foi observado, não é necessariamente uma novidade na lógica da formação do Estado moderno, e muitas vezes atribuída exclusivamente aos militares, também era um problema pensado pela classe civil dominante brasileira (RABELLO, 2004, p. 77-79; COSTA, 2008, p. 159-162 e 184; e PEREIRA, C. 2007, p. 254 e 255).

Essa elite concebia o Brasil como um país que precisava se desenvolver economicamente e, ao mesmo tempo, combater um inimigo interno (OLIVEIRA, 1976, p. 24; NASCIMENTO, 2005, p. 129; e OLIVEIRA, 2004, p. 27, 29, 45, 48, 53, 57 e 124) já concebido e materializado. Nesse contexto, já é possível visualizar, portanto, o binômio segurança-desenvolvimento, razão de ser da Doutrina de Segurança Nacional.

Complementando, Albuquerque (2010, p. 75) faz um rápido resgate histórico que explica algumas derivações estratégicas e ideológicas do pensamento geopolítico esguiano:

> [...] Assim, argumentamos que é possível identificar certos traços de continuidade no pensamento geopolítico oficial durante esse longo período compreendido entre as décadas de 30 e a atual, cuja agenda converge para três linhas de raciocínio basilares: a) a questão da unidade/integração nacional; b) a defesa das fronteiras terrestres contra eventuais agressões de países vizinhos; c) a importação da manutenção das linhas de comunicação do Atlântico Sul. Esses verdadeiros objetivos nacionais permanentes se refletiam e refletem nas projeções de poder do Estado brasileiro, tanto em sua dimensão interna quanto externa.

A não exclusividade na tomada de decisões doutrinárias por parte dos militares fica clara no texto da legislação que cria a Escola Superior de Guerra, em 20 de agosto de 1949, que concretizaria a implantação da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional no país (BRASIL, 1949) e, posteriormente em grande parte da América Latina, conforme Santos, M. H. (2004a, p. 115, 116 e 119):

> Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o papel das Forças Armadas na América Latina tem sido definido (e até mesmo imposto) pelo *hegemon* ocidental e seu bloco militar aliado, a Otan. Assim, durante a Guerra Fria, os países latino-americanos deveriam lutar contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto os Estados Unidos defenderiam o hemisfério ocidental contra possíveis agressões externas do bloco soviético. Os militares da América Latina não apenas absorveram uma doutrina anti-comunista – Doutrina de Segurança Nacional –, que veio a se tronar a base ideológica dos regimes militares que se multiplicariam na região ao longo de três décadas, a partir dos anos de 1960. [...]
> A Doutrina de Segurança Nacional, base ideológica dos regimes militares latino-americanos entre os anos de 1960 e de 1980, é um exemplo crucial dessa noção abrangente de segurança e defesa. [..]

Smallman (2000, p. 118) afirma que "[...] *Latin Armed Forces had indoctrinated their officers in National Security Ideology (NSI), a belief-system that stressed the importance of counter-insurgency warfare*."[19], o que seria parte da orientação de toda a doutrina defendida e propagada por Golbery.

É interessante observar, contudo, que o golpe militar no Brasil não foi um fenômeno isolado, mas, baseado em evidências, um fenômeno amplamente induzido (FRANÇA, 2005, p. 137; e OLIVEIRA, 2007, p.61). Evidências dessa hipótese é a visualização do golpe como parte de uma sequência desencadeada na América Latina (ALMEIDA, 2007, p. 156).

Quanto à natureza do golpe de 64 e baseado em declarações de fontes internas do regime, Carvalho (2006, p. 165), no entanto, sugere que

---

[19] [...] "*As Forças Armadas Latinas haviam doutrinado seus oficiais na ideologia de segurança nacional (ISN), um sistema de crenças que enfatizava a importância da guerra de contra-insurgência*" [tradução nossa].

> [...] o golpe de 1964 não foi uma necessidade histórica. O desenlace deveu-se a ações, omissões e erros de cálculo de agentes políticos de todos os matizes ideológicos, cujo grau de lucidez parecia reduzir-se à medida que aumentava a radicalização política. Outras soluções, além do golpe, eram possíveis.

Sendo uma "necessidade histórica" ou não, a capacidade do modelo capitalista encabeçado pelas grandes potências industriais de promover uma ação de múltiplas facetas, já apresentadas, pode ser relacionada a uma só motivação imediata e inquestionável: poder. Segundo Claval (1979, p. 11):

> Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida.
> Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros.

O "poder", o poder político em questão, aplicado à temática deste trabalho não é auto-regulado, mas segue um encaminhamento lógico, uma canalização de forças descendentes (o que justifica a premissa *a priori* da verticalidade) de caráter internacional e ininterrupta. Para ajudar na compreensão dessa afirmação, Morgenthau, (2006, p.29) afirma que

> *International politics, like all politics, is a struggle for Power. Whatever the ultimate aims of international politics, Power is always the immediate aim. Statesmen and peoples may ultimately seek freedom, security, prosperity, or power itself. They may define their goals in terms of a religious, philosophic, economic, or social idea. They may hope that this ideal will materialize through its own inner force, through divine intervention, or through the natural development of human affairs, They may also try to further its realization through geopolitical means, such as technical co-operation with other nations or international organizations. But whenever they strive to realize their goal by means of international politics, they do so by striving the power* [grifos nossos].[20]

[20] *A política internacional, como toda a política, é uma luta pelo poder. Seja qual for o objetivo final da política internacional, o poder é sempre o objetivo imediato. Governantes e povos podem vir a buscar a liberdade, a segurança, a prosperidade, ou o próprio poder. Eles podem definir os seus objetivos em termos de uma idéia religiosa, filosófica, econômica ou social. Eles podem esperar que esse ideal se concretizará através de sua própria força interior, através da intervenção divina, ou através do desenvolvimento natural das coisas humanas, eles também podem tentar ainda mais a sua realização através de meios geopolíticos, como a cooperação técnica com outros países ou internacionais organizações. Mas quando eles tentam realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles o fazem através do esforço do poder* [tradução nossa].

Em outros termos, entende-se que o golpe militar e a implantação de um Estado de exceção de longo prazo não foram auto-suficientes, isto é, não foram auto-justificados, mas eram produtos de relações macro que buscavam um “ajuste”. Eram as indisposições, o preço a ser pago, para que o capitalismo fluísse “como deveria”, pelo menos assim pregou o Estado militar.

Claval (1979, p. 11), com sua abordagem teórica ao poder, é capaz de fornecer algumas informações pertinentes sobre esse “ajuste”, que será caracterizado, *a priori*, por “assimetrias” e “desequilíbrios”:

> 1) a situação mais simples é a do poder puro: a relação é perfeitamente assimétrica, aquele que ordena nada deve aos que dirige; pode utilizá-los como meios para chegar aos fins que determinou; age dando ordens e fazendo-as executar sem hesitação; 2) o exercício do poder é facilitado quando os que a ele estão submetidos aceitam a situação como natural e reconhecem a natureza legítima da autoridade; 3) a assimetria nem sempre é tão marcada como no poder puro e na autoridade; ela surge nas relações em que cada qual dá e recebe, mas de maneira desigual – é o caso dos jogos de influência; 4) há, finalmente, os casos em que o desequilíbrio não é percebido pelos autores da relação: a liberdade de alguns é reduzida sem que eles o percebam; fala-se então do efeito de dominação inconsciente [grifos nossos].

Observa-se, portanto, que no trecho acima há quatro possibilidades de enquadrar o fenômeno da instalação de um Estado militarizado no Brasil, entre 1964 e 1985, por conta de uma ação externa e verticalizada.

Considerando a existência de uma escola geopolítica formada tal qual a formatação doutrinária dos Estados Unidos, descarta-se, automaticamente, o quarto item, pois houve uma participação consciente da elite pensante golpista na formação de seus quadros para a constituição intelectual da Escola Superior de Guerra – máximo referencial doutrinário militar brasileiro que resiste até os dias atuais.

O terceiro item pode ser considerado verdadeiro no contexto da Guerra Fria, haja vista a posição regional privilegiada do Brasil, considerando a lógica de produção e consumo em escala mundial. Sua área de atuação política e econômica em escala regional favoreceu o país, ou seja, pois foi possível flertar com os Estados Unidos. Era o momento propício para fazer *“the right choice”*.

Essa opção, no entanto, pode permitir que um leitor desavisado acredite que possa ter havido uma cumplicidade com favorecimento real para o Brasil, mas o que houve foi uma exploração autorizada pelo Estado, pois se estabeleceu um verdadeiro vínculo de subordinação. Muito provavelmente, uma conformidade com o

papel periférico em prol do funcionamento do mundo contemporâneo que justificaria uma conjuntura nacional inspiradora de atenção constante (SILVA, 1955, p. 77-90).

Agora, a situação de definição do perfil político do Estado brasileiro, de acordo com as premissas de Claval, torna-se mais difícil, apesar de ainda restarem duas opções a serem consideradas.

Em princípio, houve uma concorrência de fatos: primeiramente uma imposição – o que já faz parte da hipótese inicial de abordagem desta discussão – e, posteriormente uma naturalização dos fatos.

Prova desse segundo fato é o envio de militares brasileiros, além de outros de toda a América Latina, para aprendizado nos *Forts*[21] estadunidenses e na *National War College* (MAGNOLI, 1990, p. 128), antes e depois do golpe (ALMEIDA, 2007, p. 155 e 183) e, sobretudo, com um forte alinhamento com a escola geopolítica alemã (MATTOS, 1977, p. 47-50 e 59-63; MATTOS, 1984, p. 3-27; MATTOS, 2002, p. 18-19; e ALMEIDA, 2007, p. 158-162 e 171) – verdadeira apologia ao Estado total onipresente.

Comparato (1981, p. 56) aponta o produto da impregnação da ideologia de segurança e defesa territoriais adotada pelos países latino-americanos, a partir de 1961:

> Em 1961, uma grande transformação ocorreu na USARSA (*U.S. Army School of the Americans*), situada em Fort Gulick, na zona do Canal do Panamá. Ela se tornou o principal centro de treinamento intensivo de oficiais militares latino-americanos, com base na doutrina da segurança nacional, agora com vistas à tomada do poder, pelos alunos, nos seus países de origem. [...] essa escola formou 33147 militares latino-americanos. Em outubro de 1973, os dirigentes da USARSA declaravam com satisfação, que 170 diplomados da escola eram chefes de Estado, ministros, comandantes-chefes das Forças Armadas ou diretores de Serviços Nacionais de Informações na América Latina.
> Em outras academias militares norte-americanas, segundo estatísticas oficiais, 71651 militares latino-americanos estagiaram até 1975.

O argumento para a existência de um Estado militarizado, nesse contexto, era o que a própria conjuntura criada apontava: era para "salvar" o Ocidente (SILVA, 1967, p. 225-256 e SILVA, 1981, p. 219-25) especialmente do comunismo.

Essa era parte da espinha dorsal que justificara a existência e a sobrevivência da Escola Superior de Guerra como um centro de estudos que gestava e pensava este problema (MAGNOLI, 1990, p. 129, 134 e 135).

[21] *Quartéis* [tradução nossa].

Observe-se que cada vez mais a relação entre capitalismo (que poderia ser traduzido sem muito prejuízo prático por *american way life*[22]) e Estado militarizado brasileiro passa a fazer mais sentido.

Aquele que quiser se fixar a essa questão – se houve ou não houve uma espécie de "dominação inconsciente" do Brasil pela força político-econômica – pode ter como ponto de partida o discurso de Castelo Branco quando se referiu à política externa adotada pelo seu governo, conforme Ferreira (2001, p. 111):

> No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político ideológico entre os dois centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político (...). A política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre a fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental [grifo nosso].

O advento da Escola Superior de Guerra, portanto, era um somatório de insatisfeitos:

a) militares que, por consequência previsível, tomariam o poder cedo ou tarde e;

b) uma elite civil temerosa em perder seu já elevado padrão de vida ameaçado pelo comunismo – temor aparentemente justificável pelo notável aumento do custo de vida em menos de uma década (STEPAN, 1974, 138-143).

Ansart (1981, p. 83) afirma que

> Uma das ilusões geradas pelos conflitos ideológicos reside no mascaramento dos mecanismos de difusão e sua eficácia na renovação da empresa política. O receptor é convidado a crer que adere às mensagens transmitidas por pura convicção e sem que os mecanismos e dispositivos de difusão tenham manipulado seu assentimento.

Esta assertiva sugere, portanto, que:

a) a cúpula militar/civil golpista, antes de implementar uma ideologia nitidamente importada, foi levada a crer que ela, a Doutrina de Segurança Nacional, era imprescindível e que fazia sentido e;

---

[22] *Modo de vida americano* [tradução nossa].

b) essa mesma cúpula foi, ao mesmo tempo, usada de acordo com os interesses de quem foi o motor inicial do processo, ou seja, não só a ideologia de segurança nacional havia sido posta em ação. Como isso seria possível?

Para os Estados Unidos, tudo se tratou de um negócio perfeito, pois, além de "vender" a ideologia, ainda seria possível lucrar com a venda de armas (AFONSO e SOUZA, 1977, p. 103), um fenômeno extensível a praticamente toda a América Latina, especialmente notável no Brasil, na Argentina e no Chile.

Assim, entre 1970 e 1974, o Brasil aumentou em 150% o consumo de armamentos e tecnologias militares oriundos dos Estados Unidos. No Brasil, os picos desse consumo se localizam exatamente nos governos de Médici e Geisel, o que corresponde, não coincidentemente, ao ápice da repressão ao regime instalado.

A plenitude da satisfação dessa relação de interdependência econômica e de dependência tecnológica não era unanimidade no seio do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras, pois havia um grupo antagônico a esse que via com bons olhos esse tipo de relação internacional.

Tratava-se do grupo dos "nacionalistas" que, por sua vez, era minoria e que não chegou a mudar os rumos do capitalismo nem da Doutrina de Segurança Nacional já implementada. Segundo Smallman (2000, p. 119 e 120):

> *The two major military factions after World War Two were both clearly defined by their vision of Brazil's relationship with the United States. This one question completely shaped their political and economic views. One bloc, the "internationalists", wished to ally with the United States in the Cold War, in return for financial support for Brazil's development. The internationalists were anti-communist and economically liberal. They distrusted nationalism (which they associated with populism) and favored foreign investment. This faction controlled the army General Staff (*Estado Maior do Exército*), which sought to impose a new role, continental defense against communist aggression, upon the institution.*[23]

Essa postura de alinhamento político-ideológico ficou clara desde o início do mandato do primeiro presidente militar, Castelo Branco, como já foi mostrado há

[23] *As duas principais divisões militares após a Segunda Guerra Mundial foram claramente definidas por conta do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos. Esta questão configurou completamente seus panoramas políticos e econômicos. Um bloco, o dos "internacionalistas", desejou aliar-se com os Estados Unidos na Guerra Fria, em troca de apoio financeiro para o desenvolvimento do Brasil. Os internacionalistas eram anticomunistas e economicamente liberais. Eles desconfiavam do nacionalismo (pois o associavam com o populismo) e favoreceram investimento estrangeiro. Esta facção controlava o Estado-Maior das Forças Armadas e foi quem tentou impor um novo papel, o da defesa continental contra a agressão comunista, sobre a instituição* [tradução nossa].

pouco, mas algumas atitudes diplomáticas foram visivelmente drásticas ou desnecessárias como o corte de relações com a China e Cuba, por exemplo, conforme aponta Cruz (2008, p. 58):

> No tocante à política externa, o Brasil adotou uma postura de convergência com a Casa Branca: rompeu relações diplomáticas com Cuba e a China Socialista (1964); participou na intervenção norte-americana na República Dominicana (1965) e opôs-se à proposta chilena de criação de um mercado comum latino-americano que excluísse os Estados Unidos (1965). Posteriormente, respaldou a proposta da criação da Força Interamericana de Paz (FIP), que seria formada por todos os militares de todos os Estados comandada pela OEA, com poderes para intervir em qualquer país da região onde a "paz" estivesse ameaçada.

Até este ponto, portanto, foi possível compreender como as ações de uma lógica de interdependência político-econômica, em âmbito internacional, foi estabelecida entre os Estados-nação, após a Segunda Guerra Mundial, e como foram fundamentais para a construção e justificativa da Doutrina de Segurança Nacional que, por sua vez, buscava constantemente sua consolidação, através de suas ações no plano nacional e no plano internacional (Ansart, 1981, p. 254-258).

Observa-se, portanto, no discurso de Silva (1981, p. 247), em um capítulo chamado "O Brasil depende do Ocidente", como tal lógica havia permeado a construção ideológica da Doutrina de Segurança Nacional:

> Que, por outro lado, o Brasil essencialmente depende – e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular dos E.U.A., para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança [grifos nossos].

Concluindo este capítulo, é possível enumerar algumas características indeléveis da Doutrina de Segurança Nacional:

a) verticalizada – essa característica parece ter ficado clara, haja vista a exposição dos seus principais surgimentos pelas "necessidades mundiais" e sua aplicação em nível de Estado e na sua potencialidade modificadora de territórios, de concepção da realidade espacial;

b) autoritária – provavelmente a característica mais nítida, pois é produto das ações político-ideológicas impostas. O que justifica a importância de compreender a verticalidade da geopolítica no contexto pós-guerra e como o autoritarismo se instala

e se materializa na hipertrofia das Forças Armadas, buscando, sempre, justificar uma lógica maior;

c) dinâmica – uma vez estabelecida a lógica de reordenamento territorial imposta pelo "mundo", a qual os Estados-nação modernos ("democráticos" ou autoritários) deveriam seguir e com os meios disponíveis para esse fim, a Doutrina de Segurança Nacional se espacializa e ganha certa dinâmica, cuja materialização se permite decodificar nas ações do governo militar e nas contínuas imposições de uma agenda internacional;

d) naturalizada – a Doutrina de Segurança Nacional, sob a justificativa da manutenção de uma nova ordem, passa a ser "natural", pois é necessário entender o contexto na qual se insere. O atributo justifica a criação da Escola Superior de Guerra, o ninho do despotismo esclarecido brasileiro e sua atuação na estruturação e aplicação da Doutrina de Segurança Nacional em todo território nacional. Essa naturalização, no entanto, perde o significado quando as necessidades provenientes do "mundo" mudam, ou seja, quando a lógica muda, novos argumentos são necessários para justificá-la, tendo em vista a importância da compreensão do poder da ideologia, as ações de Estado que visam a reorganização territorial em favor "do bem maior".

É Svartman (2006, p. 187) quem fornece uma excelente síntese da Doutrina de Segurança Nacional:

> De forma bastante sintética, pode-se afirmar que a DSN [Doutrina de Segurança Nacional] articulava segurança nacional e desenvolvimento no sentido de maximizar o desempenho econômico nacional e de minimizar as clivagens e dissensos internos num cenário em que imperava a crença na inevitabilidade do confronto leste-oeste e na sistemática "infiltração" comunista. Seu discurso tendia a submeter praticamente todas atividades do Estado e, eventualmente da sociedade, à lógica da mobilização contra o comunismo – que poderia ser identificado não apenas nos movimentos sociais de maior ou menor inspiração socialista, mas no polo [sic] nacionalista das Forças Armadas e nas lideranças populistas nacionais. À frente do Estado deveria estar a "inteligência esclarecida" de uma elite capacitada a por em prática a "metodologia" esguiana [...].

Assim, com todos os elementos teóricos necessários apresentados, faz-se necessário compreender como a Doutrina de Segurança Nacional se materializou e como essa materialidade se deu a perceber no espaço geográfico brasileiro, especialmente na Amazônia, ou seja, quais foram os principais mecanismos geopolíticos típicos dos governos militares voltados à segurança e à soberania

nacionais que foram capazes de alterar a concepção de Amazônia, tanto de forma absoluta, considerando a realidade político-econômica nacional, quanto de forma relativa, levando em conta a conjuntura política internacional.

Portanto, os mecanismos geopolíticos, aqui podem ser citados aleatoriamente: Operação Amazônia, Programa Calha Norte e Radar da Amazônia, por exemplo, como vanguarda dessas ações políticas –, não poderiam deixar de ser mencionados, tampouco desvinculados da Doutrina de Segurança Nacional. Por conta disso, o próximo capítulo irá tratar tais tópicos, entre outros, de forma mais detalhada.

CAPÍTULO III – DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E AMAZÔNIA BRASILEIRA

3.1 Operação Amazônia em favor da Amazônia?

Com posturas política e econômica definidas, mas diplomáticas nem tanto (KUCINSKI, 1978, p. 26), o Brasil durante a Guerra Fria passa oficialmente a fazer parte de um sistema, de uma lógica política, que pressupõe troca. Essa dinâmica influenciaria, por consequência, a forma e a intensidade do beneficiamento do fluxo do capital, mas denotaria a exploração de *commodities* de forma bastante acentuada.

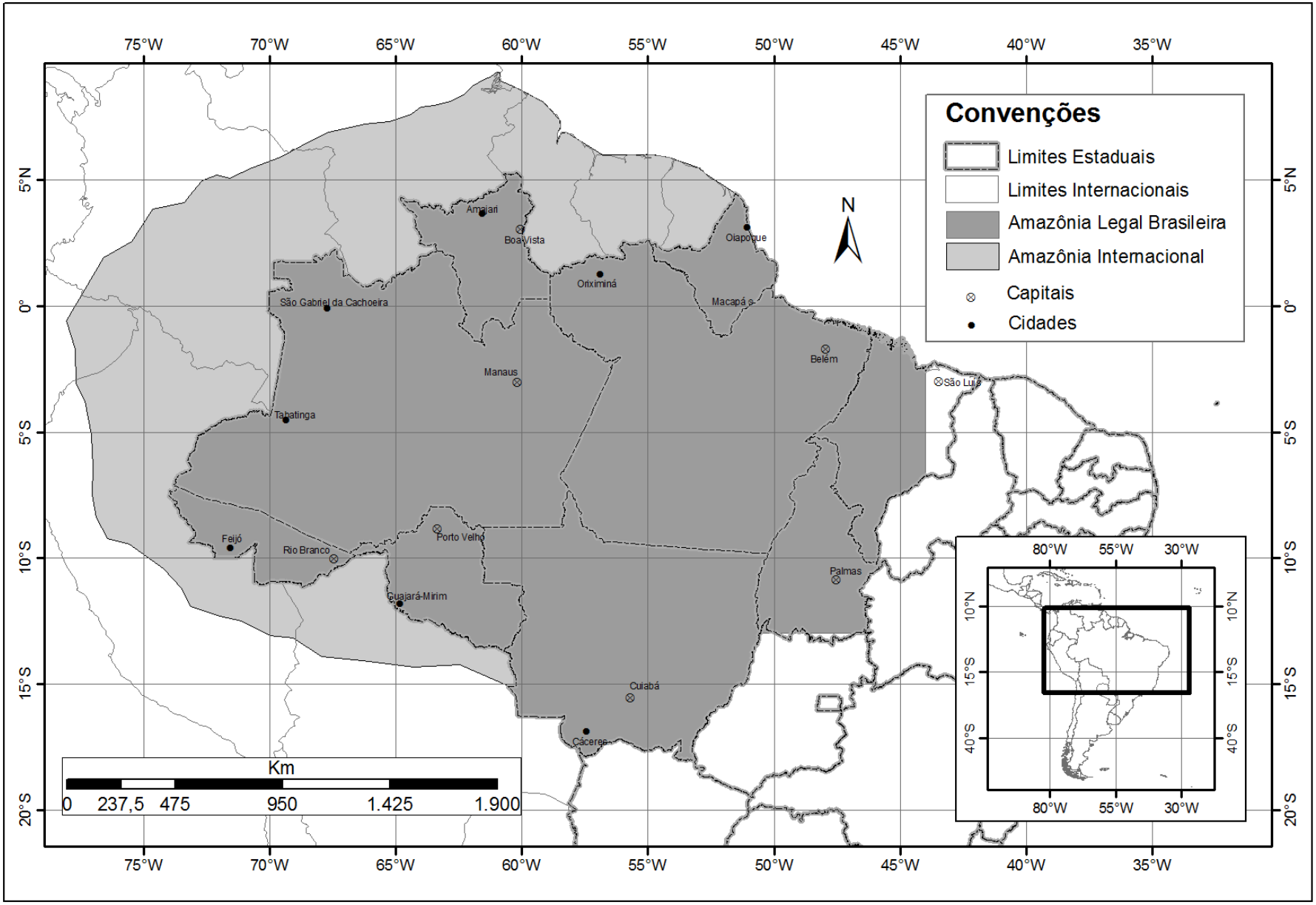
A Amazônia Brasileira passa a ser a porção territorial considerada deste capítulo em diante, haja vista, entre outros aspectos, a notável amplitude das mudanças espaciais observadas no processo de reordenamento territorial, por conta de ideologias e outras ações geopolíticas que visavam, prioritariamente, aspectos políticos e econômicos em detrimento dos sociais – uma contradição da Doutrina de Segurança Nacional que pregava o binômio indissociável desenvolvimento-segurança.

É nessa época que a Amazônia, em linhas gerais, passou a ser apresentada, internacionalmente, como um grande depósito de recursos naturais – o "pulmão do mundo", entre outras coisas – a céu aberto, do qual se poderia lançar mão logo que se fizesse necessário.

Como todo reordenamento territorial segue uma lógica, é possível identificar, especificamente na alteração espacial da Amazônia Brasileira (Mapa 2), a contar da tomada do governo pelos militares, mecanismos geopolíticos que passariam a ser justificados como imprescindíveis, naturais, para a segurança, desenvolvimento e, por consequência, soberania nacionais.

Enfim, a Doutrina de Segurança Nacional saíra funcional e oficialmente da Escola Superior de Guerra, como diretriz ideológica, e tornou-se válida, embasada nos meios legais, passando a modificar a forma como o Estado e as populações amazônicas viveriam e passariam a conceber essa fatia territorial brasileira desde então.

MAPA 2 - AMAZÔNIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

Nenhuma ação geopolítica adotada entre 1964 e 1985 pelos governos militares foi despretensiosa e, tampouco, desvinculada de interesses “maiores”, conforme explicado no capítulo anterior. É por isso que este capítulo se inicia questionando se, de fato, a Operação Amazônia, ação-chave para a compreensão da sequência de reordenamento territorial que se seguiria, e seus desdobramentos geopolíticos seriam, de fato, em favor da Amazônia.

As diretrizes da Operação Amazônia, ação governamental geoestratégica, eram claras quanto a sua intenção, pois havia um “vazio” a ser ocupado, um “vazio” típico e recorrente, doravante em todas as considerações geopolíticas militares voltadas à Amazônia (BARRETO, 1995, p. 95; FREITAS, 2004, p. 70; BECKER, 2005c, p. 23; NASCIMENTO, 2005, p. 119; MARQUES, 2007, p. 48 e 49; e PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 33 e 95).

Stella (2009, p. 86) detalha, precisamente, como se deu a Operação Amazônia e em que contexto histórico ela se enquadrou:

> [...] O mercado de capitais foi estruturado e o novo sistema procurava estabelecer estímulos para o ingresso do capital estrangeiro, facilitando as condições para o endividamento, numa conjuntura de créditos internacionais baratos. Essa arquitetura estimulou a recuperação da economia, e foi o ponto de partida para a nova fase da exploração da Amazônia.
> [...] Como o governo era composto pelo alto escalão das Forças Armadas, não se pode negligenciar a preocupação geopolítica de ocupar o território.
> Em 11 de Dezembro de 1966, foi lançada a “Operação Amazônia”, na qual a região era descrita “como um dos maiores desertos do mundo”, o que exigia o povoamento e o aproveitamento racional para uma harmoniosa integração inter-regional. [...]
> O autoritarismo delineou a nova estratégia. As ações baseavam-se na ideologia de “segurança nacional” e das fronteiras ideológicas da *Guerra Fria*, e a palavra de ordem era “integrar para não entregar”, o que significou abrir caminhos para a exploração dos recursos naturais, articulando o tripé da economia brasileira, formada pelo capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, representado pelos grandes monopólios multinacionais [grifos nossos].

Os grifos no excerto acima permitem refletir algo sobre as condições político-econômicas vigentes no restante do mundo à época da Operação Amazônia. Para iniciar, a própria concepção de território precisou ser alterada e, por consequência, a relação de interdependência entre os Estados se tornou cada vez mais acentuada e mais complexa.

Admitindo-se partes dessas considerações, portanto, pode-se chegar a algumas observações parciais sobre a Operação Amazônia e o seu caráter reordenador:

a) "nova fase" – essa "fase" não seria nada mais do que a concepção da relação entre "uma parte", representada pela Amazônia, e o "todo", que seria o mundo. A simples aceitação da idéia de tal "fase" tratar-se-ia de um consentimento às imposições do reordenamento territorial em nível mundial, a nova ordem mundial. Se cada Estado-nação teria seu papel a ser desempenhado, o Brasil, dentro do contexto latino-americano, não poderia configurar-se fora desta lógica (OLIVEIRA, 1991, p. 34);

b) "preocupação geopolítica de ocupar o território" – o novo reordenamento territorial pós-guerra impunha uma preocupação constante com a ocupação territorial física e com a influência ideológica, pois essa última passaria a ser tão poderosa politicamente quanto uma intervenção bélica. São tempos de quebra de paradigmas políticos, especialmente quando envolvesse a soberania dos Estados, pois passaria a ser cada vez mais relativa (RIBEIRO, 2010, p. 76);

c) "um dos maiores desertos do mundo" – para que a Amazônia, mais especificamente a Brasileira, pudesse ser ocupada ou tornar-se útil aos interesses capitalistas "do mundo", era necessário uma justificativa, nem que não fizesse tanta lógica assim. Para tal, foi difundido o discurso do "vazio demográfico" (RABELLO, 2004, p. 77-80), onde existiria uma Amazônia "deserta", incompatível com as aspirações ideológicas da Escola Superior de Guerra (OLIVEIRA, 1991, p. 31);

d) "ideologia de 'segurança nacional'" – conforme já abordado anteriormente, teria sido um discurso importado e adaptado à realidade nacional, embora haja críticos ferrenhos em torno dessa teoria política tendo em vista um suposto "determinismo" e "generalização simplista" (GARCIA, 1997, p. 22 e 24). De toda forma, tratava-se de um motor ideológico que justificaria as ações do Estado em justificativa de uma pretensa preocupação com a soberania nacional, especialmente a partir das fronteiras e não somente as amazônicas (MIYAMOTO, 1999, p. 84 e 85). Talvez as raízes mais profundas de tal ideologia remontem ao conceito grego natural de "pátria"[24] (COULANGES, 2007, p. 219-222);

[24] Coulanges explica que "*pátri*a", entre os antigos significava "*terra dos pais*", "*terra pátria*". A pátria de cada homem era a parte do solo que a religião, doméstica ou nacional, santificara; a terra que mantinha sepultos os ossos de seus ancestrais, e era ocupada por suas almas. A pequena pátria era

e) "*Guerra Fria"* – era o contexto geopolítico mundial que era a razão de ser da Doutrina de Segurança Nacional. A ideologia de um mundo bipolar precisava chegar a todos os lugares. Uma vez que a ideologia estivesse difundida, tanto no cérebro do meio militar quanto na mente das elites, apoio fundamental para o golpe de 1964, o trabalho para implantar a Doutrina de Segurança Nacional se tornaria mais fácil. Primeiramente, portanto, foi necessário convencer a elite econômica civil e tendenciosamente conservadora e as Forças Armadas. Sob essa lógica, a criação da Escola Superior de Guerra pode ser compreendida mais claramente (CONTADOR, 2007, p. 27-29);

f) "integrar para não entregar" – uma das máximas mais conhecidas produzidas pela Doutrina de Segurança Nacional, era uma espécie de síntese do método a ser utilizado para se alcançar a meta de Nação-potência (CONTADOR, 2007, p. 221 e 222) além de ser um norte para a ocupação do "vazio demográfico" – ideologia que o próprio lema gestara. A ideia principal consistia em ocupar para que a integração econômica fosse possível. Sob essa lógica, o território brasileiro só se tornaria "completo", soberano, se essa sentença fosse posto em prática. Não era possível que o Brasil se tornasse potência sem plena integração territorial (OLIVEIRA, 1991, p. 63);

g) "exploração dos recursos naturais" – todos os tópicos descritos anteriormente ficariam incompletos, todavia, se não fosse abordada uma das principais consequências das ações implementadas na Operação Amazônia. Toda espécie de exploração de recursos naturais, em escalas variáveis, acentuou-se por conta dessa política de ocupação espacial da Amazônia. É por isso que o ponto de partida deste capítulo foi justamente a Operação Amazônia, pois é da sua existência que mecanismos geopolíticos como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, da implantação do Radar da Amazônia e dos projetos de incentivo à ocupação espacial, como o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, passam a fazer sentido na compreensão de parte dessa nova etapa de reordenamento territorial da Amazônia Brasileira que, por

---

a cidade, com seu pritaneu [Em Atenas, edifício ocupado pelos prítanes (Principal magistrado em muitas cidades). Atualmente, estabelecimento fundado em favor dos beneméritos da pátria: pritaneu militar.] e seus heróis, com seu recinto sagrado e seu território demarcado pela religião. 'Terra sagrada da pátria', dizia os gregos. E essas não eram palavras vãs. Esse chão era verdadeiramente sagrado para o homem, pois era habitado pelos deuses. Estado, Cidade e Pátria não eram abstrações com entre os povos modernos; representavam, de fato, todo o conjunto de divindades locais com o culto cotidiano e com crenças que agiam fortemente sobre as almas".

consequência, demandariam a existência de um sistema que assegurasse o controle territorial amazônico brasileiro – o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia. .

Certamente, tais temas, individualmente, gerariam teses por si mesmos, conforme as referências bibliográficas podem atestar, mas o objetivo neste trabalho é tão somente pontuá-los como mecanismos geopolíticos relevantes para a compreensão da materialização da Doutrina de Segurança Nacional enquanto formatadora da concepção de território e da própria razão de ser da atual Amazônia Brasileira.

Outros tópicos geopolíticos, por consequência, serão comentados oportunamente, mesmo fora dos recortes temporal e territorial iniciais propostos por esta dissertação, contudo de forma menos detalhada, como o Plano Colômbia, por exemplo, haja vista complementarem o entendimento das informações necessárias para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

A análise dos fatos apresentados até este ponto pode levar certo leitor a compreender a geopolítica militar como a personificação da dinâmica de progresso para a Amazônia Brasileira, aproximando o amazônida, pretensamente “pobre e isolado do ‘mundo’”, do desenvolvimento, tão almejado e tão pouco refletido criticamente, proposto e difundido pelo Ocidente capitalista.

É Branco (2004, p. 97) quem enfatiza essa corrente ideológica, explicando de uma forma mais sintética, porém mais contundente, por que a Operação Amazônia e suas consequências foram determinantes, especialmente na análise do reordenamento territorial da Amazônia, quando se considera a exploração dos recursos naturais regionais: “[...] Instigou-se, com isso, um verdadeiro assalto à natureza amazônica pelos capitais industriais do sul e, também, de multinacionais [...]”.

Ao contrário, outro leitor talvez veja a dinâmica da geopolítica militar voltada à Amazônia, simplesmente como o motor de uma verdadeira tragédia social e ambiental ainda em plena dinâmica (OLIVEIRA, 1993, p. 12-14; e BECKER, 2005c, p. 24).

Contudo, uma vez que o governo do Brasil, após o golpe militar de 1964, havia manifestado abertamente um alinhamento político-econômico-ideológico com os Estados Unidos, era necessário que suas políticas declarassem tal postura, tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional.

Várias medidas de caráter político ou econômico, sejam em que Ministérios e Secretarias fossem, denotavam tanto o caráter autoritário do regime imposto, quanto à intenções aparentes da proposta da ideologia de segurança, o que incluía o desenvolvimento regional, quanto à permeabilidade das ações capitalistas. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia é o exemplo mais claro dessa afirmação.

3.2 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Plano de Integração Nacional

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1966, é, sem dúvida, a consequência geopolítica imediata mais relevante que pode ser relacionada com a Operação Amazônia. Para tanto, é necessário compreender desde logo os mecanismos tratados doravante como ações subsequentes dessa operação.

Na prática, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia é uma transformação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em uma estrutura política que atendesse às expectativas político-econômicas do governo militar de então (BECKER, 2001, p. 137; e FRANÇA, 2005, p. 153).

Oliveira (1993, p. 11) fala sobre a razão de ser da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a sua efemeridade:

> O Brasil, por sua vez, para direcionar e coordenar os planos governamentais para a região, criou em 1953 a [...] SPVEA [...] mais um ato da política “nacionalista” do período populista de Vargas, seguramente influenciado pela fração “nacionalista” das Forças Armadas. Coube entretanto, ao governo militar de Castelo Branco, 1966, a tarefa de transformá-la em [...] SUDAM, criando para efeito de ação governamental a chamada Amazônia Legal.

A troca de nome de uma estrutura administrativa que já existia, assim como das suas diretrizes, sugere um tipo de negação das políticas públicas adotadas anteriormente, especialmente por Getúlio Vargas, mesmo tendo, aparentemente, o mesmo objetivo: integrar a Amazônia ao resto do país (ANTIQUERA, 2006, p. 38).

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia também traria consigo a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, em 1967.

Ambas persistem em existir até os dias atuais, mesmo depois de algumas mudanças estruturais, especialmente a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e mesmo depois desta última se demonstrar extremamente onerosa (PINTO, 2002, p. 136; e FRANÇA, 2005, p. 153) e apresentar projetos ambientalmente questionáveis (SILVA, 2007, p. 79).

Quanto à essência, à razão de ser, das reformas econômicas implantadas pelos governos militares, Contador (2007, p. 62) afirma que

> [...] os governos militares iam implementando irrestritamente reformas que favoreciam os interesses do capital financeiro-industrial estrangeiro e do empresariado nacional a ele associado, não tendo que enfrentar uma oposição constitucional nem social. Procurava-se, então, deslocar do terreno da arena política decisões cruciais referentes ao país, cercando estas com as alegadas auras da racionalidade e neutralidade técnico-científica.

Essa afirmação corrobora a compreensão de como a orientação político-ideológica do Brasil, nesse período, atendia uma necessidade supranacional fosse por qual método fosse implementado. Logo, é possível depreender que a Operação Amazônia, bem como suas ações subsequentes, não objetivava o benefício social regional, mas sua dilapidação em detrimento do seu pleno desenvolvimento, pautado em modelos que visassem, de fato, as peculiaridades regionais, momento em que surge o questionamento sobre o grau de liberalismo dos governos militares.

Oliveira (1993, p. 89) admite que o modelo de desenvolvimento reproduzido na Amazônia Brasileira estava subordinado ao reordenamento territorial do capital internacional no Brasil, ao qual trata como “violência”:

> É assim que o grande capital do Centro-Sul, nacional e multinacional, está abrindo a Amazônia para a sua reprodução. Não há lugar onde a violência não se faça presente. E os governos militares ou não, têm ficado ao lado dos grupos capitalista, na sua defesa intransigente que, gradativamente, faz da Amazônia um território para o capital internacional no Brasil.

Nesse momento, portanto, era necessária a combinação da ideologia do nacionalismo, fenômeno político-ideológico-social diretamente relacionado com a gestão territorial (LIMA SOBRINHO, 1995, p. 8 e 9), com a ideologia do desenvolvimento nacional, ao menos era essa a mensagem a ser transmitida para as massas – sob o amálgama “onipotente” e “infalível” da ideologia de segurança nacional, imposta pelos militares, a Doutrina de Segurança Nacional.

Assim, a geopolítica militar projetada para a Amazônia não subsistiria sem duas variáveis: a) acordos internacionais – conjunturalmente, o Tratado de Cooperação Amazônica supriria parte dessa lacuna; e b) conhecimento das potencialidades naturais existentes na Amazônia Brasileira – o Radar da Amazônia, nesse contexto geoestratégico, seria justificável.

Em outras palavras, mesmo havendo um protótipo de gerência territorial promovido pelo Estado, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, não era possível obter sucesso político e econômico sem conhecer o que existe de valioso dentro dos seus limites territoriais e sem ter com quem negociar o que foi descoberto.

Para a implantação dessa lógica regional, em 1970, surge o Plano de Integração Nacional, uma estratégia geopolítica que, de acordo com Kohlhepp (2002, p. 37), "combinava programas de exploração da infra-estrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra".

A iniciativa do governo de Emílio G. Médici, sob o qual foi arquitetado e posto em prática o Plano de Integração Nacional, que adotara uma linha de ação que seria duramente criticada nas décadas posteriores: a implementação da máxima "integrar para não entregar", por meio da construção de grandes rodovias.

Verifica-se que o Plano de Integração Nacional vislumbraria posteriormente a construção de outras rodovias como a Cuiabá-Porto Velho (atual BR-364) e a Perimetral Norte (atual BR-210), mas nenhuma dessas tornar-se-ia tão emblemática quanto a Transamazônica.

Diniz (1994, p. 81 e 82) aponta, sumariamente, o possível motor da construção da Transamazônica como parte de suas reais consequências sociais e ambientais:

> A Transamazônica é outra iniciativa de grande envergadura do governo federal sobre a região amazônica. Consta que, numa viagem ao Nordeste, o então presidente Médici ter-se-ia consternado com a situação dos flagelados pela seca, numa região que fora também foco de conflitos fundiários antes do movimento de 1964. Certo de que a causa de toda aquela situação seria uma suposta grande concentração demográfica, o governo Médici decide criar na Amazônia uma alternativa para os nordestinos. Uma estrada sairia do Nordeste e iria até a Amazônia, onde se organizaria uma migração dirigida e se estabeleceriam vilas e núcleos populacionais, às margens da mesma estrada, que levou o nome de Transamazônica. [...]

> A estrada foi muito mal planejada e acarretou uma série de problemas. Os estudos de viabilidade econômica foram mal feitos, não houve pesquisas suficientes na área, a estrada atravessava terras indígenas e, acima de tudo, os planejadores simplesmente desconsideraram a população já então instalada na Amazônia e os conflitos fundiários que já então se delineavam. Apenas dois núcleos se consolidaram: Altamira e Marabá, no Pará.

O Plano de Integração Nacional surgiria exatamente um ano após o escândalo da divulgação de um relatório oficial, o Relatório Velloso, resultado dos trabalhos de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, encabeçada pelo então Deputado Federal Haroldo Velloso, em junho de 1969, que apurou irregularidades sobre vendas de grandes áreas para estrangeiros, especialmente na Amazônia (OLIVEIRA, 1991, p. 57-61).

O somatório dessas áreas, segundo a Comissão, extrapolaria os limites amazônicos e chegaria aos 20.000.000 de hectares e abrangeria outras regiões do país como o leste do Mato Grosso, oeste da Bahia, entre outras. Não coincidentemente, era o que o Plano de Integração Nacional precisava para ser justificado.

O período em que esses fatos se deram também corresponderia à fase mais repressora do regime militar. O contexto torna-se auto-explicativo quando se enquadra o período sob as duras normas do Ato Institucional nº 5.

O interessante nesta sequência de ações é que houve o endurecimento jurídico contra a aquisição de terras por estrangeiros, mas as aquisições e os projetos anteriores, como o Projeto Jari, com mais de 3.500.000 hectares, de Mr. Daniel Ludwig – contraditoriamente, um projeto autorizado por Castelo Branco (OLIVEIRA, 1991, p. 59 e 60) – não seriam desfeitas. Era, portanto, a regularização daquilo que antes era ilícito.

A título de complementação, Morel (1989, p. 78 e 79) descreve, sumariamente, a lógica do Projeto Jari (OLIVEIRA, 1993, p. 21-23) e a sua relação com o Governo Federal:

> O Projeto Jari, que tem 15 anos de existência, seria o maior produtor de arroz do mundo e sua fábrica de celulose abasteceria o mercado interno. As primeiras 5.000 sacas de arroz produzidas foram exportadas e a fábrica de celulose que veio montada do Japão, viajando por mar, até hoje só produz para o exterior.
> [...] Jari é uma Capitania Hereditária, que explora plantações de arroz, mineração e refino de caulim, material usado na fabricação de celulose e porcelana. Tudo isto sem a mínima fiscalização do governo. O governo não existia no Jari.

O Plano de Integração Nacional aparentava ser uma espécie de “resposta nacionalista” diante de todos os fatos ocorridos há pouco e registrados no Relatório Velloso. Oliveira (1991, p. 63) explica, sumariamente, sobre os objetivos oficiais desse grande projeto integrador:

> Neste programa [Plano de Integração Nacional], havia três decisões importantes a serem ressaltadas: a primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia – a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia Ocidental – Rondônia-Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.

Até o presente, já é possível vislumbrar a consistência do “nacionalismo”, veiculado pelo Estado e constante nos objetivos do Plano de Integração Nacional, analisando especialmente a Amazônia, com o agravante de que os projetos voltados à essa região passavam, necessariamente, pelo crivo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão oficial regional que incorporara as decisões tomadas em Brasília.

Note-se também uma possível grande falha na estrutura das decisões tomadas para a formatação territorial amazônica: o desconhecimento de causa vivida, da lógica regional, pois o modelo de desenvolvimento regional nunca partiu da Amazônia, mas já viera importado e incorporado para sua realidade. Aliás, um modelo de desenvolvimento regional próprio nunca foi incorporado em tal escala.

Portanto, uma vez que um projeto de desenvolvimento regional passava pela avaliação e aprovação daquela superintendência, passaria a ser de interesse nacional. E, mesmo assim, grandes grupos internacionais ainda puderam apropriar-se de grandes áreas em várias partes da Amazônia “Brasileira”.

Conectando os fatos acima expostos, permite-se que se chegue a algumas considerações parciais. Uma delas é que as rodovias projetadas em prol da “integração nacional” para nada mais serviam além do que para o atendimento a interesses de grandes projetos estrangeiros de caráter questionável.

Parecem fatos paradoxais, pois os são, mas são fatos geopolíticos em plena consonância com as linhas-mestras da Doutrina de Segurança Nacional. É nesse contexto político que surge o Projeto “Radar da Amazônia”.

3.3 Radar da Amazônia e o Tratado de Cooperação Amazônica

No contexto político da época, década de 1970, a Amazônia ganhara novos olhares, tanto de origem interna quanto de origem externa, como se novos atributos pudessem ser vistos na região. E de fato foi assim.

Embora continuasse se tratando ainda de governo militar, as posturas políticas e diplomáticas adotadas pelos Presidentes eram distintas entre si, pois, muitas vezes, os mesmos possuíam visões políticas consideravelmente diferentes. Tal afirmação pode ser corroborada quando são comparadas as políticas externas dos governos de Castelo Branco e de Costa e Silva, por exemplo.

Por conta dessas divergências ideológicas, somente a contar do governo de Ernesto Geisel, ou seja, na década de 70, que algumas decisões político-econômicas e estratégicas seriam tomadas. A implantação do Projeto Radar da Amazônia foi um produto desse conflito.

Para compreender, no entanto, o porquê de tais ações geoestratégicas, é importante considerar o contexto político-econômico do Brasil àquela época. Nesse sentido, Antiquera (2006, p. 49) pode esclarecer, afirmando que

> [...] a Amazônia, até o governo Geisel, não projetou sua dimensão à agenda da política externa. [...] De qualquer forma, a Amazônia continuava, na década de 1970, como um problema a ser resolvido - ainda que os projetos internos (especialmente a construção da rodovia Belém-Brasília) tenham facilitado o acesso à região. [...].
> Após o golpe de 1964 a Amazônia ganha destaque na agenda interna dos governos militares. Em 1966 foi lançada a Operação Amazônia.

Mais uma vez, é notada, mesmo que de forma não-plena, a influência geoestratégica da Operação Amazônia no reordenamento territorial amazônico. Taxa-se como “não-plena” porque, de fato, a ideologia de integração nacional, no geral da palavra, só pode ser considerada funcional em parte, especialmente quando se considera a evolução das telecomunicações, mas não quando se vislumbra a conexão da Amazônia Brasileira com o resto do país, através da malha viária.

Para constatar essa afirmação, basta ler ou acessar notícias sobre as cidades e municípios no entorno da Transamazônica, por exemplo. Que atrativos econômicos integradores há ali? Nenhum. Trata-se de uma mera rota (e das mais precárias) de transporte de cargas, de tráfico e de exploração de mão-de-obra barata – para não dizer escrava. Sobre essa realidade, portanto, pode-se afirmar que há uma verdadeira exclusão regional.

Porém, essa necessidade de integração regional não pode ser dissociada das suas origens na década de 70, pois é, justamente, nesse período que o Brasil busca articular-se com a maior parte dos países que são abrangidos pela Amazônia, a Amazônia Internacional, além do Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela. Nascia, o Tratado de Cooperação Amazônica.

Era o momento de o Brasil se afirmar como potência regional, o auge da política de desenvolvimento, um dos motes da Doutrina de Segurança Nacional. Contudo, havia dois fatores a serem considerados: a) o alvorecer da discussão das questões ambientais em âmbito mundial; e b) o direito de explorar os recursos naturais dentro dos seus limites territoriais. Essas duas variáveis promoveriam, como nunca, em nível supra-regional, outra questão-chave em toda essa discussão: a soberania dos Estados. A grande pergunta seria: onde inicia e onde termina a soberania de um Estado?

A busca pela integração regional era um objetivo claro almejado pelos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, um interessante contraste de escalas, considerando as ações político-econômicas, além das ideológicas, desenvolvidas pelos Estados Unidos, por exemplo, vivendo uma realidade não coesa entre os países sul-americanos (SENHORAS e VITTE, 2007, p. 213-214).

No entanto, Egler (2009, p. 214 e 215) esclarece que

> Uma alternativa para tratar a questão regional é buscá-la definir no quadro da integração territorial, que manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira no território. Desde logo é importante advertir que o conceito de território é distinto de uma visão puramente espacial [...]. O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Nesse sentido é uma mediação lógica distinta do conceito de espaço [...]

A abordagem de Egler pode traduzir-se como um anseio por medidas político-econômicas que extrapolem os interesses administrativos regionais, mas que considerem toda a complexidade inerente à organização espacial e a relações de poder instaladas naquele espaço anteriormente e como essas relações dar-se-ão com a instituição de um acordo da envergadura do Tratado de Cooperação Amazônica.

Carrasco (1978, p. 24), em um texto mais contemporâneo ao Tratado de Cooperação Amazônica, informa que

> En sus 28 artículos el Tratado establece las normas de acción que han de desarrollar los signatarios para promover el desarrollo armonioso de sus respectivos territorios amazónicos, así como también en cualquier territorio de una de las partes contratantes, que por sus características se considere vinculado a la Amazonia. […]
> En síntesis los puntos cubiertos por el Tratado son: 1) Incorporar plenamente los respectivos territorios amazónicos a las economías nacionales; 2) desarrollar de manera armónica la Amazonia, de suerte que haya una distribución equitativa de los beneficios entre las partes; 3) compartir experiencias en cuanto a estos desarrollos; 4) promover políticas que favorezcan un equilibrio entre crecimiento económico y preservación del ambiente; 5) generar un sistema de información de la Amazonia; 6) utilizar de modo racional los recursos hídricos; 7) promover e facilitar las comunicaciones en la zona; 8) promover la investigación científica y emprender campañas sanitarias en la región; y, 9) conservar las culturas indígenas del Amazonas.[25]

Enfim, com a evolução e aperfeiçoamento da tecnologia e da ciência, a Amazônia passa a ter a sua potencialidade de recursos cada vez mais esquadrinhada no contexto internacional: era o grande reservatório de riquezas naturais do mundo.

O primeiro passo eficaz de reconhecimento, por parte do Estado, dessa realidade foi dado pelo Radar da Amazônia, posteriormente denominado Radar da Amazônia-Brasil, que durante a ditadura militar, nas décadas de 70 e 80, realizou o

[25] Em seus 28 artigos, o Tratado estabelece as normas de ações a serem desenvolvidas pelos países signatários para promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, assim como em qualquer território das partes contratantes, que por suas características, se considere vinculado à Amazônia. [...]
Em resumo, os pontos abrangidos pelo Tratado são: 1) integrar plenamente territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais; 2) desenvolver de maneira harmônica a Amazônia, de modo que haja uma distribuição equitativa dos benefícios entre as partes; 3) compartilhar experiências sobre estes desenvolvimentos; 4) promover políticas que estimulem um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental; 5) criar um sistema de informação da Amazônia; 6) utilizar de forma racional os recursos hídricos, 7) promover e facilitar as comunicações na área; 8) promover a investigação científica e empreender campanhas sanitárias na região, e 9) conservar as culturas indígenas da Amazônia [tradução nossa].

levantamento dos recursos naturais – pedológicos, geomorfológicos, geológicos e vegetais – no território brasileiro (OLIVEIRA, 1991, p. 72).

Convém ratificar, inclusive, que se tratava do período inicial da factual consolidação da territorialidade do espaço aéreo regional, um fenômeno geopolítico tardio, considerando os fatos ocorridos em escala mundial (GOTTMANN, 1975, p. 30 e 31).

A tecnologia estadunidense utilizada pelo Radar da Amazônia, e repassada através da *National Aeronautics and Space Administration*, pautava-se na obtenção de imagens originadas da emissão de radiação com características específicas.

Tal tecnologia pode ser considerada um grande passo na consolidação do conhecimento geográfico, biológico e geológico no Brasil, além do fortalecimento do Brasil na escala de abrangência da Amazônia Internacional. Em contrapartida, trata-se de uma mostra de parceria que, novamente, favoreceu a acentuação da dependência tecnológica dos Estados Unidos, sem falar que esses passariam a contar, oficialmente, com informações, em várias escalas, sobre os recursos localizados em território brasileiro.

Pinto (2002, p. 134) procura apresentar, de forma simplificada, como o Radar da Amazônia se contextualizou por ocasião de sua instalação e o que, de fato, pôde-se aproveitar para a conjuntura geopolítica da época:

> O que resultou de definitivo e vantajoso do Radam foi uma cartografia confiável e uma indicação genérica do espaço regional. Todo o resto, como os mapas de uso potencial da terra e as indicações para as reservas de conservação e proteção, mostrou-se um glacê de qualidade duvidosa. A vigência do Radam, entretanto, não serviu para estabelecer o primado da razão na expansão da frente amazônica (marcadamente anárquica e caótica), nem assegurar o pleno controle nacional sobre as riquezas, que se internacionalizaram tanto no ponto de origem, da produção, como no de destino, da comercialização. Talvez a Good-Year, detentora da tecnologia e que a havia aplicado no Vale do Orenoco, na Venezuela, antes de expandi-la pela Amazônia, tenha colhido frutos ainda mais numerosos do que os seus contratantes (alegação repetida agora em relação à Raytheon e o Pentágono).
> O Radam, contudo, era um programa incontestavelmente científico e civil, sob o controle de um governo militar.

Os resultados obtidos pelo Radar da Amazônia davam condições, portanto, para que Geisel implantasse futuros projetos e planos de caráter fundiário que dessem continuidade à sua política oficial de segurança e integração nacionais.

Surgiria, nesse contexto, uma estrutura governamental que, teoricamente, daria conta da situação fundiária no país, especialmente na Amazônia. Dessa forma, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em julho de 1970, em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, fazendo parte de uma grande lógica geoestratégica implantada durante o regime militar, o que o incluiria o Projeto Calha Norte.

3.4 Rondônia e os grandes projetos de assentamento e o Projeto Calha Norte

Rondônia, como uma das Unidades da Federação que compõem a Amazônia Brasileira, não poderia passar incólume às ações geopolíticas da Doutrina de Segurança Nacional (BINSZTOK, 2003, p. 9, 10 e 13; e PEREIRA S., 2007, p. 130 e 131). A ocupação espacial de Rondônia seguiu a lógica do Programa de Integração Nacional, dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento (MELLO, 2006, p. 27).

Parte do texto do Decreto nº 63.104, de 15 de agosto de 1968 (BRASIL, 1968), determina que

> [...] Art. 1º Ficam consideradas prioritárias, para o efeito das iniciativas a cargo da Administração Pública Federal, centralizada e descentralizada as seguintes áreas, compreendidas na Amazônia:
> a) Área Prioritária nº I, no Território Federal de Rondônia, no segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 (seis) quilômetros de cada lado, da citada rodovia;
> b) Área Prioritária nº II, na região limítrofe dos Estados do Amazonas e do Acre e do Território Federal de Rondônia, abrangida pelas cidades de Pôrto Velho, Abunã, Rio Branco, Boca do Acre, Lábrea e Humaitá, tendo como centro de apoio a cidade de Pôrto Velho *[sic]*. [...]
> Art. 2º Será concedida prioridade à realização de empreendimentos ou a concessão de estímulos que interesse à ocupação, povoamento e desenvolvimento econômico-social das zonas de fronteiras abrangidas pelas cidades e localidades de Guajará-Mirim, Brasiléa *[sic]*, Cruzeiro do Sul, Benjamim Constante, Tabatinga, Cucuí, Tapuruquara, Asoenangka, Tiriós e Talismã [grifo nosso].

Não só os grifos, mas também a disposição de Rondônia na lista de prioridades do Governo Federal demonstra a preocupação do avanço da integração territorial almejada pela Doutrina de Segurança Nacional.

Oliveira (1993, p. 91) apresenta seu parecer sobre esse avanço para a fronteira amazônica ocidental e reorganização da estrutura fundiária nessa região:

> Esta estrutura fundiária não abre perspectivas de acesso à terra para a maioria dos trabalhadores do campo. Esta é uma lei da economia capitalista, o trabalhador deve ser livre para trabalhar para o capital, e não ser livre para trabalhar para si próprio.
> Assim, o processo de expropriação centenário do campo brasileiro tem, em sua marcha, liberado uma fração de trabalhadores que têm recusado a proletarização iminente, e buscado nas terras distantes a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores livres.
> É por aí que devemos entender o processo centenário de "marcha para o oeste" que esses trabalhadores camponeses têm feito, tornando-se posseiros nas novas áreas ocupadas. Posseiros de terras indígenas, pois são esses povos que têm assistido ao "encolhimento" de seus territórios, primeiro, pela posse dos posseiros e, depois, pelo "grilo" dos grandes grupos econômicos capitalistas.

Contudo, esse modelo de ocupação espacial, reorganização fundiária e de expansão da "fronteira econômica" também traria outros efeitos colaterais tão danosos para os povos indígenas quanto para o ambiente que os cercava e que passaria a se tornar matéria-prima para as necessidades industriais impostas pelo mundo (SILVA, 2003, p. 96) após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, Mello (2006, p. 25) afirma que

> A nova frente pioneira para a Amazônia [processo dos anos 70] não teve vínculo com a agricultura tradicional, mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros e multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais. O poder econômico operava dentro da lógica de ocupação de terras virgens, de valorização dos espaços. As consequências sobre os homens tinha pouco significado; o importante era que a exploração de "terras novas" significasse a sua inserção na economia de mercado, o aumento da capacidade de exportação e a continuidade de investimentos para equipar as novas indústrias e pesquisar as novas matérias-primas.

A afirmação de Mello volta a conectar a escala local com a escala regional e esta com a escala mundial. Em outras palavras, não existe ação de reordenamento territorial dissociada de uma lógica maior.

Becker (2008, p. 225), por sua vez, trata esse processo de reordenamento territorial de forma bastante objetiva e regionalizada:

> O regime militar, com seu projeto de rápida modernização da sociedade e do território, levou ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a "malha programada", constituída do conjunto de programas e planos governamentais – e abriu múltiplas fronteiras. [...]
> O governo federal assumiu diretamente o processo de modernização, implantando rapidamente a malha planejada, cujos componentes são: a) grandes redes de integração espacial; b) superposição de territórios

> federais aos territórios estaduais; c) subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra; d) incentivos à imigração e formar mão-de-obra.

A modernização a qual Becker faz menção, essa “malha programada”, não resultou, necessariamente, em integração e desenvolvimento plenos, conforme desejavam os militantes da Escola Superior de Guerra e seus simpatizantes. A “modernidade” implícita no discurso da Doutrina de Segurança Nacional fazia parte da ação geopolítica de ocupação espacial da Amazônia Brasileira, mas não era “a salvação” para a Amazônia.

Como resultados indesejados do reordenamento territorial da Amazônia Brasileira, com início na década de 60 (BECKER, 2007b, p. 31), podem ser citados:

a) Impactos ambientais relevantes;

b) Desconsideração das fragilidades e complexidades culturais e ambientais;

c) Acentuação de problemas urbanos como a favelização das periferias; e

d) Conflitos ambientais especialmente entre os “conservacionistas” e os “desenvolvimentistas”.

Um fato é que o modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia Brasileira era estranho às necessidades e potencialidades da região. Tratava-se de um modelo importado de outras regiões produtivas. É óbvio que era importante integrar a região, tornando-a economicamente relevante, mas a que custo? É nesse momento que o modelo descrito por Becker ajuda a explicar a lógica de reordenamento territorial apresentado por Mello.

Certamente, Rondônia foi um dos estados da Amazônia mais afetados por essa lógica geopolítica, por causa de sua localização geográfica na porção meridional amazônica. Neste sentido, Binsztok (2003, p. 10 e 11) chama atenção para dois fatores relevantes para a viabilização da ocupação espacial em Rondônia:

> a) A consolidação da BR 364, realizada no final dos anos 70 e início dos 80, principalmente no trecho Cuiabá/Vilhena/Porto Velho, que contou com recursos do Polonoroeste e financiamento do Banco Mundial para ordenar o fluxo de camponeses expropriados pela modernização agrícola no sul/sudeste do país;
> b) Os Projetos Integrados de Colonização (PIC), concebidos pelo Programa de Integração Nacional (PIN), que ocuparam uma faixa de 100 km de cada lado da BR 364, repartida em lotes de aproximadamente 100 ha. Distribuídos pelo INCRA aos pioneiros [...].

Os Projetos Integrados de Colonização faziam parte de uma série de projetos de assentamentos fundiários elaborados e postos em prática pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, constituindo-se em um dos formatos mais relevantes para o reordenamento territorial de Rondônia. Esses modelos consistiam no assentamento, propriamente dito, em uma área de 100 hectares, e visavam o armazenamento e comercialização da produção da área abrangida pelo projeto.

Os Projetos Integrados de Colonização em Rondônia (Mapa 3), segundo Oliveira (1993, p. 100), receberam. “entre os anos de 73 e 85, mais de 110 mil famílias de migrantes candidatos a parceleiros nos projetos de colonização do INCRA”. Entre esses assentamentos (PEREIRA S., 2007, p. 132), citam-se:

a) PIC Ouro Preto (Ouro Preto D’Oeste/1970) – considerado, por Oliveira (1993, p. 102), o assentamento mais relevante nesse processo de ocupação espacial. Foram mais de 4.200 famílias assentadas em 512.585 hectares;

b) PIC Sidney Girão (Guajará-Mirim/1971) – pouco mais de 600 famílias assentadas em 60.000 hectares, ao longo da BR-425;

c) PIC Ji-Paraná (Ji-Paraná/1972) – assentou cerca de 4.700 famílias ao longo da BR-364, em 486.137 hectares. Esse projeto colonizou as áreas dos atuais municípios de Pimenta Bueno, Presidente Médici, Cacoal e Rolim de Moura;

d) PIC Paulo Assis Ribeiro (Colorado D’Oeste/1973) – Foram mais de 3.400 famílias assentadas em 293.580 hectares; e

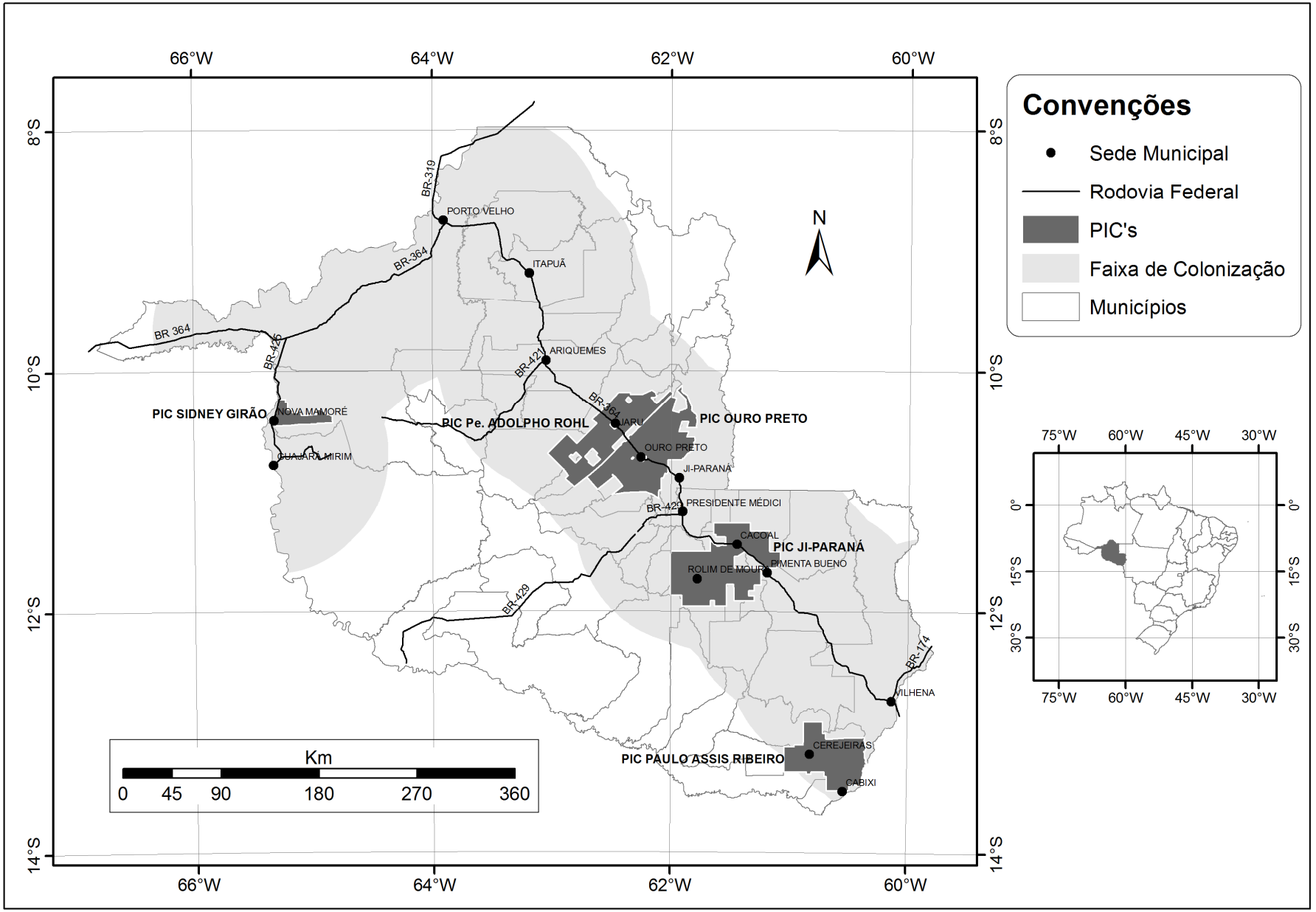
e) PIC Padre Adolpho Rohl (Jaru/1975) – responsável pelo assentamento de mais de 3.400 famílias, a partir de 1975, em 407.219 hectares.

Outros modelos de projeto, cada qual com suas peculiaridades, mas com o mesmo fim, eram: Projeto de Assentamento Dirigido, Projeto de Assentamento/Projeto de Colonização, Projeto de Assentamento Rápido, Projeto de Ação Conjunta, Projeto de Colonização/Projeto Especial de Assentamento e os Núcleos de Colonização.

Sobre outros modelos, destacam-se a implantação dos Projetos de Assentamento Dirigido, com 250 hectares, e os Projetos de Assentamento:

a) PAD Marechal Dutra e Burareiro (Ariquemes) – juntos, assentaram, em 799.586 hectares, mais de 6.500 famílias a contar de 1974;

MAPA 3 - PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1970



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

b) PA Urupá (Ouro Preto D'Oeste) – com início em 1980, abrangeu uma área de 70.000 hectares; e

c) PA Machadinho (Ariquemes) – a partir de 1980, abrangeu uma área de 100.000 hectares.

A partir de 1981, a ocupação espacial passou a caracterizar-se pelos Projetos de Assentamento Rápido e corresponde a uma área de 1.576.311 hectares, hoje municípios de Espigão D'Oeste e Alvorada D'Oeste, entre outras áreas. Os projetos foram:

a) PA-Gleba 6 (Ji-Paraná);

b) PA-Gleba Rio Preto (entre Porto Velho e Ariquemes);

c) PA-Gleba Jamauna (entre Porto Velho e Ariquemes);

d) PA-Gleba Jacundá (entre Porto Velho e Ariquemes); e

e) PA-Gleba Caracol.

Outro fator relevante a ser pontuado nesse frenesi de reorganização espacial é a supressão das áreas indígenas por conta da implantação desses projetos de assentamento. Áreas pertencentes à etnia Uru-Eu-Wau-Wau, por exemplo, que teve seu território traspassado pela abertura da BR-321, que conecta Guajará-Mirim a Ariquemes, e que até o presente momento não recebeu uma reparação ou retratação condizente por parte do Governo Federal.

Outros povos como os Karipuna e os Karitiana também sofrem pelo simples fato de haver uma ameaça latente por força da instalação de assentamentos, confrontando-se com seus limites territoriais.

Em 1975, sob as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governo Federal instala o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, por meio do Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974 (BRASIL, 1974). Esse Decreto contemplava quinze áreas prioritárias e, entre elas, Rondônia.

A instalação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, entre outros objetivos, visava a implantação de um arranjo produtor de caráter regional: o circuito Carajás-Itaqui. A inserção de Carajás não era aleatória, mas se conectava com interesses estadunidenses e japoneses (OLIVEIRA, 1991, p. 93).

Contudo, foi o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro (BRASIL, 1981), financiado pelo Banco Mundial (KOHLHEPP, 2002, p. 40) que mais influenciou a alteração da paisagem e da lógica territorial de Rondônia,

haja vista a abertura e pavimentação da BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá (OLIVEIRA, 1991, p. 94; e OLIVEIRA, 1993, p. 94).

Outro fato a ser considerado nesse processo "desenvolvimentista" (BROWDER, PEDLOWSKI e SUMMERS, 2004, p. 206) de integração territorial experimentado por Rondônia, no entanto, não seria aplicável a toda Amazônia, especialmente por conta das suas principais barreiras naturais: os cursos d'água.

Nessa conjuntura, foi criado pelo Governo Federal, em 1985, o Projeto Calha Norte que visava integrar a região ao norte dos cursos dos rios Solimões e Amazonas (Mapa 4).

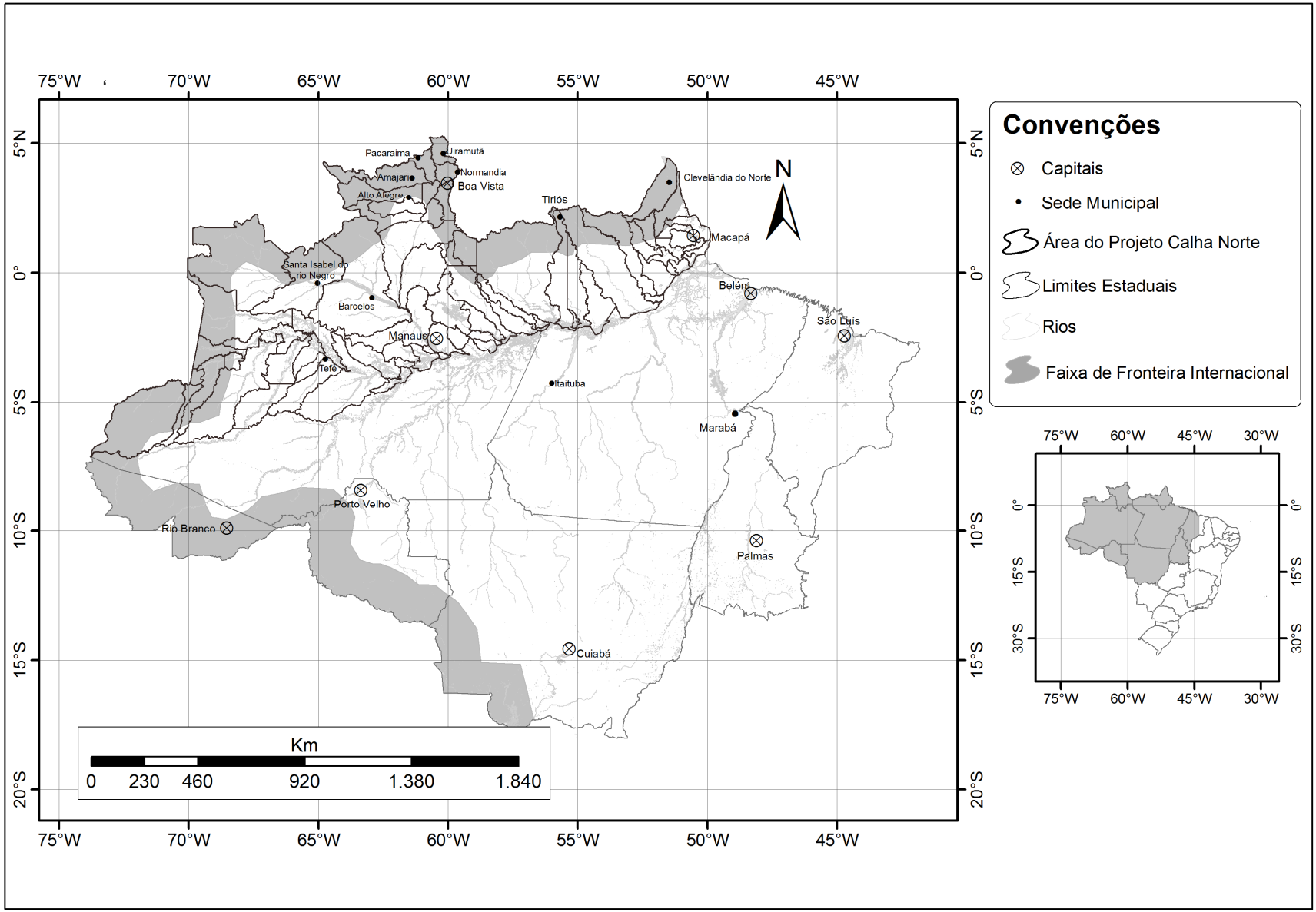
Sob a óptica da Geografia Política, pode-se afirmar que o Projeto Calha Norte foi uma importante ação geopolítica do Estado brasileiro que proporcionou um considerável dinamismo no reordenamento territorial da Amazônia Brasileira e produziu consideráveis rugosidades desde o nível local até o regional sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional (NASCIMENTO, 2006, p. 99).

O Projeto Calha Norte foi concebido, primariamente, como um plano geoestratégico (VESENTINI, 2000, p. 10), de caráter secreto para a gestão territorial amazônica, pois contava com a realidade de atrito entre os vizinhos limítrofes do norte, desde a Colômbia até a Guiana Francesa, no período governado pelo general Figueiredo, porém tornou-se logo público e somente então, desde 1985, quando foi implantado, pôde-se verificar a envergadura de seus investimentos.

Diniz (1994, p. 1 e 5) explica, com maior detalhamento, as características iniciais do Projeto Calha Norte:

> Originalmente um projeto sigiloso, elaborado por um grupo coordenado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e concluído em 1985, o Calha Norte veio a conhecimento público, durante os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que visava a investigar acusações contidas numa série de reportagens do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1986. [...] O Projeto Calha Norte [...] foi apresentado ao Presidente da República em 1985 pelo então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), General de Brigada Rubem Bayma Denis. Oficialmente, seu nome é *Desenvolvimento e Segurança na região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas - Projeto Calha Norte*, segundo consta do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE, Ministério do Interior - MINTER e da própria Secretaria Geral (SG) do CSN, além de contribuições dos Ministérios Militares e do Ministério da Fazenda. A exposição de motivos nº 018/85 de 19 de junho de 1985, que sugeriu a criação do GTI, propunha que este fosse integrado pela SEPLAN, MRE e Ministério do Interior. Há uma ligeira incongruência entre o grupo proposto

MAPA 4 – ÁREA INICIAL DE INTERESSE DO PROJETO CALHA NORTE



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

> inicialmente e o que efetivamente conduziu os trabalhos, mas tal incongruência não afeta seu caráter de integração de órgãos civis e militares. Observe-se que as áreas são afins. Porém, há um incremento da militarização do programa, com a presença dos ministérios militares [grifos nossos].

Observe-se que a proposta do projeto possuía os elementos nítidos básicos da Doutrina de Segurança Nacional: o desenvolvimento e a segurança. Os objetivos iniciais do projeto (Diniz, 1994, p. 7 e 8; e Silva, 2008, p. 133) localizavam-se na Faixa de Fronteira (Mapa 5):

a) Área de população indígena Ianomâmi – fronteira com a Venezuela;

b) Alto rio Negro ("Cabeça do Cachorro"), Amazonas – fronteira com a Colômbia e Venezuela;

c) Roraima – fronteira com a Guiana e a Venezuela ("*Essequibo*");

d) Área do Alto Solimões, Amazonas – fronteira com a Colômbia;

e) Tumucumaque, Pará – fronteira com o Suriname;

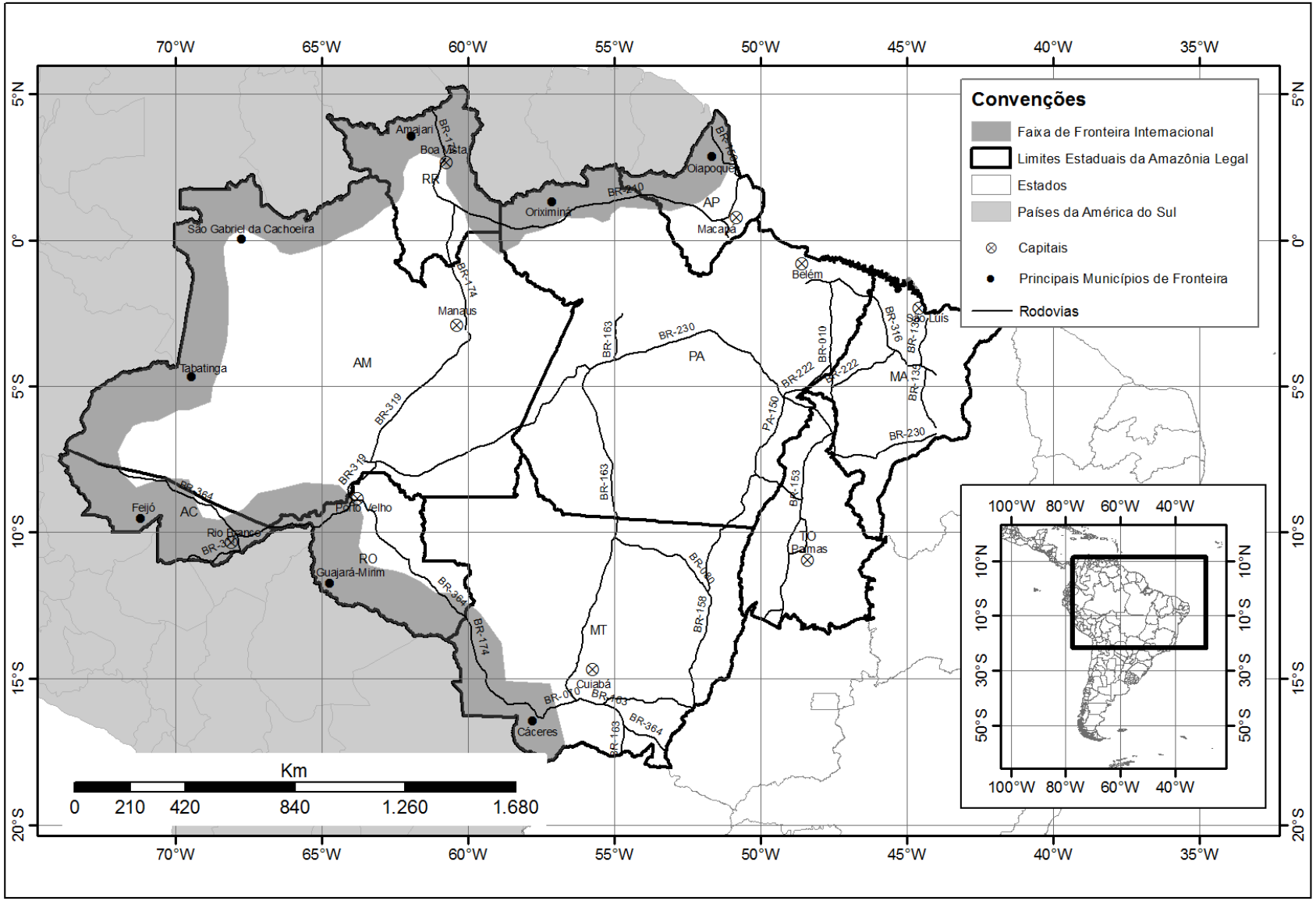
f) Amapá – fronteira com a Guiana Francesa.

Os fatos apresentados, até o presente momento do trabalho, permitem afirmar que uma das maiores características da ocupação espacial da Amazônia Brasileira, à época do Projeto Calha Norte, foi a celeridade empregada na ocupação espacial, transpondo os aspectos humanos para segundo plano, o que caracteriza mais uma vez a falta de preocupação com a qualidade de vida para as pessoas que viveriam naquele lugar e o que, por si só, já é uma contradição doutrinária, quando se leva em conta que um dos principais motes da Doutrina de Segurança Nacional era o desenvolvimento econômico.

Outra característica importante do Projeto Calha Norte foi a militarização dessa grande área. Mendel (1999, p.18) explica que:

> *The Brazilian Army's Solimões Frontier Command (CFSol)/8th Jungle Infantry Battalion is responsible for providing security throughout the* ***Alto Solimões*** *and along the open frontier. This section of the frontier is 1,300 kilometers long, running north and south from Tabatinga on the border with Colombia and Peru. The area of responsibility is about the size of Pennsylvania, and it sustains about 130 thousand people who live in and around seven small fluvial townships or counties. About 30,000 of these are indigenous people who continue to live in 90 outlying tribal societies. Officially there are about 200 foreigners registered in Tabatinga, but local officials estimate that 10,000 Peruvians and Colombians reside throughout the municipality. Many of these foreigners are directly or indirectly connected with drug trafficking, illegal fishing and wood cutting.*
> *Although the CFSol area of responsibility has a relatively small population, it is rich in natural minerals, trees and fish, attracting Brazilian and foreign*

MAPA 5 - FAIXA DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

> *businesses. The river transportation system supports ocean-going ships that travel from Iquitos, Peru, via the port at Tabatinga, on through the Brazilian Amazon to the Atlantic Ocean. Not one major road exists in this region linked by rivers.*[26]

Observe-se, no texto, que Mendel procura descrever a área de atuação das Forças Armadas, em alguns momentos descrevendo seus aspectos físicos, com destaque para as riquezas minerais e biodiversidade, e em outros momentos, falando sobre seus aspectos humanos, com destaque para a baixa densidade demográfica e a falta de integração terrestre por meio de rodovias. Contudo, o mote da discussão continua sendo a presença militar na região, objeto de maior detalhamento no último capítulo deste trabalho.

Em todo caso, o Projeto Calha Norte, o qual Becker afirma ser o "último grande projeto da Amazônia" (BECKER, 2007b, p. 27), viria a se tornar Programa Calha Norte somente em 2000, após sua revitalização (NASCIMENTO, 2005, p. 27). Contudo, este trabalho não se aterá a esse fenômeno político, mas tratará o referido programa como uma continuidade prática do seu predecessor.

Silva (2008, p. 132 e 133) corrobora Becker afirmando que

> O PCN pode ser considerado o primeiro passo em direção a uma política de defesa que contempla abertamente a Amazônia Brasileira como prioridade estratégica, no período pós-autoritário. [...]
> O PCN é avaliado como o principal programa de ocupação das faixas de fronteiras da região, mas especificamente da zona próxima às calhas dos rios Amazonas e Solimões. Com relação à sua formulação, foi orientada por premissas geopolíticas [...]
> Foi criado para viabilizar a ocupação, e garantir maior presença militar nas fronteiras do Brasil com cinco países [...]

---

[26] *O Comando de Fronteira Solimões (CFSol)/8º Batalhão de Infantaria da Selva, Exército Brasileiro, é responsável por fornecer segurança a todo o* ***Alto Solimões*** *e ao longo da fronteira aberta. Esta faixa da fronteira de 1.300 quilômetros de extensão, segue do norte ao sul de Tabatinga, na fronteira com Colômbia e Peru. A área de responsabilidade é praticamente do tamanho da Pensilvânia e sustenta cerca de 130 mil pessoas que vivem lá em torno de sete pequenos municípios fluviais ou municípios. Cerca de 30.000 destes são povos indígenas que continuam a viver em 90 sociedades tribais periféricas. Oficialmente há área de cerca de 200 estrangeiros registados em Tabatinga, mas as autoridades locais estimam que há 10 mil peruanos e colombianos residentes em todo o município. Muitos desses estrangeiros estão direta ou indiretamente relacionados com a pesca ilegal, tráfico de drogas e corte de madeira.*
Embora a área de responsabilidade CFSol conte com uma população relativamente pequena, é rica em minerais naturais, árvores e peixes, atraindo empresas brasileiras e estrangeiras. O sistema de transporte fluvial suporta navios oceânicos que a viagem de Quito, no Peru, através do porto de Tabatinga, no meio da Amazônia brasileira para o Oceano Atlântico. Não existe uma grande estrada principal nesta região ligada por rios [tradução nossa].

Finalmente, Becker (2007b, p. 67) volta a apontar outra característica importante do Programa Calha Norte, enquanto medida estratégica que garante a presença do Estado nos locais mais distantes dos grandes e médios centros urbanos na região Amazônica:

> [...] o Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985 e praticamente abandonado durante anos por falta de verbas, vem sendo resgatado com vistas a subsidiar uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional [...] Em outras palavras, o Programa Calha Norte se destina a uma área altamente estratégica.
> Apesar de suas dificuldades, o PCN tem sido em grande parte responsável pela presença constante do Estado brasileiro na Amazônia setentrional, através dos Pelotões Especiais de Fronteira, do apoio aéreo, do atendimento às tribos indígenas e comunidades carentes, e da manutenção de infra-estrutura (energia e transportes). A partir de agora, insere-se numa visão estratégica que envolve a parceria com o setor privado e um processo de planejamento que inclui: planos estratégicos de desenvolvimento regional para sub-regiões identificadas na Calha Norte; planos de desenvolvimento local integrado e sustentado em nível municipal, convergindo, assim, para propostas anteriormente apresentadas; e a proposta de um novo modelo de gestão para o PCN.

Diante de toda a complexidade espacial apresentada, influenciada fortemente pelos projetos de “vivificação da fronteira”, do Governo Federal, e de algumas de suas consequências geopolíticas, resta ainda analisar como a movimentação das unidades militares na Amazônia Brasileira e o monitoramento contínuo dessa região, através do binômio Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia, continuam a influenciar no nível da efetividade da presença do Estado e na forma como o mundo vê a Amazônia Brasileira.

CAPÍTULO IV – REORDENAMENTO TERRITORIAL, DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E ATUALIDADES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

4.1 Um breve histórico e caracterização do Sistema de Vigilância e Sistema de Proteção da Amazônia

Crê-se ter sido possível, até o presente momento, dar a entender como a Doutrina de Segurança Nacional, através dos seus mecanismos político-ideológicos, foi capaz de reorganizar uma parcela territorial brasileira tão significativa quanto a Amazônia Brasileira. Por conta disso, torna-se muito interessante saber o que restou e o que pode ser projetado dessa interação geopolítica.

Assim, apropriando-se do já referido termo miltoniano "rugosidade", este último capítulo identifica a dinâmica de algumas formas espaciais, resultantes da ação reordenadora da Doutrina de Segurança Nacional na Amazônia, e diz como se dá esse processo na atualidade, especialmente quando se consideram a defesa e a soberania nacionais.

Constata-se, portanto, que quaisquer vestígios de construção espacial na Amazônia Brasileira que puderam ser diretamente relacionados com o reordenamento territorial, proporcionado pela Doutrina de Segurança Nacional, são de interesse na discussão que se segue doravante.

Obviamente, como já levantado anteriormente, depois das ações geopolíticas dos militares entre 1964 e 1985, a Amazônia Brasileira jamais foi a mesma (BECKER, 2005c, p. 23; e BECKER, 2008, p. 223 e 224). Em termos mais abrangentes, portanto, todas as transformações territoriais ocorridas, especialmente após a Operação Amazônia, como uma espécie de *start*[27] dos mecanismos geopolíticos mais intimamente ligados à Doutrina de Segurança Nacional, poderiam ser retratadas aqui.

Contudo, somente dois aspectos da atual dinâmica espacial (rugosidades-produtos) serão apresentados e melhor detalhados neste capítulo:

[27] Partida, início de um dado processo [tradução nossa].

a) o Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia. Trata-se de um binômio composto de um braço operacional (infra-estrutura) e um braço estratégico (planejamento) de caráter interministerial (LOURENÇÃO, 2003, p. 5; FALCONI, 2005, p. 44, 48 e 49; e *MILITARY TECHNOLOGY*, 2005, p. 30), cientificamente multidisciplinar e;

b) a presença das Forças Armadas na Amazônia Brasileira, enfatizando a Faixa de Fronteira. Trata-se da presença *a priori* do Estado e assegura que o próprio binômio Sistema de Vigilância da Amazônia/ Sistema de Proteção da Amazônia faça algum sentido estratégico (FALCONI, 2005, p. 47 e 52-54).

Como já visto anteriormente, o Radar da Amazônia fez algo nunca antes realizado, obtendo, entre imagens e cartas, inúmeras informações com detalhamento escalar, variando entre 1:1.000.000 e 1:72.000. Portanto, entende-se que uma das principais ações geopolíticas que foram postas em prática pelas premissas da Doutrina de Segurança Nacional foi o levantamento de informações acerca dos recursos naturais existentes na Amazônia Brasileira.

No entanto, qual seria o futuro reservado ao método de obtenção dessas informações, assim como suas tecnologias?

Uma vez que o Governo Federal passa a tomar maior conhecimento das fragilidades (FRANÇA, 2005, p. 151) e das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Brasileira e, posteriormente, do resto do país, o meio militar (ênfase à Força Aérea Brasileira) “toma as rédeas” do caso e elabora, inicialmente, juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, uma infra-estrutura que permita dar conta de toda essa complexidade estratégica (SILVA, 2004, p. 75-76; e FALCONI, 2005, p. 47).

Becker (2001, p. 145) explica um pouco mais detalhadamente o contexto geopolítico mundial e regional que deu condições para a instalação e execução do projeto SIVAM/SIPAM:

> O projeto SIPAM/SIVAM – proteção e vigilância da Amazônia – é um gigantesco projeto de governo brasileiro para o controle da Amazônia, baseado em tecnologia moderna, sob o qual jaz uma estratégia contra a intervenção territorial externa, em nome da droga e do meio ambiente. Iniciativa nacional, previsto para ser implantado em cinco anos, com um custo total de US$ 1,4 bilhões e necessitando de tecnologia avançada, o Projeto fez como a Raytheon e, graças as facilidades de financiamento que acompanhavam a proposta americana. Pela primeira vez, após 15 anos, o Eximbank americano voltou a fazer um empréstimo ao Brasil, e com grandes facilidades, respondendo por 85% do financiamento. Foi através do

> financiamento do Projeto SIVAM que os EUA conseguiram participar, de alguma forma, no *War on Drugs* (guerra às drogas) no Brasil. E a Amazônia entra, no século XXI, sob o comando de um sofisticado sistema de informação, não fora o atraso em sua implementação.

Através da análise de Becker, somente é ratificado o pressuposto da complexa interdependência político-econômica já mencionada no capítulo anterior e existente entre os Estados modernos. O Brasil, neste caso, se apresenta como um dependente tecnológico para a implantação, tanto de políticas de segurança das fronteiras quanto de vigilância de uma parcela do território nacional.

Paradoxalmente, no entanto, essa dependência tornou-se necessária para fazer frente a interesses internacionais em instalar bases militares no país (BECKER, 2007a, p. 39).

Zhouri (2002, p. 19) também apresenta outro argumento relevante para a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia na Amazônia Brasileira, corroborando Becker:

> Com o argumento de que os americanos estavam instalando uma base militar na Guiana, as Forças Armadas demandaram do Governo Federal uma política de ocupação da Amazônia representada pelo Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia - com custos na ordem de 1,4 bilhões de dólares. Num esforço para evitar que o Sivam fosse visto como uma iniciativa essencialmente militar, e para atrair financiamentos multilaterais para o projeto, os militares argumentavam a necessidade de aumentar a presença do Estado na Amazônia, com programas de colonização, geração de empregos, assistência social, construção de escolas, e prevenção ao tráfico, pelo incremento do trabalho da Policia Federal na área. O projeto Sivam-Sipam foi então aprovado em 1995, sem licitação pública, entre escândalos de corrupção e tráfico de influência, envolvendo, por ironia, membros do governo americano e a empresa americana Raytheon, que venderia a tecnologia para implementação do projeto.

Observa-se, na abordagem de Zhouri, a preocupação dos militares em articular-se politicamente com o Governo Federal em prol do funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia. Tratava-se do estabelecimento de uma via de mão dupla, onde o Estado entraria com o investimento na infra-estrutura militar, nos limites Amazônia Brasileira, e os militares contribuiriam com os recursos humanos.

De forma clara, sabe-se que os militares já não podiam tomar decisões políticas e estratégicas de caráter unilateral. Contudo, a estrutura militar na Amazônia necessitaria indubitavelmente da presença das Forças Armadas.

Pinto (2002, p. 134) explica, sucintamente, como nasce o Sistema de Vigilância da Amazônia, o braço operacional do sistema abordado, e com que nível de confiabilidade ele conta ao nascer:

> [...] Já o Sivam é um programa militar e geopolítico em pleno regime civil. Ajustamento à história ou, pelo contrário, um descompasso desconcertante? Se os contemporâneos não responderem, a questão ficará para quem dela dará conta: o tempo.

Para que tal empreendimento tecnológico e humano surtisse o efeito desejado, era necessária a integração entre espaço, tecnologia, técnicas, recursos humanos e informações. Somente ocupar, premissa maior da Doutrina de Segurança Nacional, materializada pelo Programa Calha Norte, não garantia a condição de Estado independente das relações com outros Estados. Era necessário, portanto, a existência de uma infra-estrutura militar.

Nascimento (2005, p. 29) explica o Sistema de Proteção da Amazônia:

> O SIPAM é um sistema multidisciplinar com o objetivo de coordenar as ações de vigilância na Amazônia, buscando integrar as diversas instituições públicas e privadas, a fim de gerenciar informações obtidas com os projetos para fins de segurança nacional e desenvolvimento social regional, bem como reduzir custos infra-estruturais necessários ao desenvolvimento sustentável da região e alavancar a integração nacional, aproveitar e garantir a biodiversidade e gerar bem-estar para os habitantes mediante políticas públicas.

Pinto (2002, p. 131) prossegue explicando a inter-relação entre Sistema de Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia, e reforçando aspectos da origem do primeiro sistema:

> Só no segundo semestre de 2003, porém, a cobertura eletrônica dos 5,5 milhões de quilômetros da Amazônia estará concluída. Além de abranger equipamentos fixos de sensoriamento remoto, ela mobilizará pelo menos 5 mil homens das Forças Armadas, uma esquadrilha de 33 aviões e uma base logística controlada a partir de Brasília, centro do poder nacional. Aí começará o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), que precedeu e sobreviverá ao irmão gêmeo.
> Embora esses dois sistemas sejam apresentados como científicos, empenhados com a proteção ecológica, sua origem e sua aplicação principal são militares. Toda a sofisticada estrutura de produção de informações e de monitoramento das atividades, num espaço que ocupa mais de 60% do território brasileiro e equivale a toda a Europa Ocidental, está subordinada à doutrina de segurança nacional e a diretrizes geopolíticas [grifo nosso].

Uma matéria publicada em periódico especializado, denominado *Technology and Humanity: The SIVAM Project*[28] (*Military Technology*, 2005, p. 30), explica a função básica desse sistema, bem como seus métodos:

> *The basic function of SIVAM consists in providing the conditions for the acquisition, processing and distribution of information and data about the Amazon region. This knowledge, being made available in near real-time, will empower the action by the governmental bodies and the various other institutions that are involved in the development programmes, control and law enforcement in the region.*
> *Amongst the various functions that are required for the implementation of the above actions, the following are prominent:*
> *- General environmental monitoring;*
> *- Monitoring of the use and occupation of the soil;*
> *- Monitoring and support for the fulfillment of the guidelines of the Ecological/Economic Programme (ZEE);*
> *- Monitoring of meteorological phenomena;*
> *- Monitoring of water resources;*
> *- Monitoring of the vegetation and agricultural production;*
> *- Monitoring and control of air and surface traffic;*
> *- Support to border control;*
> *- Efficient communications amongst all users at different locations;*
> *- Support the repression of illicit and criminal activities, including most particularly the illegal exploitation of natural resources, smuggling and drug trafficking;*
> *- Support to the protection of aboriginal communities;*
> *- Support to special governmental programmes in the areas of health and sanitation;*
> *- Support to all programmes of regional integration and sustainable development.*[29]

---

[28] *Tecnologia e humanidade: o Projeto SIVAM* [tradução nossa].

[29] *A função básica do SIVAM consiste em prover as condições de aquisição, processamento e distribuição de informação e dados sobre a região Amazônica. Esse conhecimento, sendo disponibilizado em tempo quase real, irá delegar a ação através dos órgãos governamentais e das várias outras instituições que estão envolvidas nos programas de desenvolvimento, controle e execução da lei na região.*
Entre as várias funções que são requeridas para a implementação das ações pertinentes às suas atribuições, as que se seguem são imprescindíveis:
- Monitoramento ambiental geral;
- Monitoramento do uso e ocupação do solo;
- Monitoramento e suporte para o cumprimento das orientações do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- Monitoramento de fenômenos meteorológicos;
- Monitoramento de recursos hídricos;
- Monitoramento da vegetação e produção agrícola;
- Monitoramento e controle do tráfego aéreo e da superfície;
- Suporte ao controle das fronteiras;
- Eficiência nas comunicações entre todos os usuários em diferentes localidades;
- Suporte à repressão de ilícitos e atividades criminais, incluindo, mais particularmente, a exploração de recursos naturais, contrabando e tráfico de drogas;
- Suporte à proteção de comunidades indígenas;
- Suporte a programas governamentais nas áreas de saúde e saneamento;
- Suporte a todos os programas de integração regional e desenvolvimento sustentável [tradução nossa].

Em suma, a implantação de tal mecanismo tinha um objetivo principal: garantir os limites territoriais da Amazônia, conquistados pelo Brasil, considerando a sempre presente “ameaça externa”, outra nítida herança ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, como algo que extrapolaria o próprio foco da atribuição constitucional das Forças Armadas (SANTOS, 2008d, p. 12), através da integração social e monitoramento constante dessa porção territorial.

Contudo, o Sistema de Vigilância da Amazônia, mesmo sendo fruto de anseios unilaterais dos militares, acaba envolvendo outros segmentos do Governo Federal na espacialização da sua lógica funcional (LOURENÇÃO, 2006, p. 120).

Pinto (2002, p. 132) explica o porquê da insatisfação dos militares e porque não foi possível a aplicação unilateral militar do sistema agora conjugado (SIVAM/SIMPAM):

> Algumas de suas partes já existiam em instituições como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a extinta Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ou mesmo a Polícia Federal. Mas os criadores do Sivam queriam-no como uma estrutura completa e fechada, auto-suficiente, sob mando verticalizado e controle integral, como uma unidade militar, ou militarizada.

Com o tempo, foi possível observar que a tecnologia e a funcionalidade do Sistema de Vigilância da Amazônia ajudariam a consolidar, por meio de suas ações, a fundamental soberania do Estado moderno, mesmo que através da já comentada dependência tecnológica. Leite (2002, p.130), no entanto, vê tal dependência como um fator negativo quando afirma que

> O Sivam é, assim, um símbolo concreto de “servidão voluntária”, escolhida pela administração Fernando Henrique Cardoso, que entrega a segurança da Amazônia e o conhecimento sobre suas riquezas naturais aos Estados Unidos e, com isso, abdica de parte significativa da soberania nacional. Assim, suavemente se dá um passo para a desnacionalização da Amazônia.

De toda forma, a potencialidade estratégica do Sistema de Vigilância da Amazônia, desde sua instalação, fez-se perceber, incontestavelmente, em âmbito nacional, como ação geopolítica sólida e relevante da parte do Brasil sobre seu

território nacional, o que certamente repercutiria, imediatamente, além das suas fronteiras, denotando maturidade geoestratégica perante outros Estados.

Exemplo dessa afirmação encontra-se em Ballvé (2003, p. 32-33), em um texto contemporâneo ao lançamento do programa, que dá mostras de como se constrói a percepção dos estadunidense sobre infra-estrutura brasileira de segurança da Faixa de Fronteira. Essa visão é uma amostra do "olhar do outro", de outro Estado soberano, no que se refere à disposição e a aplicabilidade do Sistema de Vigilância da Amazônia:

> *[...] This sophisticated surveillance tool, launched in mid-2002, represents the most significant innovation in Brazil's Amazon policy since the government's huge settlement and road building drives in the 1970s. Belem's SIVAM installation is only one of three such massive intelligence centers. Dozens of fixed radar stations, weather-tracking units, and specialized truck – and plane – mounted radars are also scattered about. Three jets equipped with state-of-the-art imaging technology scan the jungle and feed data to SIVAM's computers. All the technology is linked via satellite.*
> *The information gathered by SIVAM can, in theory at least, be used for a variety of purposes, from monitoring illegal logging and mining to spying on insurgent groups and drug traffickers who enter the Brazilian Amazon from neighboring countries. The handling of SIVAM may be first big test that will determine how the government of President Luiz Inácio Lula da Silva intends to balance security, economic and environmental concerns in the Amazon* [grifo nosso].[30]

O grifo não foi aleatório, mas serviu como alerta para ações que se cumpriram em parte, o que permite conjecturar sobre o nível de planejamento que envolve áreas consideradas iminentemente relevantes como a Amazônia.

Desses grifos, surgem e permanecem algumas perguntas com respostas aparentemente óbvias, mas que depõem a favor ou contra o Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia:

---

[30] *[...] Essa sofisticada ferramenta de vigilância, lançada em meados de 2002, representa a inovação mais significante da política do Brasil desde o enorme projeto governamental de colonização da Amazônia e de construção de estradas na década de 1970. As instalações do SIVAM em Belém compõem apenas um dos três enormes centros de inteligência. Dezenas de estações de radares fixos, unidades de monitoramento do tempo e caminhões/aviões equipados com radares também estão dispersos. Três aviões equipados, com a tecnologia mais moderna de aquisição de imagens, digitalizam os dados da selva e alimentam os computadores do SIVAM. Toda a tecnologia está ligada via satélite.*
As informações recolhidas pelo SIVAM podem, pelo menos em teoria, serem utilizadas para uma grande variedade de propósitos: de monitoramento de extração ilegal de madeira e mineração a espionar grupos insurgentes e traficantes de drogas que entram na Amazônia Brasileira a partir dos países vizinhos. A manipulação do SIVAM pode ser o primeiro grande teste que vai determinar a forma como o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende equilibrar a segurança, as preocupações econômicas e ambientais na Amazônia [tradução nossa e grifo nosso].

a) O monitoramento da extração ilegal de madeiras na Amazônia, através do Sistema de Proteção da Amazônia, fez com que esse fenômeno sofresse alterações quantitativas? Estudos de grupos científicos como o britânico *Chatham House*, em 2010 (DIMINUI a extração de madeira ilegal, 2010), demonstram que sim. Ponto para o sistema. Em contrapartida, é importante relembrar que, mesmo com a interação entre órgãos federais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Polícia Federal e o Exército Brasileiro, por exemplo, os índices estão longe de serem os desejáveis, considerando o contexto atual de exploração dos recursos naturais, inclusive em áreas indígenas (TILIO NETO, 2009, p. 100), e o nível de emissão de poluentes emitidos pelos países, especialmente os mais ricos.

b) A mineração ilegal – eis um ponto sensível na realidade da Amazônia Brasileira na atualidade. É uma espécie de efeito sócio-econômico-ambiental colateral da colonização forçada pela Doutrina de Segurança Nacional que pode ainda ser observado (COSTA, 2010). Além da Polícia Federal, do Exército Brasileiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral, outra instituição federal que se envolve diretamente na tentativa de supressão desta realidade é a Agência Brasileira de Inteligência. Cada órgão, em sua área, procura reprimir essa constante complexa que é um problema geopolítico. Menos um ponto para o sistema.

Subordinado diretamente à Casa Civil, a versão vigente do Sistema de Proteção da Amazônia, o braço estratégico do sistema interministerial que monitora e defende a Amazônia Brasileira, nasce em 2002, conforme o Decreto nº 4.200 (BRASIL, 2002), de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências.

A decisão de submeter o Sistema de Proteção da Amazônia diretamente às ordens da Casa Civil sugere a composição de um quadro de enfraquecimento preventivo e crônico das Forças Armadas, quanto à tomada e ao calibre das decisões estratégicas voltadas à defesa nacional, pois o processo de transição da ditadura para a democracia só seria considerado sólido por causa da prática dessa lógica (SANTOS, M. H., 2004b, p. 116).

Esse quadro de enfraquecimento torna-se mais nítido após a passagem de governo de José Sarney (1985-1990), símbolo da transição conivente com o poder

político militar (SANTOS, M. H., 2004b, p. 118 e 119) para Fernando Collor. Nessa transição, observa-se uma aparente sequência de medidas de mitigação política e tecnológico dos militares (LANGE, 2007, p. 255), uma espécie de resfriamento preventivo, para evitar uma pouco provável retomada do poder ou, ainda, tomada de decisões unilaterais:

a) Extinção do Serviço Nacional de Informações, filho e "menina dos olhos" de Golbery, por Fernando Collor de Mello (SANTOS, M. H., 2004b, p. 121; e FIGUEIREDO, 2005, p. 404, 405 e 449), em 15 de março de 1990.

b) Criação do Ministério da Defesa, sob o comando de um civil, em 1999 (OLIVEIRA, 2005, p.115, 118 e 123), concebida por Fernando Henrique Cardoso em 1997, com vistas a uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ZAVERUCHA, 2007, p. 26 e 27).

Sob a óptica estratégica e militar, essas duas medidas parecem contra-senso (ZAVERUCHA, 2005, p. 107; e ZAVERUCHA, 2007, p. 26), quando comparadas com a valorização das Forças Armadas previstas na atual Estratégia Nacional de Defesa.

Comparativamente, Diamint (2008, p. 101) aponta que o papel político das Forças Armadas também passou a ser concebido de outra forma, imediatamente após o término da ditadura na Argentina:

> *Alfonsín quiso dotar a las Fuerzas Armadas de un claro sistema de defensa nacional, que implicara la eliminación definitiva de la Doctrina de Seguridad Nacional y la adopción de objetivos profesionales en reemplazo de las motivaciones ideológicas*.[31]

O que se pode notar, através dessa intervenção, somada à leitura dos fatos e do espaço geográfico até o momento, é como as Forças Armadas podem ter sua função formatada de acordo com as necessidades supra-estatais e como a política nacional de defesa pode ser fluida em detrimento de antigas ideologias ordenadoras de território; e tudo por conta da subjetividade da ação das Forças Armadas no texto constitucional, daí a necessidade de políticas e estratégias de defesa de âmbito nacional.

[31] [...] Alfonsín quis dotar as Forças Armadas de um claro sistema de defesa nacional, que implicara na eliminação definitiva da Doutrina de Segurança Nacional e a adoção de objetivos profissionais em substituição das motivações ideológicas [tradução nossa].

4.1.1 Sistemas de Vigilância e Proteção e a realidade das fronteiras amazônicas: colapso da doutrina?

Certamente, a maior preocupação de um sistema integrado como o Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (Mapa 6) são as fronteiras da Amazônia Brasileira.

O Estado brasileiro contém, em seu ordenamento jurídico, a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira (FF), altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências (BRASIL, 1979).

Preocupar-se com as fronteiras não deve ser só prerrogativa do Estado brasileiro, mas de todo Estado que preza pela sua defesa e soberania nacionais. O Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia é mostra da tentativa estratégica do Governo Federal em monitorar essa imensa área.

Flynn (2003, p. 12-13), ao mesmo tempo em que cita o Sistema de Vigilância da Amazônia e sua íntima relação com a defesa territorial da Amazônia, fala da distribuição das tropas na região e da dificuldade de defender uma fronteira tão permeável como essa:

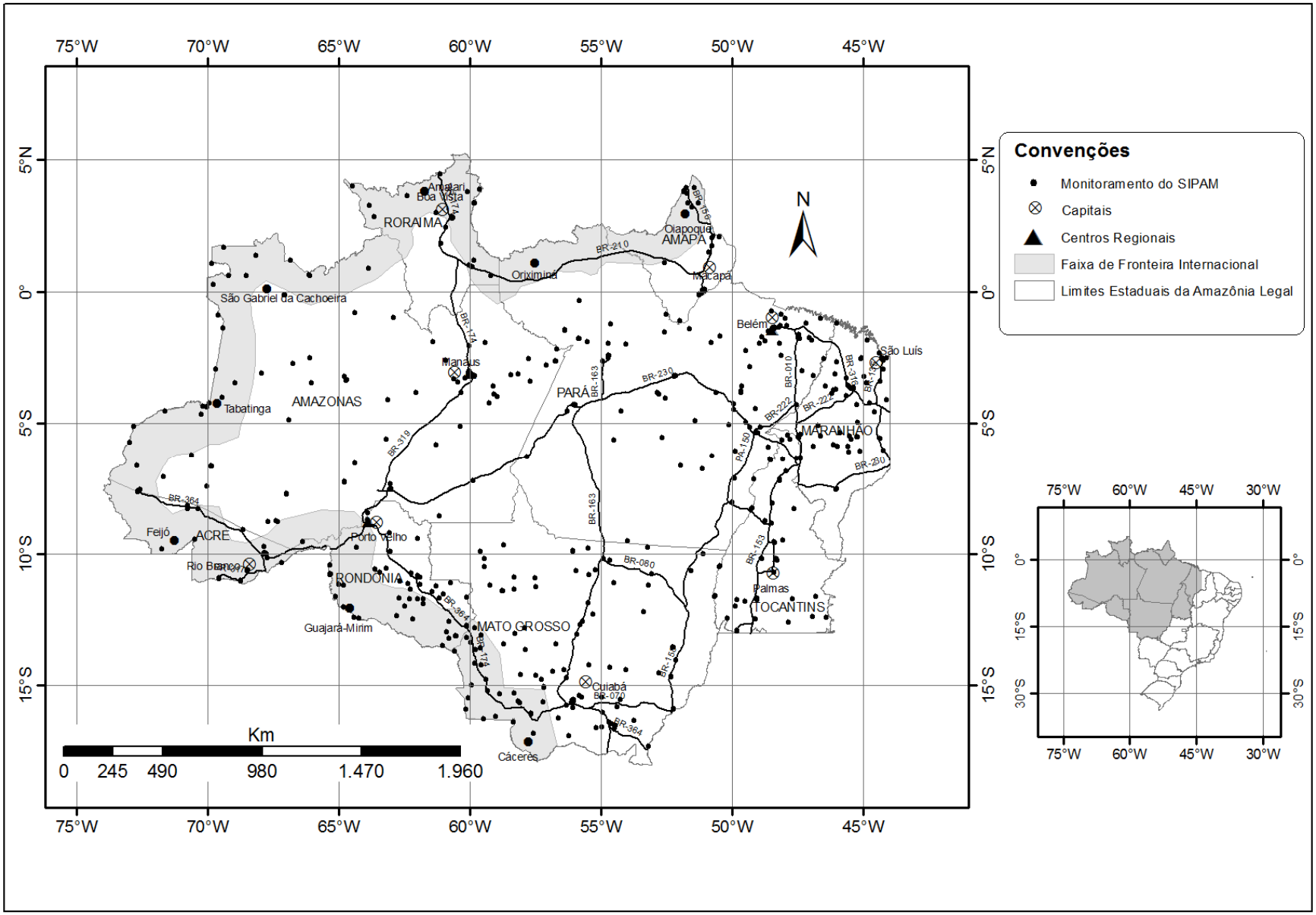
> Protecting Brazil's 11,200 kilometer Amazonian border is not easy. Today, the country has a two-part strategy: It has established the Northern Gutter program, which is aimed at populating the country's border regions with self-sustaining military-civilian settlements; and it has installed a $1.4 billion high-tech radar and surveillance system called the Amazon Vigilance System, or Sivam, which went into operation last July.
> There are currently some 25,000 troops patrolling Brazil's Amazon borders, including several battalions of jungle combat soldiers, special forces personnel, and a flotilla of navy ships that patrol the region's rivers.[32]

Flynn não só enquadra o Sistema de Vigilância da Amazônia no contexto atual de defesa e segurança nacionais, mas também explora, mesmo que, superficialmente, a presença do Estado na Amazônia Brasileira. Contudo, superlativiza tanto a presença militar quanto a civil na Faixa de Fronteira.

---

[32] *A proteção de 11.200 quilômetros da fronteira brasileira não é fácil. Hoje, o país tem uma estratégia, que consiste em duas partes: estabelecido o Programa Calha Norte, que visa povoar as regiões fronteiriças do país, com assentamentos militares e civis auto-sustentáveis; instalou um radar de alta tecnologia e sistema vigilância, de 1,4 bilhões dólares, chamado Sistema de Vigilância da Amazônia, ou SIVAM, que entrou em operação em julho passado. Existem, atualmente, cerca de 25.000 soldados patrulhando as fronteiras do Brasil na Amazônia, incluindo vários batalhões de soldados combatentes de selva, pessoal das Forças Especiais, e uma flotilha de navios da Marinha que patrulham a região dos rios* [tradução nossa].

MAPA 6 - UNIDADES DE MONITORAMENTO DO SIVAM/SIPAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

A lógica de ocupação espacial nas fronteiras é claramente contemplada na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008) e faz parte das suas principais diretrizes. No entanto, verifica-se empiricamente que a aplicação do plano estratégico na prática põe por terra qualquer ideia de plenitude da presença do Estado no suporte constitucional à população civil residente na Amazônia Legal ou de efetividade na presença militar na Faixa de Fronteira.

Verifica-se que os mecanismos geopolíticos constantes na Estratégia Nacional de Defesa, em consonância com o vigente Programa Calha Norte, são: a "Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira" e o levantamento da viabilidade de estruturação de "Arranjos Produtivos Locais", uma lógica que obviamente se distancia da necessidade regional, pois prioriza o local em detrimento de fragmentos maiores contínuos, como o que sugere a própria ideia de fronteira.

Partindo dessas pontuações, portanto, é possível notar que uma das características da Doutrina de Segurança Nacional permaneceu: a relação íntima entre segurança e desenvolvimento.

De qualquer modo, é necessário notar que, quando se vislumbra o gigantismo continental da Amazônia, é difícil conceber como pode existir uma logística complexa para dar conta dessa verdadeira imensidão territorial; no entanto, tal logística existe, grotescamente falha, mas existe.

É importante lembrar que a disposição das bacias hidrográficas que permeiam a região amazônica permitiu que, desde tempos imemoriáveis, tanto o amazônida, o "original", o índio –, quanto seus futuros "ocupantes exógenos", os *outsiders*[33], pudessem transitar com certas limitações por toda essa extensão territorial. Os cursos d'água serviram (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 79) e servem tanto como "estradas naturais" como demarcadores espaciais.

Contudo, verifica-se que essa logística vem se tornando cada vez mais complexa, quando se sobrepõem outros meios de transporte: os aéreos e os terrestres.

Obviamente, todos os meios de transporte apresentam um salto qualitativo em tecnologia nos últimos quatro séculos, mas não são, necessariamente, componentes de integração plena entre os habitantes da Amazônia.

---

[33] *De fora, invasores*. [tradução nossa].

A criação de uma grande malha viária terrestre na Amazônia, pelos governos militares, especialmente entre 1970 e 1973 (AFONSO e SOUZA, 1977, p. 88) fazia parte de um projeto consonante com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional que previam integração, segurança e desenvolvimento, através de suas formas espaciais. Boa parte dessa malha existe nos dias atuais (Mapa 7), mas não necessariamente com uma eficácia plena.

É por isso que é possível compreender porque Flynn utiliza-se do termo "auto-sustentáveis", pois para ele não faria sentido afirmar que qualquer núcleo social, proveniente ou não da iniciativa do Estado, na faixa de fronteira, por mais distante que esteja de um grande centro de tomada de decisões políticas, não possua alguma relação prática com a realidade vivida no resto do país, o que não deixa de contar com uma considerável parcela de lógica. Mas a lógica, nesse caso, não se aplica, como já mencionado, à prática.

Essa presença na fronteira da Amazônia Brasileira dá-se, tanto pela presença civil quanto pela militar. No entanto, é possível também constatar que tal presença não corresponde exatamente à prática da presença efetiva do Estado tampouco à prática da "sustentabilidade" haja vista a dificuldade logística proporcionada pela não integração plena proposta pelos militares na década de 70.

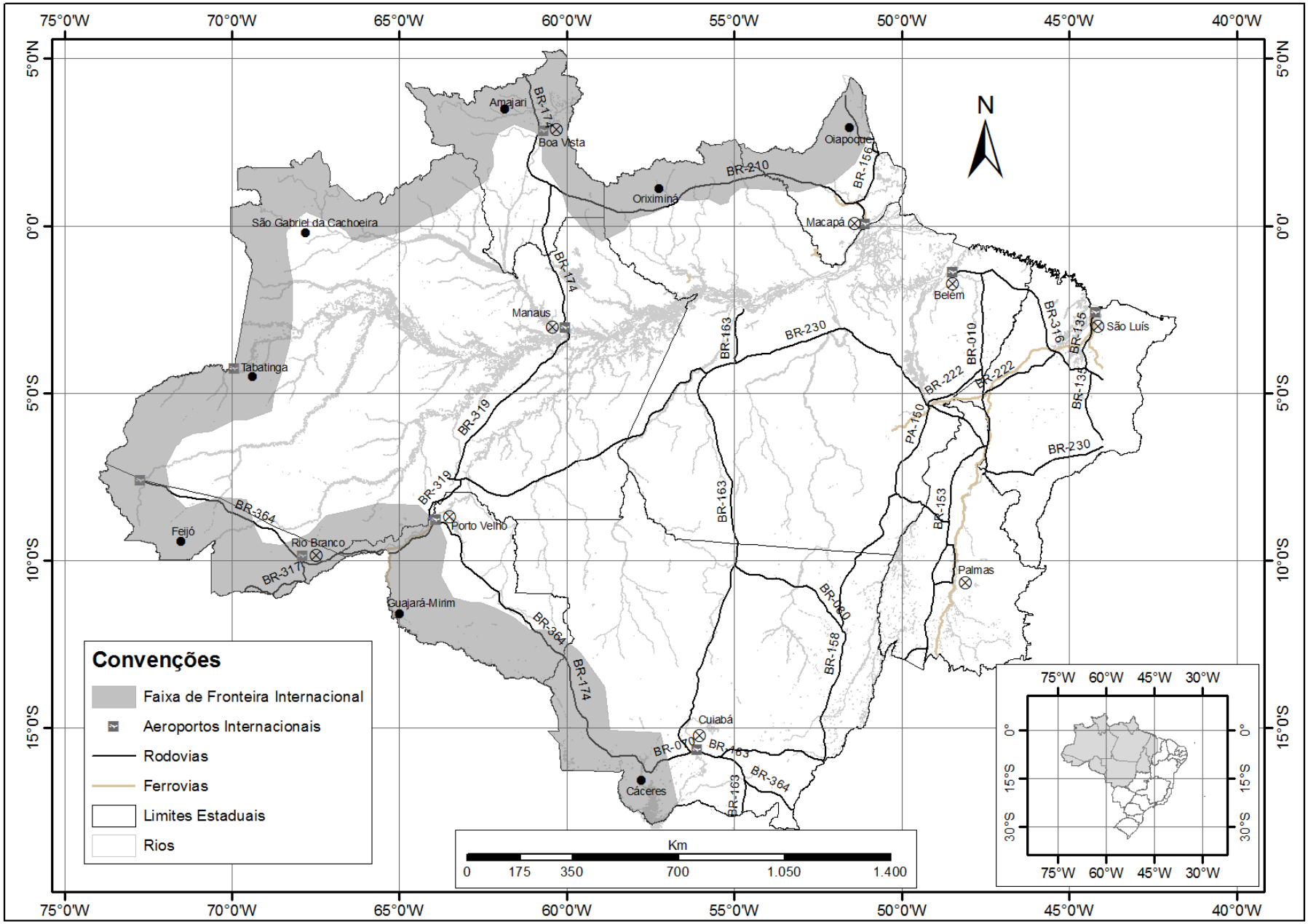
Hoje, a população civil que vive nos locais mais distantes da Amazônia Brasileira sofre com a omissão do Estado em todos os aspectos possíveis. Portanto, é plenamente plausível concordar com Bertha Becker, em uma entrevista a Maurício Castro (2009, p. 26), da revista *National Geographic* Brasil, quando afirma que "[...] não se trata propriamente de ausência, e sim de omissão. Em alguns momentos o Estado é presente, mas omisso porque lhe interessa. É um jogo geopolítico de poder, uma ambiguidade."

Portanto, a questão não é sobre a proposta de desenvolvimento existente, como se houvesse uma fórmula universal que estranhamente não deu certo, mas que tipo de desenvolvimento (viável e coerente) busca-se alcançar e se é possível tratá-lo dissociadamente das políticas de defesa territorial.

Acosta (2005, p. 128), por exemplo, é muito claro quanto à noção de desenvolvimento que é difundida na atualidade:

> O desenvolvimento, que fique claro de uma vez por todas, não se alcança cumprindo uma série de etapas preestabelecidas, não há um caminho para o desenvolvimento, muito menos uma meta única. Neste sentido, não há

MAPA 7 - MALHA VIÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

> países em desenvolvimento. E ainda, não há espaço para um desenvolvimento recuperativo ou imitativo do modelo ocidental em nível mundial [grifo nosso].

Tanto economicamente quanto ecologicamente, não faz sentido, de fato, a "realidade desenvolvimentista" capitalista que se tenta sobrepor às singularidades regionais e locais da Amazônia (ACOSTA, 2005, p. 135). Cada tentativa, cada ciclo de "desenvolvimento", denota uma descontinuidade de políticas que favorecem o social (BECKER, 2005c, p. 23). Assim, a Amazônia ainda está por ser feita, o que incorre em uma falta de identidade regional "autêntica", gerada a partir da sua própria lógica.

Contudo, uma mudança substancial somente faria efeito em longo prazo, pois careceria da reestruturação de poderes já constituídos. É nesse momento que a Doutrina de Segurança Nacional apresenta sua principal fragilidade prática, pois, deixando de lado todo determinismo ou fatalismo, como seria possível desvencilhar-se de uma lógica tão impregnada através dos tempos?

Théry (2005, p. 46) aponta que a falta de continuidade das políticas de integração nacional para a Amazônia, contraditoriamente provenientes do período do "integrar para não entregar", provocou um atraso substancial na integração dessa região, mas sem descaracterizar, contudo, sua potencialidade:

> Nos anos de 1960, o eixo principal passou a ser uma direção sul- norte, ao longo da rodovia Brasília-Belém.
> Nos anos de 1970, o fluxo principal ia do leste para o oeste, ou do sudeste para o noroeste, ao longo das novas rodovias, BR 364 e Transamazônica.
> Nos anos de 1980 e no início dos anos de 1990, por falta de uma política amazônica bem definida, diversas direções de propagação se misturavam (sul-norte, oeste-leste, leste-oeste), uma indecisão que reflete bem as incertezas dessa "década perdida".
> Finalmente, retoma-se hoje uma tendência a um movimento sul- norte, ao longo do eixo Araguaia-Tocantins, da BR 163 e dos eixos Manaus-Venezuela e Amapá-Guiana Francesa.
> A Amazônia está, portanto, vivendo um momento de mutações [...] na métrica mais sutil do peso demográfico, econômico e social, na topologia dos transportes, onde o tempo de percurso conta mais do que o espaço bruto, e as ligações efetivas mais do que as proximidades.

Sob esse prisma, e o Governo Federal tem consciência disso, uma intersecção de ministérios e secretarias formula a Estratégia Nacional de Defesa e entende que uma das prioridades é vivificar as fronteiras, outro resquício da política de reordenamento territorial sob a lógica da Doutrina de Segurança Nacional. Mas

de que forma seria possível essa vivificação, sob a óptica da defesa, segurança e soberania nacionais do Estado? Claro: com quartéis.

4.2 Quartéis, presença do Estado e soberania(?)

Primeiramente, é importante enfatizar o quanto as Forças Armadas estão dispersas pela Amazônia. De modo nítido, em ordem crescente de densidade de aquartelamentos, verifica-se a presença da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro.

Para efeito de simplificação dos estudos dessa parte do trabalho, dar-se-á preferência para a disposição territorial, pelo viés estratégico do Comando Militar da Amazônia, voltado para a defesa da "Amazônia Clássica" (STELLA, 2009, p. 86), os estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima, além de uma área vinculada a Imperatriz, no Maranhão, em detrimento de todo o estado do Mato Grosso e da maior parte do estado de Tocantins.

O Comando Militar da Amazônia é um dos sete Grandes Comandos operacionais do Exército Brasileiro (SILVA, 2007, p. 116) e subordina-se diretamente ao Comandante do Exército, com sede no Distrito Federal (administrativamente) e, para fins de preparo e emprego (operacionalmente), está vinculado ao Comando de Operações Terrestres. Trata-se de uma subdivisão operacional do Exército Brasileiro e é responsável pelas Unidades da Federação acima no parágrafo acima.

Logística e administrativamente, o Comando Militar da Amazônia subdivide-se em duas grandes áreas, as Regiões Militares (KUHLMANN, 2007, p. 117, 118, 123 e 124). A 8ª Região Militar corresponde, politicamente, à maior parte da Amazônia Oriental (Amapá, Pará e parte do Maranhão). A 12ª Região Militar corresponde à maior parte da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima).

Operacionalmente, o Comando Militar da Amazônia subdivide-se em cinco brigadas: 1ª Brigada de Infantaria de Selva (sediada em Boa Vista-RR), 2ª Brigada de Infantaria de Selva (sediada em São Gabriel da Cachoeira-AM), 16ª Brigada de Infantaria de Selva (sediada em Tefé-AM), 17ª Brigada de Infantaria de Selva (sediada em Porto Velho-RO) e a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (sediada em Marabá-PA). Cada brigada possui um efetivo aproximado de 3.000 homens (SILVA, 2007, p. 118).

Atualmente, o Comando Militar da Amazônia conta com um efetivo variável que pode chegar a 25.000 militares (mulheres e homens), distribuídos em dezenas de Organizações Militares. Porém, a parte mais sensível desse território é a Faixa de Fronteira. Para se ter uma noção da distribuição espacial de Organizações Militares dispostas na Faixa de Fronteira, em cerca de 11.500 quilômetros, verifique-se o constante no mapa a seguir que apresenta a disposição das Organizações Militares na Amazônia Brasileira (Mapa 8).

Obviamente, nem todas as Organizações Militares são operacionais, ou seja, voltadas diretamente para o combate, mas compõem o complexo sistema militar existente na Amazônia. Entre as Organizações Militares não operacionais, podem ser citadas, entre outras:

a) Tiro-de-Guerra – possui a característica de treinar reservistas com finalidade às atividades de defesa territorial e civil, em caso de mobilização nacional ou instalação de estado de guerra;

b) Circunscrição de Serviço Militar – é responsável pelos alistamentos e controle documental de dada macro área de atribuição, inclusive da documentação proveniente das Delegacias de Serviço Militar.

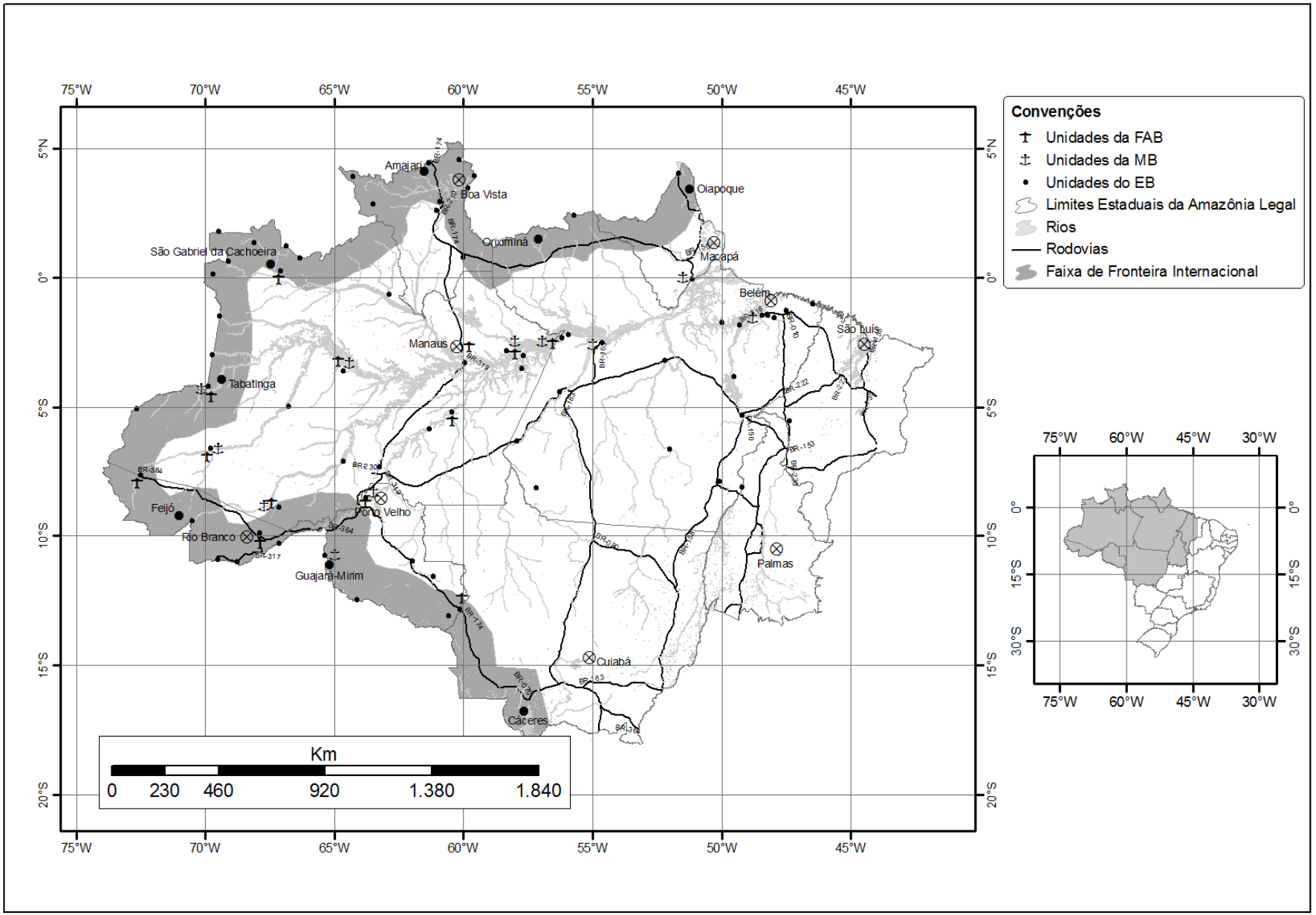
c) Delegacia de Serviço Militar – é responsável pelo controle documental dos militares vinculados a dada área de atribuição. É subordinada a uma Circunscrição de Serviço Militar. Muitas vezes é a única presença nítida do Governo Federal em muitos municípios.

Tal estrutura apresentada atualmente pelo Comando Militar da Amazônia é a resultante da contínua movimentação de Organizações Militares para a Amazônia, a partir de regiões de valor estratégico menos sensível (KUHLMANN, 2007, p. 122).

Exemplo da dinâmica desse reordenamento espacial foi a movimentação de duas brigadas para a Amazônia, em menos de dois anos, a contar de 1991 (MARTINS FILHO, 2005, p. 109): a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (hoje sediada em Boa Vista-RR) e a 16ª Brigada de Infantaria de Selva (hoje sediada em Tefé, estado do Amazonas) provenientes, respectivamente, de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, e de Santo Ângelo, estado do Rio Grande do Sul.

Em 2004, por fim, proveniente de Niterói, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva é finalmente instalada em São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas (SILVA, 2007, p. 119) e passa a consolidar o quadro militar na Amazônia Brasileira já apresentado.

MAPA 8 - UNIDADES MILITARES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

De qualquer modo, essa reorganização estrutural apresenta alguns aspectos a serem considerados:

a) Está em consonância com a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa;

b) Demonstra um temor nítido de uma hipótese de ataque, vindo da fronteira norte da Amazônia por duas razões plausíveis:

- possível quadro de instabilidade política, agravado na República Bolivariana da Venezuela, de Hugo Rafael Chávez Frías, por conta de possíveis revoltas, especialmente as de caráter civil, contra seu governo unilateral;

- possível quadro de instabilidade política agravado na República da Colômbia, governada por Juan Manuel Santos Calderón, por conta das divisões político-ideológicas vividas pelo país, panorama especialmente visível, através das ações extremistas e terroristas, promovidas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo;

c) Intensificação sistemática dos investimentos, como os provenientes do Plano Colômbia, em 1999, e instalação de bases militares por parte dos Estados Unidos nos países vizinhos como Colômbia, Peru e Bolívia (MARTINS FILHO, 2005, p. 110). Para o Brasil, a preocupação com o lançamento dessa manobra dos Estados Unidos foi tão grande que a implantação oficial do Plano Colômbia desencadeia, tanto a intensificação da necessidade imediata da implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia quanto a reestruturação das Forças Armadas, criando-se o Ministério da Defesa (MARTINS FILHO, 2005, p. 113).

A reorganização da Força Terrestre demonstra, ainda, entre outros aspectos geopolíticos e em conformidade com os argumentos apresentados logo acima, o direcionamento para uma linha imaginária voltada para todo o noroeste e norte da Amazônia Ocidental, que vai desde Tabatinga, estado do Amazonas, passando por São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, até Roraima.

Por conta dessa lógica, somente instalar quartéis em sedes de municípios não cumpririam plenamente a necessidade de uma presença armada do Estado na Faixa de Fronteira. Para tanto, o Governo Federal decide ampliar o número dos chamados Pelotões Especiais de Fronteira, projeto já existente desde a década de cinquenta (SILVA, 2007, p. 112) e consolidados pelos investimentos realizados pelo Projeto Calha Norte.

Abaixo, seguirão, sumariamente, as disposições espaciais das principais Organizações Militares subordinadas a dois Grandes Comandos em frentes territoriais distintas:

a) 1ª Brigada de Infantaria de Selva – frente norte, com sede em Boa Vista-RR;

b) 17ª Brigada de Infantaria de Selva – frente sul, com sede em Porto Velho-RO.

Como suporte militar aos Pelotões Especiais de Fronteira da fronteira norte, Boa Vista, capital de Roraima, conta com uma considerável estrutura operacional e logística. Obviamente, não só o Exército Brasileiro compõe esse suporte. A Força Aérea Brasileira, naquela região, é representada pela Base Aérea de Boa Vista, pelo 1º Esquadrão do 3º Grupo de Aviação e por um Destacamento de Telecomunicações de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA). A Marinha do Brasil não possui representatividade militar nessa frente hipotética de combate.

O Exército Brasileiro, como já apontado anteriormente, possui um Grande Comando, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que mantém subordinada a si, entre outras, uma unidade operacional de artilharia, o 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva, desde 2002, proveniente de Fortaleza-CE (SILVA, 2007, p. 119), outro sinal de reordenamento espacial das Forças Armadas na Amazônia.

A infantaria é representada pelo Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva que, por sua vez, comanda seis pelotões destacados, os Pelotões Especiais de Fronteira. Cada pelotão destacado localiza-se em um município junto à fronteira da Venezuela e da Guiana (ex-Guiana Inglesa).

Abaixo, segue a lista dos Pelotões Especiais de Fronteira localizados em Roraima:

- 1º Pelotão Especial de Fronteira – município de Bonfim, na sede do município (fronteira com a Guiana);

- 2º Pelotão Especial de Fronteira – município de Normandia, na sede do município (fronteira com a Guiana);

- 3º Pelotão Especial de Fronteira – município de Pacaraima, na sede do município (fronteira com a Venezuela);

- 4º Pelotão Especial de Fronteira – município de Alto Alegre, em uma localidade de difícil acesso conhecida como Surucucu (fronteira com a Venezuela);

- 5º Pelotão Especial de Fronteira – município de Amajari, também em região remota e difícil acesso conhecida como Auaris (fronteira com a Venezuela);

- 6º Pelotão Especial de Fronteira localiza-se no município de Uiramutã, na sede do município (tríplice fronteira).

Avaliando superficialmente essa disposição de Organizações Militares em série, vislumbra-se como se dispõe uma frente de defesa, embora primária, em arco fazendo frente a hipotéticas incursões do norte, principalmente. É válido informar também que o projeto de construção do 7º Pelotão Especial de Fronteira, em Ericó – região de difícil acesso, situada entre Pacaraima e Auaris, já se encontra em fase de implantação.

Já na frente sul do Comando Militar da Amazônia, Rondônia possui uma estrutura militar consideravelmente diferente. Na capital, Porto Velho, o Exército Brasileiro mantém o Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva que coordena as ações operacionais e administrativas das seguintes organizações militares: 17º Pelotão de Comunicações de Selva, 17º Pelotão de Polícia do Exército, 17ª Base Logística, Companhia de Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, 3ª Companhia/54º Batalhão de Infantaria de Selva e Hospital de Guarnição de Porto Velho.

Também fazem parte da brigada de Porto Velho: 5º Batalhão de Engenharia de Construção, 31ª Circunscrição de Serviço Militar e 1ª Delegacia do Serviço Militar / 31ª CSM. No interior: Colorado D'Oeste – Tiro-de-Guerra 12/001; Costa Marques – 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado/6º Batalhão de Infantaria de Selva; Guajará-Mirim – Comando de Fronteira RO/6º Batalhão de Infantaria de Selva; Ji-Paraná - 2ª Delegacia do Serviço Militar / 31ª CSM; Pimenta Bueno - Tiro-de-Guerra 12/009; Vilhena - 3ª Delegacia do Serviço Militar / 31ª CSM; Tiro-de-Guerra 12/008.

A extensão da 17ª Brigada de Infantaria de Selva envolve ainda áreas de mais duas Unidades da Federação: Amazonas – 54º Batalhão de Infantaria de Selva – e Acre: Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva – incluindo seus PEF. Cada Pelotão Especial de Fronteira pode contar com mais de sessenta militares (SILVA, 2007, p. 118).

Ainda em Porto Velho, a Força Aérea conta com: Base Aérea de Porto Velho, 2º Esquadrão do 3º Grupo de Aviação, Destacamento de Telecomunicações de Controle do Espaço Aéreo e Prefeitura Aeronáutica de Porto Velho. No interior:

Guajará-Mirim: Destacamento de Telecomunicações de Controle do Espaço Aéreo; Vilhena: Destacamento de Telecomunicações de Controle do Espaço Aéreo.

A Marinha conta somente com Delegacia da Capitania dos Portos de RO para cumprimento das suas atividades constitucionais em todo o estado.

Mesmo com toda essa variedade de organizações militares no estado de Rondônia, a exemplo do Amazonas, o Governo Federal, através de ações do Ministério da Defesa, expandirá o número de aquartelamentos em sua capital do estado com implantação de novas unidades e com novas características operacionais e administrativas.

4.3 Soberania e o paradoxo da ingerência

Sem dúvida, não é possível afirmar que o Estado brasileiro, pelo menos militarmente, não está presente na Amazônia Brasileira, mas até que ponto essa presença significa pleno gerenciamento territorial dos recursos existentes por parte do Governo Federal?

A prática pode levar qualquer um a verificar *in loco*[34] que a ingerência, mesmo com todo esse aparato bélico-estratégico, apresenta-se de forma tridimensional, palpável e dinâmica. Há, na realidade, uma verdadeira série de paradoxos e inconsistências que, nem de longe, permitem caracterizar a plena soberania e ação efetiva do Estado.

Desse modo, torna-se impossível citar fatos isolados sem as devidas conexões e consequências. Nessa lista de causas para o fenômeno da reestruturação das Forças Armadas, que é contemplada hoje, pode-se citar a criação da Terra Indígena destinada à etnia Ianomâmi, em 1992.

Por ocasião do despacho de Fernando Collor de Melo, foi demarcada uma área de 94.000 Km^2, que compreende grande parte do noroeste e oeste do estado de Roraima e o norte do estado do Amazonas (SILVA, 2008, p. 131) e que abriga uma região rica em minérios raros e até radioativos.

Silva (2004, p. 45) relembra que essa decisão, na época, foi considerada por lideranças partidárias e, principalmente, pelos militares como um duro golpe contra a segurança nacional:

---

[34] Do latim, *no lugar*, *no próprio lugar* [tradução nossa].

> Os críticos da reserva, especialmente os militares, consideraram sua extensão exagerada e alertaram para o fato de que a área fica dentro da faixa de fronteira. [...]. Para completar o quadro, o superdimensionamento da questão amazônica ecoou fortemente na imprensa internacional, e as críticas em relação à questão ambiental aumentaram no Brasil e no exterior. Estes fatores colaboraram para a proliferação de teorias conspiratórias em relação à internacionalização da Amazônia e à criação de um "Estado Ianomâmi", as quais ganharam espaço entre militares brasileiros. Posteriormente, estas idéias chamaram a atenção de parlamentares, especialmente daqueles de setores nacionalistas e de esquerda.

Sob o prisma da direita nacionalista, Collor, na época, parecia ter "ignorado" o conteúdo da legislação vigente, que previa o limite de 150 quilômetros da Faixa de Fronteira como de interesse para a Segurança Nacional (CAVALCANTI-SCHIEL, 2009, p. 158).

Por conta disso, em um prazo curto, foram fixados diversos Pelotões Especiais de Fronteira nessa região. Fato semelhante foi estendido à Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, recentemente homologada em área contínua.

Em sua essência, considerando uma de suas possíveis finalidades, essa decisão não seria necessariamente incoerente, pois poderia caracterizar-se como um dos fatos ocorridos em série que viriam a enfraquecer, definitivamente, o poder político residual das Forças Armadas (MARQUES, 2003, p. 78), que, talvez, representaria um dos últimos obstáculos para maior influência de organismos jurídicos internacionais em decisões de reordenamento territorial brasileiro de caráter estritamente interno – a vez dos militares já passou.

O mais interessante nessa série de fatos expostos é que, em relação à modernização das propostas de defesa territorial, frente a uma suposta ameaça de origem externa, efetivamente, não mudou (MIYAMOTO, 2000, p. 125), a não ser o quando se considera o número de quartéis na Amazônia Brasileira.

A ideia paradoxal da militarização das fronteiras, que mostrou-se não ser tão recente, continua ainda mais forte. É paradoxal, pois as Forças Armadas, desde o fim do período transitório do governo Sarney, vêm sendo sucateadas e não priorizadas no orçamento da União, além de protagonizarem um combate paranóico de viés residual-nacionalista contra inimigos externos (CAVALCANTI-SCHIEL, 2009, p. 150). Pouco se leva a sério os militares na atualidade.

De qualquer forma, essa militarização ainda continua sendo contraditória quando confrontada como o discurso do presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva, que

incentiva a criação de uma agência antitráfico de caráter regional e sem intervenções dos Estados Unidos – ação que tem caráter de polícia, que não é atribuição inicial das Forças Armadas.

Toda a situação exposta até o momento sugere que as Forças Armadas servem tão somente como recursos humanos para os polos de ocupação e de consolidação de pequenos núcleos econômicos isolados entre e si e de grandes centros produtores na região amazônica, mas nada mais do que isso.

Pensar o contrário seria como enxergar de forma míope, pois ainda que os fatos demonstrem que a realidade local seja significativamente alterada, a escala regional está muito aquém de um eventual desenvolvimento e, pior ainda, se fosse invocado o, tão em voga, "desenvolvimento sustentável" (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 52-55), pois já estaria condenado a um modelo pré-existente de subdesenvolvimento (FURTADO, 1974, p. 95).

Benchimol (1998, p. 9) sugere algo que ainda não foi alcançado (talvez porque seja irrealista, considerando o atual binômio 'produção-consumo'), sequer considerado pelos Estados que já controlaram e controlam a Amazônia, e, baseado nos moldes de povoamento e desenvolvimento utilizados até hoje, não irá ocorrer tão cedo:

> O processo de povoamento e desenvolvimento regional da Amazônia comporta uma série de reflexões e exige diferentes tipos de abordagens. Um tema atual atrai a investigação científica e a preocupação política nacional e externa: como usar e fruir os recursos bionaturais, renováveis ou não, sem que ocorra a sua degradação e extinção. Para tanto seria necessário uma ocupação humana muito mais que racional: ela terá que ser inteligente e sustentável em diferentes níveis. A inteligência é a capacidade do ser humano de se adaptar a uma situação nova, que exige reflexão, experiência e "finesse", enquanto que a racionalidade é mais um exercício frio e geométrico do racionalismo cartesiano, conforme nos ensinou Pascal. Portanto, a ocupação inteligente transcende a atividade racional. Não a exclui, porém não é sua escrava.

O contexto político-econômico internacional, no entanto, não torna tão simples a implementação de economias regionais baseadas tão somente em suas potencialidades, ignorando os anseios "mundiais". Kurz (1997, p. 86), mesmo explanando de forma abrangente, uma vez que acaba explicando a realidade econômica amazônica:

> O dilema que está se enfrentando hoje no Brasil é o de como sair dos espaços regionais, de experiências de poder local e formular um programa,

> um projeto de caráter nacional dentro dessas novas condições internacionais. Este desafio, na atual conjuntura, se torna ainda mais complexo em função da inexistência de modelos, da crise dos paradigmas que vinham orientando a ação da esquerda mundial.

Albuquerque (2010, p. 69) explica, parcialmente, o quadro geopolítico internacional, ao qual denomina “anunciado e admirado mundo novo”, que aumenta a complexidade de pensar a geopolítica regional, enfatizando a sua capacidade de reordenamento:

> Rapidamente essa pauta das ciências sociais [“anunciado e admirado mundo novo”] formou novo consenso no meio acadêmico, alcançando questionar o próprio conceito de “equilíbrio de poder” no sistema internacional como “necessidade” no contexto de um mundo em rápida transformação. Mas como a governança global é ainda um mito, esse novo consenso não faz mais que o jogo neoliberal que prega a submissão da política ao funcionamento do mercado e a submissão dos países periféricos aos centrais pela manutenção das assimetrias econômicas, políticas e militares do sistema internacional.

A crítica de Albuquerque reforça a discussão do primeiro capítulo sobre a interdependência entre os Estados-nação, na atualidade, e complementa a idéia esquematizada por Agnew e Corbrige na Figura 2 (p. 33). No entanto, a crítica não vislumbra operações militares nem ocupação física de territórios. Por quê?

4.4 Porque então a Amazônia Brasileira ainda não foi internacionalizada?

Muito se questiona e se conjectura sobre o futuro da Amazônia, portanto nada melhor do que mais questionamentos e mais conjecturas para que levem, ao menos, a algumas considerações parciais neste trabalho.

Uma vez compreendido o contexto histórico, além de aspectos da territorialidade envolvida na discussão da geopolítica, vivida pela região amazônica brasileira, compreendeu-se que uma investida militar estrangeira, hoje, não seria a resposta mais adequada aos “anseios pacifistas do mundo”.

Afinal, depois de tantos conflitos e prejuízos materiais e humanos, torna-se notório o quão caro é ir às guerras e o quanto estas investidas dependem da justificativa, o que poderá influenciar, definitivamente, a favor ou contra, tanto a opinião pública quanto o soldado da frente de batalha.

É certo que os Estados Unidos, assim como a Federação Russa, que ainda continuam sendo as grandes potências políticas e militares da atualidade, por exemplo, são os mais cientes dessa realidade por conta de suas incontáveis experiências em território alheio. É fato que, com raras exceções, as grandes potências econômicas sabem onde, como e porque intervir militarmente.

Em contrapartida, considerando as características político-econômicas mundiais desde a década de 90 e o aumento consequente da sua complexidade territorial compartimentada (Mapa 9), torna-se importante verificar que as relações entre as nações periféricas, especialmente, permitiram a consolidação de fenômenos políticos e sociais supranacionais dos mais diversos como o aparecimento de grupos separatistas, a formação de outras nações, a deposição de governos constituídos, a explosão de conflitos e a banalização de genocídios em nome da “liberdade” e da “democracia”.

Já se pôde notar, contudo, que mesmo sendo que a diplomacia seja a melhor saída, muitas vezes, não se pode dizer que seja regra nos dias de hoje.

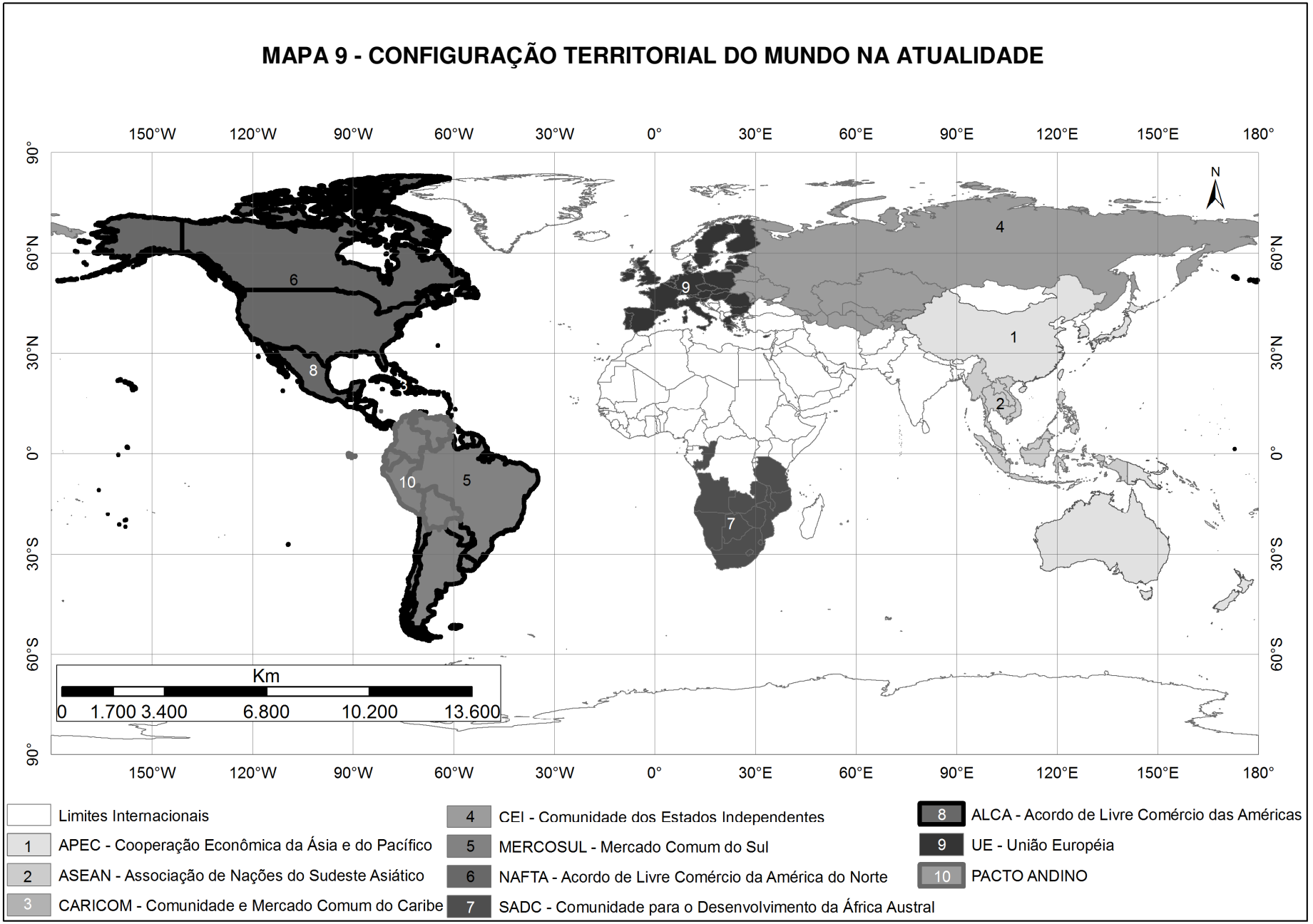
Sob esses argumentos, ou seja, com base nos aspectos financeiros e suas repercussões junto à comunidade civil interna e à opinião pública internacional, além da conjuntura política internacional de cautela, é plausível considerar que qualquer hipótese de ocupação militar da Amazônia (FUNARI e MANDUCA, 2007, p. 69) não venha a se concretizar por hora, pois somente uma crise, notadamente irreversível, de recursos naturais justificaria uma intervenção internacional.

Tal possibilidade é cogitada por Cavagnari Filho (2002, p. 19-20):

> Entre as grandes potências somente os Estados Unidos têm a capacidade para realizar unilateralmente uma intervenção militar, seguida de ocupação, na Amazônia. Mas uma ação militar só terá sentido se algum interesse vital deles for violado, ou mesmo se estiver ameaçado, induzindo o apoio da opinião pública norte-americana à sua defesa. Depois da Guerra do Vietnã, qualquer envolvimento militar numa guerra prolongada só se justifica com esse apoio – porque ele pressupõe a defesa de algum interesse vital. Se a opinião pública norte-americana se convencer de que algum interesse de tal natureza poderá ser afetado – por exemplo, pela devastação do meio ambiente amazônico –, não há dúvida de que os EUA intervirão militarmente na região, mesmo correndo o risco de se envolver numa guerra prolongada [grifo nosso].

Pelos argumentos apresentados por Cavagnari Filho, é quase certo que uma coalizão internacional não veja por hora a necessidade de considerar um teatro de

MAPA 9 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNDO NA ATUALIDADE



Fonte: Base de dados do IBGE 2009. Organização: Antenor Alves Silva e Michel Watanabe.

operações na Amazônia, mesmo fazendo-se presente militarmente em bases militares estrategicamente dispostas na região.

Mas, quando houver a necessidade por recursos naturais, como a que motivou os Estados Unidos a invadirem o Iraque em 2003, em busca de petróleo, é fundamental a existência de uma estrutura militar eficiente, talvez os militares, os patrióticos, não sejam tão paranóicos o quanto pensa o senso comum.

Tollefson (2008, p. 137) sugere uma preocupação ambiental que, de acordo com os últimos fóruns ambientais nacionais e internacionais, já é considerada de interesse internacional:

> *If the international community is serious about tackling deforestation, it will probably need to use a hybrid approach: helping national governments such as Brazil to fun traditional policies to enforcement and monitoring and enabling communities to experiment with a market-based approach. The Brazilian state of Amazonas, where deforestation is less of a problem, is already talking about offering some kind of forestry credit on the international market.*[35]

É importante observar que há a consciência, em nível mundial, de que há um problema e que esse problema precisa ser resolvido de uma forma diferenciada, lançando mão de um formato de desenvolvimento diferente do utilizado na atualidade, nem que para isso os Estados passem a montar estruturas funcionais até então inéditas.

Assim como, em dado momento histórico, houve a "necessidade" de um reordenamento territorial na Amazônia Brasileira,

Sob essa premissa, apresenta-se, ao mundo, o que Slaughter (1997, p. 184) chama de "*a new world order*"[36] onde:

> [*the new world order*] *is emerging [...] The state is not disappearing, it is disaggregating into its separate, functionally distinct parts. These parts – courts, regulatory agencies, executives, and even legislatures – are networking with their counterparts abroad, creating a dense web of relations that constitutes a new, transgovernmental order. Today's international problems – terrorism, organized crime, environmental degradation, money*

---

[35] *Se a comunidade internacional se importa sobre o combate ao desmatamento, ela irá, provavelmente, lançar mão do uso de uma abordagem híbrida: ajudando os governos nacionais, como o Brasil, para financiar políticas tradicionais de execução e monitoramento possibilitando às comunidades uma abordagem baseada no mercado. O estado do Amazonas, onde o desmatamento é um problema menor, já está se falando sobre o oferecimento de algum tipo de crédito florestal no mercado internacional* [tradução nossa].

[36] "*uma nova ordem mundial*" [tradução nossa].

> *laundering, bank failure, and securities fraud – created and sustain these relations*[37] [grifos nossos].

Hoje, seria, portanto, a era do transgovernalismo em prol de "causas em comum". Corroborando a validade dos grifos do excerto anterior, pode-se verificar que a Amazônia encerra em seu território pelo menos dois desses problemas, agora "problemas do mundo": o crime organizado – associado muitas vezes ao narcotráfico, que por si só já é um problema transfronteiriço – e a degradação ambiental que, em tese, juntos, seriam consideráveis obstáculos para o desenvolvimento regional.

Simmons *et al* (2002, p. 99) apresentam o quadro político-social amazônico brasileiro voltado à preocupação com o desenvolvimento regional, considerando as condições sociais ambientais e a instabilidade social afirmando que

> *The Brazilian Amazon is an area of both serious environmental degradation and social instability [...] Although much international attention and research have considered the environmental consequences of development, comparatively less has been written about the social consequences of development in the region.*[38]

Contudo, como já citado logo acima, há outros problemas a serem considerados além do ambiental e do social (Simmons, 2005, p. 308). Na América do Sul, por exemplo, os Estados Unidos financiaram o reaparelhamento da estrutura militar convencional da Colômbia em nome do combate ao narcotráfico que, por sua vez, estaria intimamente ligado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo e a grupos terroristas internacionais.

O chamado "Plano Colômbia" foi concebido em 1999, no governo de Andrés Pastrana (MARTINS FILHO, 2005, p. 112), com vistas à recuperação de sua credibilidade perante a comunidade internacional, pois contava com seu país dividido em três partes relevantemente consideráveis: uma dominada pelas Forças

---

[37] [*a nova ordem mundial*] *está emergindo [...] O Estado não está desaparecendo, ele está se desagregando em parte, partes funcionalmente distintas. Estas partes – os tribunais, as agências reguladoras, o executivo, e até mesmo o legislativo – estão em rede com seus pares no exterior, criando uma densa rede de relações que constitui uma nova ordem, transgovernmental. Problemas internacionais de hoje – o terrorismo, o crime organizado, a degradação ambiental, a lavagem de dinheiro, a falência bancária e a fraude de títulos – foram criados e sustentam essas relações* [tradução nossa].

[38] *A Amazônia Brasileira é uma área de considerável degradação ambiental e instabilidade social. [...] Embora grande quantidade de olhares e pesquisas tenham considerado as consequências ambientais de desenvolvimento, comparativamente tem-se escrito menos sobre as consequências sociais de desenvolvimento na região* [tradução nossa].

Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo, outra pelo Exército de Libertação Nacional e outra, a que restou, supostamente pelo governo oficial.

Downes (1998, p. 14) prevê dois possíveis cenários regionais para a América Latina:

> Two scenarios for the future are possible. The pessimistic one sees continued atrophy of some military institutions and further disruption of the state at the hands of transnational criminals allied with insurgencies with territorial aspirations, eventually leading to a return to authoritarian governments. […]A more optimistic scenario envisions more effective military institutions resulting from a greater civil-military dialogue at the domestic and international levels, better integration of defense and economic foreign policies, and higher levels of multilateral trust and cooperation.[39]

No sentido de efetivação do segundo cenário, após os eventos ocorridos nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, uma proposta baseada nos termos do Plano Colômbia foi estendida à Venezuela, ao Peru, à Bolívia, ao Panamá e ao Brasil.

A proposta denominada Iniciativa Regional Andina tinha por metas promover, à base de US$ 782 milhões, o combate ao comércio das drogas ilegais, a economia regional e a democracia (SILVA, 2004, p. 26).

De qualquer forma, é nítida a "superposição das funções militares e policiais" pelos Exércitos, em boa parte da América Latina, como uma espécie de continuidade da tendência mundial direcionada pela Organização das Nações Unidas (ARAVENA, 2008, p. 38, 43 e 46-48).

No Brasil, as Forças Armadas passam a contar com poder de polícia na Faixa de Fronteira, a partir de 25 de agosto de 2010, data em que é publicada a Lei Complementar nº 136.

Conforme o texto da já citada Lei Complementar (BRASIL, 2010), institui-se que:

> Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e

[39] *Dois cenários para o futuro são possíveis. O pessimista vê contínua atrofia de algumas instituições militares e novas perturbações ao Estado pelos criminosos transnacionais aliadas com insurgências de aspirações territoriais, finalmente levando a um retorno de governos autoritários.[...] Um cenário mais otimista prevê mais efetividade das instituições militares resultando em um maior diálogo civil-militar nos níveis doméstico e internacional, melhor integração de defesa e políticas internacionais e níveis mais elevados de confiança e cooperação multilaterais [tradução nossa].*

> repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:
> I - patrulhamento;
> II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
> III - prisões em flagrante delito.

Como já demonstrado, o Brasil, influenciado por uma lógica interna de reafirmação de suas fronteiras amazônicas, define novas diretrizes para a reestruturação militar na região amazônica.

Seria inadmissível nesse contexto de defesa fronteiriça, portanto, que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo, ou qualquer outra organização considerada terrorista pelos Estados Unidos, ampliasse o "*hot spot*"[40] já existente (MENDEL, 1999, p. 18-20) ou, ainda, de alguma forma, contribuísse mais para a "desestabilidade" do equilíbrio político na região amazônica.

É nesse cenário político que o Brasil concebeu e continua a desenvolver um projeto de reestruturação das Forças Armadas na Amazônia. Lugares onde não se instalariam quartéis, nem em longo prazo ou eram pouco cogitados, agora são considerados estratégicos – como Barcelos, estado do Amazonas, e Santa Isabel do Rio Negro, também no Amazonas, por exemplo.

Todavia, Lourenção (2007, p. 107) tem uma visão crítica mais contundente sobre as possíveis consequências de uma desconsideração do potencial estratégico da Amazônia perante o cenário internacional:

> A partir da visão de que o atual contexto internacional se caracteriza crescentemente pela negligência ao princípio da não-intervenção e pela prática do denominado direito ou dever de Ingerência *[sic]*, traduzida em intervenções operadas pelas nações mais poderosas do planeta, a percepção realista própria das Forças Armadas, considera que a Amazônia corre um risco mais ou menos iminente de ser internacionalizada, em razão do forte interesse estratégico que desperta nos países desenvolvidos e por se encontrar numa zona geopolítica de forte influência norte-americana. A tese da internacionalização procura fundamentar que várias entidades – governos estrangeiros e agentes inseridos no governo brasileiro, organizações não-governamentais, nacionais ou não, incluindo aí diversas igrejas – estariam orquestrando, de longa data, ora de forma velada, ora explicitamente, uma trama com o objetivo de tornar a Amazônia do domínio brasileiro.

[40] "Ponto quente", "Lugar-problemático" [tradução nossa].

Para melhor compreensão da importância estratégica da Amazônia Brasileira na atualidade, deve-se, entre outros fatores geopolíticos, considerar três itens:

a) A localização estratégica do Nordeste brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, diante de um cenário bélico europeu, não faz mais sentido;

b) A ameaça de uma Argentina, concorrendo ao "trono" do poder do Cone Sul, também se torna sem nexo estratégico (MIYAMOTO, 2004, p. 198); e

c) A Amazônia Brasileira tem vivenciado uma grande expansão da fronteira agropecuária (MELLO, 2004, p. 89).

Além do mais, ouvir falar de Amazônia é relativamente corriqueiro nos mais variados meios de comunicação nacionais e internacionais, especialmente quando são considerados sua capacidade hídrica, patrimônio genético (ARAGÓN, 2002, p. 38-40) e diversidade cultural, pois as necessidades mundiais se chocam com a fartura de recursos regional. É nesse contexto que surgem as relações com mais diversas pessoas jurídicas, com destaque para as não-governamentais.

Em princípio, essas organizações se justificam através da sua própria gênese: suprir uma lacuna administrativa deixada pelo Estado brasileiro, o que não significa que toda organização não-governamental seja comprometida com os interesses brasileiros, seja em nível regional ou nacional, provocando um verdadeiro pânico aos nacionalistas, especialmente quando esses entes jurídicos são estrangeiros.

Contudo, não se procura, de fato, estabelecer valores de juízo sobre ações políticas que tramitam nas casas legislativas e nos seus bastidores como, por exemplo, a divisão do estado do Pará; ou a construção de hidrelétricas como a de Jirau e Santo Antônio, ambas em Rondônia, sem falar na de Belo Monte, no Pará; ou, ainda, a mudança do Código Florestal Brasileiro, apoiada fervorosamente pela bancada ruralista. A quem, afinal, interessa esses empreendimentos e quais serão suas dimensões que irão, realmente, favorecer o povo, elemento fundamental para a própria existência do Estado brasileiro?

Alguns segmentos sociais vivem se alimentando de teorias conspiratórias e vivem acusando algumas organizações não-governamentais de biopirataria, "pirataria intelectual" (ABDALA, 2000, p. 123) ou evasão de divisas, por exemplo. Esse temor se mostra exagerado muitas vezes, adentrando no campo da xenofobia.

O temor de uma internacionalização, seja de toda ou de uma parte da Amazônia Brasileira, ainda permeia o dia-a-dia de parte do alto escalão das Forças Armadas Brasileiras, especialmente quando lhe é sugerida uma eventual emancipação político-administrativa dos povos indígenas, ou seja, a criação de uma nação, com identidade político-cultural própria, dentro do Estado já constituído, especialmente nas áreas com grande potencial hidrológico, mineralógico e biológico.

De qualquer forma, por mais que se preocupe com a permeabilidade da fronteira amazônica no Brasil, suas incongruências econômicas, sociais e ambientais que há na Faixa de Fronteira, indivíduos, grupos e organizações não-governamentais não devem ser criminalizados e tampouco acusados sem critérios estritamente legais, apesar de que uma eventual intervenção dar-se-ia dentro de uma justificativa legal supranacional indiscutível.

Todos os fatores apresentados até aqui, portanto, confirmam a Amazônia Brasileira como a maior prioridade geoestratégica desde o nascimento do Estado nacional brasileiro, considerando, ainda, que hoje se acrescentam outras variáveis relevantes, como a tecnologia das comunicações, a fatores anteriores como a extensão territorial e a potencialidade dos recursos naturais, sejam no solo ou no subsolo, e, ainda, sob forte e indissociável influência da lógica de reordenamento territorial da Doutrina de Segurança Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, pôde-se aferir a crescente importância geoestratégica da Amazônia Brasileira nas últimas décadas, não só para os anseios do Estado brasileiro, mas também para a lógica capitalista internacional, fundamentada no binômio exponencial “produção-consumo”, no qual o mundo se encontra imerso nos dias atuais.

Essa revalorização territorial nada mais é do que um dos inúmeros aspectos da “nova ordem mundial”, ordem que se renovará a todo o momento histórico que se fizer necessário, em favor da manutenção do poder oligárquico e centralizado, e promoverá outras reorganizações territoriais que se fizerem necessárias, sejam em nível local, regional, nacional e até mesmo mundial, como têm sido feitas até hoje.

Todavia, ao contrário do que o senso comum propaga, seja por ignorância do receptor do discurso ideológico, seja por ardilosidade (no sentido mais doloso possível da palavra) do proponente, cada vez mais as ideologias se consolidam como meios para que os fins político-econômicos de cada Estado hegemônico sejam alcançados. Em outros termos, quem está por trás das grandes decisões reordenadoras é incapaz de experimentar verdadeiramente das suas próprias propostas, ou seja, é incapaz de “comprar aquilo que vende” tamanha é a impostura das suas ofertas.

Considerando essa premissa, tornam-se visíveis as referências doutrinárias à escola geopolítica norte-americana na formatação intelectual da Escola Superior de Guerra. Crê-se, portanto, que a estrutura da dinâmica do reordenamento territorial da Amazônia Brasileira, por força da influência ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, mesmo antes da execução da Operação Amazônia, fez-se claramente vista no decorrer do trabalho estabelecendo uma relação causa-efeito.

Como ressalva, no sentido de inserção de uma ideia que vem para acrescentar, assinala-se que quando se fala de “influência ideológica” ou de “ideologia militar”, por exemplo, em referência à Doutrina de Segurança Nacional, excede-se, automaticamente, o texto disposto nas Constituições Federais vigentes no período no qual a doutrina foi gestada e executada, ou seja, procura-se enfatizar

como um governo pode influenciado ideologicamente por outro, mesmo que a origem o discurso propagado seja relativamente fácil de ser identificada.

Contudo, mais importante do que somente assinalar a influência político-econômica de um Estado sobre o outro, como foi o caso dos Estados Unidos sobre o Brasil, ato visível no golpe militar de 1964, é explicar como o Estado institucionalizou a ideologia de segurança nacional e como essa doutrina, claramente militarizada, uniu defesa, segurança, soberania e desenvolvimento sob o mesmo e, muitas vezes contraditório, discurso.

Como visto, não se trata de um percurso simples ou meramente mecânico, como sugere uma relação causal em uma ciência exata, mas trata-se de uma estratégia geopolítica ainda não repetida no Brasil desde então, pois as variáveis são outras: aumento grau de interdependência entre os Estados, avanço tecnológico sem precedentes, sentimento mundial de insegurança, anseio pela paz mundial cada vez mais acentuado, busca pelo equilíbrio ambiental internalizado, divisão do mundo em blocos econômicos supra-estatais, etc.

É óbvio que o que se viveu no Brasil nos anos 70-80 se enquadrava um contexto geopolítico diferente: de fato, a prioridade geoestratégica visava uma fronteira a ser “vivificada” – expressão que não significa estar em alinhamento com o discurso esguiano do “vazio demográfico”, sinal registrado desse período marcado pela Operação Amazônia, entre outras decisões de caráter desenvolvimentista adotadas pelo Estado militar. A proposta do Estado é diferente hoje, pois, praticamente, procura aparelhar-se de outras formas para conviver com os problemas que já existem.

A Operação Amazônia, por exemplo, foi um importante marco político para todo o reordenamento territorial experimentado pelo Brasil um pouco antes da década de 70. Da mesma forma, e na sequência, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia também foi outro marco, mas que buscava os mesmos objetivos do órgão que viera substituir: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada por Getúlio Vargas.

Pode-se dizer que a estratégia baseada na ideologia de segurança nacional buscava, portanto, assegurar os limites territoriais brasileiros na Amazônia, através da presença humana e da prática de um modelo econômico regional, pautado na exploração do solo, na geração de excedentes produtivos e na instalação de investimentos multinacionais. Mas será que uma iniciativa estatal do mesmo teor

seria viável na atualidade considerando toda complexidade da conjuntura político-econômica mundial? Aparentemente não, pois, é bem provável que, após um balancete, verifique-se que o saldo seja consideravelmente negativo – os indígenas que o diga, por exemplo.

A proposta deste trabalho contemplou, entre outros pontos, a abordagem de como o arranjo político-econômico-estratégico militar modificou as funções do território na Amazônia Brasileira. Para tanto, não se buscou, por exemplo, debruçar-se sobre maiores detalhes estatísticos a respeito desmatamento ou mau uso do solo nas áreas voltadas para a ocupação e incentivadas pelo Governo Federal, por exemplo, mas enfatizou-se a perspectiva política, especialmente, como motor do reordenamento territorial amazônico.

A implantação do Radar da Amazônia, posteriormente estendido para o resto do Brasil, demonstrou uma real preocupação do Governo Federal em não só ocupar, mas também em conhecer os potenciais da região, além, é claro, de demonstrar preocupação com o que se passava na Faixa de Fronteira – preocupação que parece ser somente de um pequeno e acuado grupo de militares.

O processo de reconhecimento do potencial natural da Amazônia Brasileira, como ação incontestavelmente geopolítica, também influenciaria positivamente futuros planejamentos em níveis nacional e regional em favor do conhecimento das riquezas naturais e, por consequência, ajudaria, não muito mais que isso, na elaboração de planos de zoneamento ecológico e de criação de unidades de conservação nas mais diversas Unidades da Federação.

Note-se até aqui que, apesar das desvantagens evidentes, sob essa perspectiva, o Brasil passou a fortalecer sua soberania perante outros Estados, fato demonstrável na assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, embora ainda pairem consideráveis críticas acerca da origem tecnológica dos recursos empregados no Radar da Amazônia e a destinação dos dados recém-coletados, para os Estados Unidos.

Em todo caso, se o Radar da Amazônia fosse um completo fracasso no planejamento regional, pautado na ideologia de segurança nacional, muito provavelmente seria impossível a existência do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia, haja vista a maior complexidade tecnológica envolvida nesse grande projeto, pois envolve a utilização de satélites, o

que requer acordos políticos e diplomáticos, e uma estrutura militar coordenada que, por sua vez, exige grandes investimentos financeiros.

Com a notável revalorização estratégica da Amazônia Brasileira, por parte do Estado, outros mecanismos geopolíticos condizentes com a Doutrina de Segurança Nacional passam a ser desenvolvidos em favor do binômio segurança-desenvolvimento.

Trata-se do período em que a Amazônia brasileira, já na década de 70, passa a experimentar um *boom* demográfico, por conta dos projetos de colonização implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Neste trabalho, enfatiza-se o reordenamento territorial experimentado por Rondônia, através dos Projetos Integrados de Colonização, entre outras modalidades de projetos de assentamento característicos da época.

Rondônia, conforme explanado, conta com uma localização diferenciada, o que se percebe quando se compara a outras regiões inseridas na Amazônia Brasileira. Além do mais, a BR-364 serviu, ao mesmo tempo, como corredor de ocupação e escoador de produção agrícola, gerada nos limites dos projetos de assentamento. Rondônia, gostem os rondonienses (e outros brasileiros) ou não, só possui a ascendente dinâmica econômica que apresenta hoje por conta da execução da Doutrina de Segurança Nacional – os grandes latifundiários que o diga, por exemplo.

Diferentemente de Rondônia, por conta de suas localizações geográficas, estados como Roraima, Amapá e parte do Amazonas e Pará experimentariam a Doutrina de Segurança Nacional de outra forma e um tanto mais tardiamente, através do Projeto Calha Norte, mas não de forma menos importante.

Somente em 1985, o Projeto Calha Norte sai do nível do planejamento e se consolida como uma grande ação geopolítica de reordenamento territorial ao norte da Amazônia Brasileira. Os objetivos desse projeto eram grandiosos e estavam convergentes com os anseios dos militares, já destituídos do poder governamental.

A estrutura espacial militar na Amazônia Brasileira, tal como é conhecida hoje, tem sua consolidação justamente na época do Projeto Calha Norte. A distribuição de quartéis, de grande porte e poder combativo, os Batalhões de Infantaria e Grupos de Artilharia, e de quartéis de menor capacidade combativa em caráter avançado, os Pelotões Especiais de Fronteira, pela Faixa de Fronteira,

resultam de uma preocupação com eventuais incursões de, em princípio, caráter militar.

Observando que a Amazônia é um ambiente diferenciado e que não deveria permitir a mesma permeabilidade vivida pela tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, o Exército Brasileiro conta hoje com o chamado “poder de polícia” na Faixa de Fronteira da Amazônia Brasileira, o que nada mais é do que um direcionamento das Forças Armadas para o confronto pontual e inócuo ao narcotráfico internacional, por exemplo, como resultado de uma tendência regional, ditada pela Organização das Nações Unidas.

Tanto os quartéis quanto as unidades de monitoramento do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia, sob o olhar miltoniano, não passam de rugosidades, de amostras de ações geopolíticas sobre o espaço geográfico e; ao mesmo tempo, comprovam que presença não garante plena impermeabilidade fronteiriça, logo soberania de fato – independentemente de qualquer crítica favorável ou contrária ao modelo instalado.

É claro que não é conveniente tratar o conteúdo deste trabalho apenas como estudo do produto de ações geopolíticas durante o governo militar, mas se torna fundamental perceber o espaço geográfico da Amazônia Brasileira como um território único, peculiar, mas como qualquer outro, sujeito a modificações de seus limites, passando a ser reordenado, seja por conta de decisões implícitas ou explícitas, mas que foram definidas por uma lógica maior.

No recorte espaço-temporal problematizado neste trabalho, buscou-se também pela materialidade da Doutrina de Segurança Nacional na Amazônia Brasileira, ou seja, de que forma o sujeito poderá olhar para a dinâmica da formatação do espaço geográfico dessa região e vê-la como produto ações geopolíticas, vinculando-as ao avanço das fronteiras do capitalismo em nível mundial.

Foi impossível, portanto, ter analisado o reordenamento territorial da Amazônia Brasileira, durante o regime militar, e das suas consequências na atualidade sem relacionar esse fato com o contexto geopolítico proporcionado pela Guerra Fria em escala macro, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que foi necessário realizar um resgate bibliográfico em escala maior, não foi possível verificar, em nível regional, o completo esmaecimento da Doutrina de Segurança Nacional nos dias de hoje. Provas dessa consideração

são as já citadas rugosidades: quartéis pela Faixa Fronteira, Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia em pleno funcionamento e o ressurgimento e ampliação do Projeto Calha Norte, agora Programa Calha Norte.

De toda forma, discutir essa temática territorial, mesmo vivendo o dinamismo espacial da região, não foi e não é uma tarefa necessariamente fácil e que permita simplificações, pois muitas são as variáveis a serem consideradas, o que pode levar a análises e resultados divergentes entre si mesmo que não seja produzido muito esforço para que isso ocorra.

Por fim, o real desafio não reside somente na análise do problema, mas está além: está no contínuo pensar sobre a realidade, articulando o local, o regional e o global para projetar novas realidades, mais humanas, mais justas e consistentes, diante dos erros e dos acertos das decisões políticas em nível de Estado, como foram as decisões tomadas para a Amazônia Brasileira, sob a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, F. A. **Poder da floresta:** ecologia e política internacional na Amazônia. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ACOSTA, A. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia sustentável:** desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 127-154.

AFONSO, C A.; SOUZA, H. **O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil:** a crise fiscal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AGNEW, J. A.; CORBRIDGE, S. **Mastering Space:** hegemony, territory and international political economy. London and New York: Routledge, 1995.

AGNEW, J. A. **Geopolitics:** re-visioning world politics. 2. ed. London; New York: Routledge, 2003.

ALBUQUERQUE, E. S. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-82, 2010.

ALBUQUERQUE, N. M. **Teoria política da soberania**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

ALMEIDA, A. **A ditadura dos generais:** estado militar na América Latina: o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. Campinas: Papirus, 2001.

ANTIQUERA, D. C. **A Amazônia e a política externa brasileira:** análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). Campinas: UNICAMP, 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução: Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARAGÓN, L. E. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?. In: Alex Fiúza de Mello. (Org.). **O futuro da Amazônia:** Dilemas, oportunidades e desafios no limiar do Século XXI. Belém: Universitária, 2002, p. 33-53.

ARAVENA, F. R. El riesgo de la superposición entre las políticas de defensa y seguridad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 213, n. 1, p. 36-49, ene.-feb. 2008.

BALLVÉ, M. Brazil's new eye on the Amazon. **North American Congress in Latin America:** report on the Americas, New York, v. XXXVI, n. 6, p. 32-38, May-June 2003.

BARRETO, C. A. L. M. **A farsa ianomâmi**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil:** uma nova potência regional na economia-mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 135-159, set. 2001.

_____. Por que não perderemos a soberania sobre a Amazônia? In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?:** pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005a, p. 245-281.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, n. 53, p. 71-86, jan.-abr. 2005b.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia sustentável:** desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005c, p. 23-44.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. *et al*. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a, p. 22-40.

_____. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007b.

_____. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil:** questões atuais da reorganização do território. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 223-244.

_____. A geopolítica na virada do milênio logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 271-307.

BENCHIMOL, S. **Amazônia:** quatro visões milenaristas. Belém: BASA, 1999.

BICUDO, H. P. **Segurança Nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BINSZTOK, J. Cacoal-RO: a constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. **GEOgraphia**, v. 10, n. 5, p. 7-23, 2003.

BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2008.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRANCO, S. M. **O desafio amazônico**. 3. ed. São Paulo: 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.766, de 01 de outubro de 1942. Define crimes militares e contra a segurança do estado, e dá outras providências. **Coleção Leis do Brasil**, Brasília, 31 dez. 1942.

_____. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 1949.

_____. Decreto nº 63.104, de 15 de agosto de 1968. Dispõe sobre a política do Governo Federal relativo à efetiva ocupação e povoamento orientados da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 ago. 1968.

_____. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 set. 1974.

_____. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 mai. 1979.

_____. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 maio 1981.

_____. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 1983.

_____. Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002. Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 2002.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 jul. 2005.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de setembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2008.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 ago. 2010.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; SUMMERS, P. M. Land use patterns in the Brazilian Amazon: comparative farm-level evidence from Rondônia. **Human Ecology**, New York, v. 32, n. 2, p. 197-224, Apr. 2004.

BRZEZINSKI, Z. An agenda for NATO. **Foreign Affairs**, Tampa, Sep.-Oct. 2009. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/65251/zbigniew-brzezinski/an-agenda-for-nato>. Acesso em: 01 fev. 2011.

CABRAL, R. P. **O fim da Guerra Fria e as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil frente à crise da segurança hemisférica (1991-2001)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CAMPOS, M. C. O. **Do princípio das nacionalidades nas relações internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea:** una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARRASCO, J. P. El Tratado de Cooperación Amazónica. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 37, n. 1, p. 19-29, jul.-ago. 1978.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASSIRER, E. **O mito do Estado**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Conex, 2003.

CASTRO, M. B. Um projeto para a Amazônia. **National Geographic Brasil**. São Paulo, ano 9, n. 107, p. 22-26, fev. 2009.

CAVAGNARI FILHO, G. L. Introdução à defesa da Amazônia. **Carta Internacional**, ano X, n. 107/108, p. 19-21, 2002**.**

CAVALCANTI-SCHIEL, R. A política indigenista, para além dos mitos da segurança nacional. **Estudos Avançados,** São Paulo, n. 65, p. 149-164, jan.-abr. 2009.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Tradução: Zahar Editores. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COMPARATO, F. K. Segurança Nacional. **Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 51-57, dez. 1981.

CONTADOR, V. **Modelo econômico e projeto de Nação-Potência -** Brasil 1964-1985. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História Econômica), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

COSTA, B. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2008. Disponível em: <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2010.

COSTA, W. M. **Geografia Política:** discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. Tradução: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. **Antipode**, Manchester; Philadelphia, v. 41, n. 1, p. 22-48, 2009.

CRUZ, E. L. V. Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas (1964-1979). **Security and Defense Studies Review**, Washington DC, v. 8, n. 1, p. 47-92, summer 2008.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DE WITT, J. The Alliance for progress: economic warfare in Brazil (1962-1964). **Journal of Third World Studies**, Americus, v. XXVI, n. 1, p. 57-76, spring 2009.

DIAMINT, R. La historia sin fin: el control civil de los militares en Argentina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 213, n. 1, p. 95-111, ene.-feb. 2008.

DIMINUI a extração de madeira ilegal. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 16 jul. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/estado-de-minas/2010/07/16/diminui-a-extracao-de-madeira-ilegal/?searchterm=DIMINUI%20a%20extra%C3%A7%C3%A3o%20de%20madeira%20ilegal>. Acesso em: 30 jul. 2010.

DINIZ, E. **O Projeto Calha Norte:** antecedentes políticos. São Paulo: USP, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

DOWNES, R. Building new security relationships in the Americas: the critical next steps. In: SCHULZ, D. E. (Org.). **The Role of the Armed Forces in the Americas:** civil-military relation for the 21st century. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute – U.S. Army War College, 1998, p. 13-30.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: UNESP, 2005.

DREIFUSS, R. A.; DULCI, O. S. As Forças Armadas e a Política In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 87-117.

DUVERGER, M. **Ciência Política:** teoria e método. Tradução: Heloísa de Castro Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 207-238.

FALCONI, P. G. Modernização da FAB pelo SIVAM. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 8, n. 1, p. 43-59, jan.-jul. 2005.

FERREIRA, O. **A crise da política externa**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FLEISCHFRESSER, V. **Amazônia, Estado e sociedade**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

FLYNN, M. The Amazon's silent spy. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 59, n. 1, p. 12-14, Jan.-Feb. 2003.

FORESTA, R. A. Amazonia and the politics of geopolitics. **Geographical Review**, Baton Rouge, v. 82, n. 2, p. 128-143, Apr. 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGOSO, H. C. A nova Lei de Segurança Nacional. **Revista de Direito Penal de Criminologia**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 60-69, jan.-jun. 1983.

FRANÇA, S. F. Processo de ocupação da Amazônia e suas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança. **Revista Múltipla**, Brasília, ano X, v. 12, n. 18, p. 137-161, jun. 2005.

FREITAS, J. M. C. **A escola Geopolítica brasileira:** Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

FUNARI, P. P. A.; MANDUCA, P. C. S. Dois aspectos do desenvolvimento estratégico no Brasil. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense & Conflict Analysis, La Coruña, ano I, v. 1, n. 1, p. 53-70, 2007.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do poder**. Tradução: Hilário Torloni. São Paulo: Pioneira: 1984.

GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. Tradução: Maria do Carmo Cary. 6. ed. Lisboa: Presença, 2005.

GEORGE, P. **Geografia industrial do mundo**. Tradução: Cecília Assumpção. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

GOTTMANN, J. The background of Geopolitics. **Military Affairs**, v. 6, n. 4, p. 197-206, winter 1942.

_____. The contribution of Anthropo-Geography and economic survey to area studies. **UNESCO International Social Science Bulletin**, Paris, v. IV, n. 4, p. 655-664, 1952a.

_____. The political partitioning of our world: an attempt at analysis. **World Politics**, v. 4, n. 4, p. 512-519, Jul. 1952b.

_____. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

_____. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3/4, p. 29-47, 1975.

_____. The basic problem of Political Geography: the organization of space and the search for stability. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Amsterdam, v. 73, n. 6, p. 340-349, 1982.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al*. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HARTSHORNE, R. The nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past (conclusion). **Annals of the Association of American Geographers**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 413-658, Dec. 1939.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX -1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANTOROWICZ, E. **Os dois corpos do rei:** um estudo sobre teologia política medieval. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 45, p. 37-61, maio-ago. 2002.

KUCINSKI, B. La Amazonia y la geopolítica del Brasil **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 37, n. 1, p. 26-30, jul.-ago. 1978.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército Brasileiro:** estrutura militar e ordenamento político (1984-2007). São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACOSTE, Y. **Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. Tradução: Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1997.

LANDES, D. S. **A riqueza e a pobreza das nações:** porque algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

LANGE, V. L. A indústria de defesa no Brasil. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense & Conflict Analysis, La Coruña, ano I, v. 1, n. 1, p. 241-264, 2007.

LANZONI, A. **Iniciação às ideologias políticas**. São Paulo: Cone, 1986.

LEITE, R. C. O Sivam: uma oportunidade perdida. **Estudos Avançados,** São Paulo, n. 46, p. 123-130, set.-dez. 2002.

LIMA SOBRINHO, B. **Desde quando somos nacionalistas?** Petrópolis: Vozes, 1995.

LOURENÇÃO, H. J. **A Defesa Nacional e a Amazônia**: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Campinas: UNICAMP, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência

Política), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 119-142.

_____. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)**. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova economia**, Belo Horizonte, v.15, n. 1, p. 53-92, set.-dez. 2005.

MAGNOLI, D. M. **O mundo contemporâneo:** uma visão completa e dinâmica dos grandes acontecimentos dos últimos 50 anos. São Paulo: Ática, 1990.

MALLORQUÍN, C. Celso Furtado and development: an outline. **Development in Practice**, Oxford, v. 6, n. 17, p. 807-819, Nov. 2007.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Tradução: Pietro Nassetti. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARQUES, A. A. **Concepções de Defesa Nacional no Brasil:** 1950-1996. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-guerra fria. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 69-85, jun. 2003.

_____. **Amazônia:** pensamento e presença militar. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MARTINS FILHO, J. R. The Brazilian Armed Forces and Plan Colombia**. Journal of Political and Military Sociology**, DeKalb, v. 33, n. 1, p. 107-123, summer 2005.

MATTOS, C. M. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

_____. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

_____. **Geopolítica e modernidade:** geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. As iniciativas sociais e desenvolvimento sustentável na Amazônia. **GEOUSP:** Espaço e Tempo, São Paulo, n. 16, p. 87-109, 2004.

MENDEL, W. M. The Brazilian Amazon: controlling the hydra. **Military Review**, Leavenworth, p. 18-28, Jul.-Aug. 1999.

MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 83-98, jun. 1999.

_____. O Brasil e as negociações multilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 119-137, jun. 2000.

_____. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 179-198.

_____. Forças armadas, defesa e segurança: um novo tempo, uma nova agenda? **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense &Conflict Analysis, La Coruña, ano I, v. 1, n. 1, p. 71-96, 2007.

MONTESQUIEU, C. **Do espírito das leis**. Tradução: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2008.

MOODIE, A. E. **Geografia e política:** a terra e o homem. Tradução: Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, A. C. R. (Org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREL, E. **Amazônia saqueada**. 3. ed. São Paulo: Global, 1989.

MORGENTHAU, H. J. Area studies and the study of internal relations. **UNESCO International Social Science Bulletin**, Paris, v. IV, n. 4, p. 647-655, 1952.

_____. **Politics among nations:** the struggle for power and peace. 7. ed. Nova York: Mc Graw Hill, 2006.

NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte:** Política de Defesa Nacional e Segurança hemisférica na governança contemporânea. Belém: UFPA, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.

_____. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de Defesa Nacional. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 97-117.

NOGUEIRA, M. A. **Potência, limites e seduções do poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

OHLWILER, O. A. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Amazônia:** monopólio, expropriação e conflitos. 4. ed. Campinas: Papirus, 1993.

OLIVEIRA, E. R. **As forças Armadas:** política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Democracia e Defesa Nacional:** a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, M. J. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História Econômica), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, T. R. P. G. T. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. São Carlos: UFSCAR, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

PECEQUILO, C. S. Brasil, segurança internacional e interesse nacional. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense &Conflict Analysis, La Coruña, ano I, v. 1, n. 1, p. 47-51, 2007.

PEREIRA, C. P. F. **Geopolítica e o futuro do Brasil:** Amazônia Ocidental e Pantanal - comunidade sul-americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

PEREIRA, S. M. **Região amazônica:** estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003). Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PIERANTI, O. P.; CARDOSO, F. S.; SILVA, L. H. R. Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 29-48, jan.-fev., 2007.

PINTO, L. F. Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 16, n. 46, p. 131-140, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RABELLO, A. C. B. **Inventando o outro:** representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica. Belém: UFPA, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 68, p. 69-80, jan.-abr. 2010.

SARDEMBERG, R. La inserción estratégica del Brasil y su Política de Defensa Nacional. **Boletín de Difusión Académica – Escuela de Defensa Nacional**, Buenos Aires, v. 25, n. 1, p. 1-22, 1996.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano I, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

_____. **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004b.

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução: Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008c.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008d.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008e.

SANTOS, M. H. C. A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 115-129, fev. 2004a.

_____. The Brazilian Military in post-democratic transition. **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**, Santiago, año 18, v. 1, n. 3-4, p. 115-146, 2004b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e territorialidade na obra de Jean Gottmann. **Revista da ANPEGE**, n. 5, p. 173-187, set. 2009.

SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. A geoestratégia brasileira na agenda de políticas de segurança e defesa da América do Sul. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense &Conflict Analysis, La Coruña, ano I, v. 1, n. 1, p. 211-230, 2007.

SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil:** o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, A. T. **A Amazônia na governança global:** o caso do PPG-7. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SILVA, G. C. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

_____. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Conjuntura política nacional:** o poder executivo & geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, M. I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Campinas: UNICAMP, 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. Amazônia e Política de Defesa no Brasil após o regime militar: o papel do Programa Calha Norte e do SIVAM-SIPAM. In: VAZ, A. C.; SANTOS, H. E. A.; MOREIRA, F. K. (Orgs.). **Amazônia:** discursos e realidades. Boa Vista: UFRR, 2008, p. 127-152.

SIMMONS, C. S.; PERZ, S.; PEDLOWSKI, M. A.; SILVA, L. G. T. The changing dynamics of land conflict in the Brazilian Amazon: The rural-urban complex and its environmental implications. **Urban Ecosystems**, v. 6, n. 1, p. 99-121, Mar. 2002.

SIMMONS, C. Territorializing land conflict: space, place, and contentious politics in the Brazilian Amazon. **GeoJournal**, Columbus, v. 64, n. 4, p. 307-317, Dec. 2005.

SLAUGHTER, A.-M. The real new world order. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 5, p. 183-197, Sep.-Oct. 1997.

SMALLMAN, S. C. The professionalization of military terror in Brazil, 1945-1964. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. XXXVII, n. 1, p. 117-128, summer 2000.

SOUTO, C. V. A política externa do governo Médici (1969-1974): uma nova proposta de inserção internacional para o Brasil. **Revista Cena Internacional**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 43-61, 2001.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Campinas: UNICAMP, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

STEPAN, A. **The military in politics:** changing patterns in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1974.

SVARTMAN, E. M. **Guardiões da Nação:** formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

TECHNOLOGY and humanity: the SIVAM Project, **Military Technology**, Bonn, p. 28-33, Dec. 2005.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 53, p. 37-49, jan.-abr. 2005.

TILIO NETO, P. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira.** São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. São Paulo: Plêiade, 2009.

TOLLEFSON, J. Brazil goes to war against logging. **Nature**, London, v. 452, n. 1, p. 134-135, Mar. 2008.

VELÁSQUEZ, A. V. Una convivencia inesperada: Fuerza Armadas y gobiernos de izquierda en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 213, n. 1, p. 80-94, ene.-feb. 2008.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas:** as representações do século XXI. São Paulo: Contexto, 2000.

VIDIGAL, A. A. F. O Brasil diante dos desafios internacionais em segurança e defesa. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 13-35.

ZAVERUCHA, J. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 107-121, nov. 2005.

_____. Ministério da Defesa Brasileiro: um poder virtual. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defense & Conflict Analysis, La Coruña, año I, v. 1, n. 1, p. 23-46, 2007.

_____. La militarización de la seguridad pública en Brasil. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 213, n. 1, p. 128-146, ene.-feb. 2008.

ZHOURI, A. O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado: ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. In: XXVI Encontro Anual da ANPOCS: GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira. Caxambu: UFMG, 2002. p. 2-27.